Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5

2.3 - Outras Informações Relevantes 7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 8

3.2 - Medições Não Contábeis 9

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 11

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 18

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 20

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 21

3.7 - Nível de Endividamento 22

3.8 - Obrigações 23

3.9 - Outras Informações Relevantes 24

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 25

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 54

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 60

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 84

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 85

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 86

4.7 - Outras Contingências Relevantes 87

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 90

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 91

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 94

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 97

5.4 - Programa de Integridade 99

5.5 - Alterações significativas 103

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 104

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 105

6.3 - Breve Histórico 106

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 108

6.6 - Outras Informações Relevantes 109

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 110

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 111

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 112

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 114

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 142

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 143

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 151

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 153

7.8 - Políticas Socioambientais 154

7.9 - Outras Informações Relevantes 155

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 159

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 160

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 161

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 162

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 163

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 165

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 166

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 167

9.2 - Outras Informações Relevantes 168

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 169

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 173

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 174

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 176

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 177

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 178

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 179

10.8 - Plano de Negócios 180

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 181

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 182

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 183

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 184

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 190

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 193

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 195

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 196

12.7/8 - Composição Dos Comitês 200

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 201

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 207

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 218

12.12 - Outras informações relevantes 219

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 220

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 225

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 229

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 231

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 236

13.6 - Opções em Aberto 239

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 240

13.8 - Precificação Das Ações/opções 241

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 242

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 243

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 244

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 245

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 246

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 247

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 248

13.16 - Outras Informações Relevantes 250

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 251

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 252

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 253

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 256

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 257

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 258

15.3 - Distribuição de Capital 261

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 262

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 263

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 270

15.7 - Principais Operações Societárias 273

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 278

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 280

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 281

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 294

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 296

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 297

17.2 - Aumentos do Capital Social 298

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 299

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 300

17.5 - Outras Informações Relevantes 301

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 302

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 304

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 305

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 306

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 307

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 308

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 309

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 310

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 311

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 312

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 313

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 314

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 315

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 316

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 317

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 318

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 319

20.2 - Outras Informações Relevantes 320

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 321

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 322

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 324

21.4 - Outras Informações Relevantes 325

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**David Feffer**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Orlando de Souza Dias**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO REFERENTE Á SEÇÃO 1

DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA SUZANO HOLDING S.A.

O Diretor Presidente da Suzano Holding S.A. ("Companhia") declara que:

(a) reviu o formulário de referência da Companhia.

(b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19.

(c) o conjunto de informações nele contido é, no nosso conhecimento, um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 30 de maio de 2019.

David Feffer
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO REFERENTE Á SEÇÃO 1

DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA SUZANO HOLDING S.A.

O Diretor de Relações com Investidores da Suzano Holding S.A. ("Companhia") declara que:

(a) reviu o formulário de referência da Companhia.

(b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19.

(c) o conjunto de informações nele contido é, no nosso conhecimento, um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 30 de maio de 2019.

Orlando de Souza Dias
Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3. Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os cargos de Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes. As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG - AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras e revisão especial das informações trimestrais - ITR e anuais - DFP, a data de contratação dos serviços foi 11 de maio de 2012.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2016, corresponde ao montante de R$ 107.837,81 (cento e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais, e oitenta e um centavos). referente aos serviços de auditoira prestados. Não houve prestação de outros serviços durante o exercício de 2016.
Justificativa da substituição	A substituição visa atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM 308/99, o qual determina a rotatividade dos Auditores Independentes a cada cinco anos, e contou com a anuência dos nossos antigos auditores, Ernst Young Terco Auditores Independentes S/S.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Anselmo Neves Macedo	01/01/2012	033.169.788-28	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 8º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39401500, Fax (11) 39401501, e-mail: amacedo@kpmg.com.br
Carla Bellangero	01/10/2012	101.832.328-79	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 8º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39401500, Fax (11) 39401501, e-mail: cbellangero@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data Início	01/01/2017
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras e revisão especial das Informações Trimestrais - ITR e anuais - DFP, a partir de 01.01.2017.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2017, corresponde ao montante de R$ 97.089 (noventa e sete mil, oitenta e nove reais), referentes aos serviços de auditoria prestados. Não houve prestação de outros serviços durante o exercício de 2017.
Justificativa da substituição	A substituição visa atender ao disposto no artigo31 da instrução CVM 308/99, o qual determina a rotatividade dos auditores Independentes a cada cinco anos, e contou com a anuência dos nossos anetigos auditores, KPMG auditores Independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
José Vital Pessoa Monteiro Filho	01/01/2019	856.126.184-68	Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-903, Telefone (11) 971557359, e-mail: jose.vital@pwc.com
Tadeu Cendon Ferreira	01/01/2017	530.920.666-34	Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-903, Telefone (11) 984264559, e-mail: tadeu.cendon@br.pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	4.067.689.000,00	3.940.242.000,00	3.467.541.000,00
Ativo Total	54.005.818.000,00	28.645.797.000,00	29.502.617.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	13.437.657.000,00	10.521.010.000,00	9.882.629.000,00
Resultado Bruto	6.516.758.000,00	4.069.458.000,00	3.309.519.000,00
Resultado Líquido	311.331.000,00	1.782.887.000,00	1.682.455.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	172.927.303	172.927.303	172.927.303
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	23,520000	22,790000	20,050000
Resultado Básico por Ação	0,550000	3,200000	3,010000
Resultado Diluído por Ação	0,55	3,19	3,00

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2. Medições não contábeis

a. Valor das medições não contábeis

O EBITDA corresponde ao lucro líquido do período e/ou exercício ajustado pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social e as despesas de depreciação, amortização e exaustão.

O EBITDA não é medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como resultados financeiros e tributos.

O EBITDA consolidado apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 totalizaram os montantes de R$ 6.798 milhões, R$ 4.646 milhões e R$ 3.900 milhões, respectivamente. As margens EBITDA em relação às receitas líquidas foram de 50,6%, 44,2% e 39,5%, respectivamente.

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras consolidadas auditadas

Cálculo do EBITDA			
Demonstrações Financeiras Consolidadas	**Exercício social encerrado em 31.12.2018**	**Exercício social encerrado em 31.12.2017**	**Exercício social encerrado em 31.12.2016**
Receita Líquida Total (em R$ mil)	13.437.657	10.521.010	9.882.629
Resultado Bruto (em R$ mil)	6.516.758	4.069.458	3.309.519
Despesas operacionais:			
(-) Despesas com vendas (em R$ mil)	(598.726)	(430.825)	(408.810)
(-) Despesas gerais e administrativas (Em R$ mil)	(836.888)	(535.750)	(433.294)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Em R$ mil)	145.747	140.495	28.616
(=) EBIT (Em R$ mil)	5.234.467	3.243.378	2.496.031
(+) Depreciações e Amortizações (Em R$ mil)	1.563.304	1.402.851	1.403.592
(=) EBITDA (Em R$ mil)	6.797.771	4.646.229	3.899.623

3.2 - Medições Não Contábeis

Margem de EBITDA %	50,59%	44,16%	39,46%

c. Explicações sobre o motivo pelo qual a Companhia entende que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia considera o EBITDA e o EBITDA Ajustado, com todas as limitações anteriormente mencionadas, e em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis como indicador razoável de comparação entre seus principais concorrentes de Mercado.

Este indicador não contábil é utilizado pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa, ainda que com determinadas limitações, da Companhia.

A Companhia considera a geração de Caixa Operacional uma importante medida de desempenho financeiro em uma indústria de capital intensivo.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Eventos subsequentes da Companhia

Conforme descrito nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2018 ("Notas Explicativas" e, individualmente "Nota Explicativa") 1.1 b) i) e 33.1 a), a contraprestação paga para a aquisição do controle da Fibria se deu parte em dinheiro e parte em ações da Suzano S.A. (anteriormente denominada Suzano Papel e Celulose S.A.). Com a emissão de novas ações da Suzano S.A. em favor dos então acionistas da Fibria, houve diluição da participação da Companhia na Suzano S.A., fazendo com que ela caísse para abaixo de 50%, mesmo considerando o Acordo de Voto descrito na Nota Explicativa 14 referência (5). Essa situação requer que a administração avalie se o controle é mantido, especialmente quando perdendo a condição de acionista majoritário. A administração avaliou os fatos e circunstâncias mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e conclui, apoiada em opinião de assessores externos, pela existência do *de facto control i.e.,* a Companhia tem a habilidade prática de controlar a Suzano S.A.. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da Suzano S.A., mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria.

Eventos subsequentes da controlada Suzano S.A.

(a) Combinação de negócios - Fibria

A Suzano S.A. completou o processo de reorganização societária que resultou no controle integral do capital social da Fibria, produtora de celulose de eucalipto, nos termos do Acordo apresentado na nota explicativa 1.1, b, i) das Demonstrações Financeiras da Suzano S.A. de 31 de dezembro de 2018.

A reorganização societária tem como principal objetivo a criação de uma nova empresa, que será líder mundial na produção e venda de papel e celulose, a Suzano S.A. resultante desta união terá, aproximadamente, 37 mil colaboradores (diretos e terceiros), com ativos posicionados no Brasil e no mundo. No total serão 11 unidades industriais, atingindo 11 milhões de toneladas de celulose, 1,4 milhão de toneladas de papel e volumes anuais de exportação totalizando R$ 18 bilhões.

A contraprestação pela Fibria, definida nos termos do Acordo, é como segue:

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

i. Relação de troca de ações

Em 02 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas, a relação de troca das ações ordinárias de emissão da Eucalipto Holding S.A. detidas por acionistas da Fibria por ações de emissão da Suzano S.A. foi ajustada de 0,4611 para 0,4613, sendo a relação de troca de 0,4613 considerada como final. O ajuste na relação de troca, comparado ao originalmente anunciado, se deve em razão da (i) alteração do número total de ações de emissão da Fibria ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de *vesting* de planos de opção entre o constante no Protocolo e Justificação e a presente data de 553.080.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano S.A. ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o constante no Protocolo e Justificação e a presente data de 1.091.984.141 ações para 1.093.784.141 ações.

Como consequência do referido ajuste (i) a Suzano S.A. emitiu, em razão da incorporação da Eucalipto Holding S.A., 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de mercado desta data de R$ 36,95 (trinta e seis reais e noventa e cinco centavos) totalizando o montante de R$ 9.438.413.000,00; e (ii) o valor atribuído a fração de ação ordinária da Suzano S.A. para cálculo do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso de Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R$ 15,38 (quinze reais e trinta e oito centavos) atribuído a 0,4611 ação ordinária para R$ 15,39 (quinze reais e trinta e nove centavos) atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano S.A..

ii. Parcela em dinheiro

Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Suzano S.A.comunicou o valor final da Parcela em Dinheiro Ajustada, correspondente ao valor do resgate por cada ação preferencial resgatável da Eucalipto Holding, originalmente equivalente a R$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), (i) reduzido pelo montante de dividendos, declarados pela Fibria em 03 de dezembro de 2018 e pagos no Brasil em 12 de dezembro de 2018 no montante de R$ 5,03 (cinco reais e três centavos) por ação de emissão da Fibria, e (ii) acrescido de R$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos), correspondente à variação da taxa média diária dos depósitos interbancários brasileiros expressa como um percentual anual, baseada em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“Taxa DI”), entre 15 de março de 2018 e a Data de Consumação da Operação (inclusive), sendo que entre 10 de janeiro de 2019 (inclusive) e 14 de janeiro de 2019 (inclusive) a Taxa DI foi estimada em 6,40% (seis vírgula quarenta por cento) ao ano, apurando o montante no valor total e final de R$ 50,20 (cinquenta reais e vinte centavos) por ação perfazendo o valor final da Parcela em Dinheiro Ajustada de R$ 27.797.440.000,00.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Os valores mencionados acima são brutos, não considerando eventuais impactos tributários incidentes sobre o pagamento para Acionistas Fibria residentes ou não-residentes, os quais se encontram detalhados no Aviso aos Acionistas divulgado em 29 de novembro de 2018.

A Suzano S.A. realizou uma análise de avaliação preliminar do valor justo de mercado dos ativos da Fibria adquiridos e passivos assumidos. Usando a contraprestação total para a Incorporação, a Suzano S.A. estimou as alocações para tais ativos e passivos. A tabela a seguir, em milhões de Reais, resume a alocação do preço de compra preliminar em 03 de janeiro de 2019 com base nas Demonstrações financeiras da Fibria de 31 de dezembro de 2018.

	(valores expressos em milhões de Reais)	
Contraprestação em dinheiro	27.797	
Emissão de ações da Suzano S.A.	9.439	
Contraprestação total	37.236	
Valor contábil do patrimônio líquido da Fíbria	14.149	
Baixa do valor contábil do ágio existente, líquido de imposto de renda diferido	(3.425)	
Valor contábil do patrimônio líquido da Fíbria, líquido do ágio	10.724	
Ajustes ao valor justo		
Estoques	2.179	(a)
Imobilizado	9.290	(b)
Relacionamento com cliente	9.579	(c)
Ativos e Direitos Portuários	750	(d)
Possíveis perdas contingentes	(2.970)	(e)
Empréstimos e Financiamentos	(60)	(f)
Impostos a Recuperar	(236)	(g)
Demais Ativos e Passivos Líquidos	368	(h)
Impostos diferidos, líquidos	(501)	(h)
Impacto total do valor justo	18.399	
Ágio preliminar total	**8.113**	

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

(a) Calculado considerando o saldo dos produtos acabados com base no preço de venda, líquido das despesas de venda e de uma margem aceita baseada nos resultados realizados em 2018.
(b) Apurado com base na análise de dados de mercado nas transações comparáveis e na quantificação do custo, a partir da estimativa do valor de substituição ou reposição dos bens.
(c) Para a determinação do ajuste ao valor justo na carteira de clientes, foi considerada a abordagem da renda e o método *MPEEM (Multi Period Excess Earnings Method)* que mensura o valor presente dos rendimentos que serão gerados durante a vida útil remanescente do ativo. Considerando o histórico de 5 anos com os dados de vendas da Fibria e o *churn rate* que mensura a satisfação e a permanência dos clientes na carteira, o ajuste foi calculado usando fluxos de caixa descontados estimados.
(d) A Fibria possui contratos de concessão e ativos portuários, para auxiliar nas operações em portos no Brasil. O cálculo de valor justo destes ativos foi considerado a abordagem da renda, o método *MPEEM (Multi Period Excess Earnings Method)* que mensura o valor presente dos rendimentos que serão gerados durante a vida útil remanescente do ativo e método de diferencial direto de custos.
(e) Neste momento, na combinação de negócios, para o cálculo do valor justo das contingências, cujas as probabilidades de perda foram reputadas como possível e remota pela Administração da Fibria, foram considerados, pela Administração da Suzano S.A. e seus assessores externos e independentes, os montantes indicados com base nas análises dos advogados externos da Fibria.
(f) O Ajuste ao valor justo de empréstimos e financiamentos foi calculado com base no valor justo dos *Bonds,* a partir da cotação do título em mercado secundário, e do ajuste a valor presente considerando a taxa de mercado na data base.
(g) Para a mensuração do valor justo dos impostos a recuperar foi considerado o montante que será recuperado, trazido ao valor presente levando em conta a taxa Selic esperada para este mesmo período.
(h) Em demais ativos e passivos líquidos, incluindo contratos de fornecimento, contas a receber e adiantamento a fornecedores, foi utilizada a metodologia de avaliação de renda, o valor presente e o diferencial direto de custos.
(i) Imposto de renda diferido calculado sobre os ajustes de valor justo dos ativos na Veracel e Portocel.

O ágio acima é atribuível à forte posição de mercado e à futura rentabilidade esperada da Fibria em negociações no mercado de celulose de eucalipto.

Os custos diretos relacionados com a operação, registrados diretamente no resultado do exercício, totalizaram aproximadamente R$ 63.690.000,00, substancialmente composto por gastos com honorários advocatícios, auditoria e demais consultorias.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

	(expresso em milhões de Reais)
Ativo	**Valor Justo**
Circulante	
Caixa e equivalentes	1.794
Títulos e valores mobiliários	4.316
Instrumentos financeiros derivativos	211
Contas a receber	1.303
Estoques	6.187
Impostos a recuperar	261
Outros ativos	211
Total Ativo Circulante	**14.283**
Não Circulante	
Títulos e valores mobiliários	173
Instrumentos financeiros derivativos	455
Impostos a recuperar	988
Adiantamento a fornecedores	604
Depósitos Judiciais	210
Impostos diferidos	1.637
Outros Ativos	227
	4.295
Investimentos	200
Ativos biológicos	4.580
Ativo Imobilizado	24.889
Direito de uso	2.762
Ativo Intangível	11.018
Ágio da Aracruz	-
Demais intangíveis	309
Carteira de clientes	9.579
Software	21
Cultivares	143
Contratos de Fornecedores	172
Concessão	750
Mais-valia de Contratos - Arrendamentos	44
Parcela não alocada - Ágio	8.113
	51.562
Total do ativo não circulante	**55.857**
Total do ativo	**70.140**

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

	(expresso em milhões de Reais)
Passivo	**Valor Justo**
Circulante	
Empréstimos e financiamentos	3.136
Instrumentos financeiros derivativos	276
Passivo de arrendamento	349
Contas a pagar fornecedores	3.427
Salários e encargos sociais	402
Impostos e taxas a recolher	129
Dividendos a pagar	731
Demais contas a pagar	151
Total do passivo circulante	**8.601**
Não Circulante	
Empréstimos e financiamentos	17.591
Passivo de arrendamento	2.412
Instrumentos financeiros derivativos	126
Provisão para contingências, liquida	3.181
Impostos diferidos - passivos	512
Demais contas a pagar	369
Total do passivo não circulante	**24.191**
Total do passivo	**32.792**
Patrimônio Liquido	
Patrimônio liquido atribuído aos acionistas	37.236
Participação de não controladores	112
Total do patrimônio liquido	**37.348**
Total do passivo e patrimônio liquido	**70.140**

(b) Debêntures da 7ª emissão

Em 07 de janeiro de 2019, a Suzano S.A. emitiu R$ 4 bilhões em debêntures da 7º emissão, série única, não conversíveis em ações, com vencimento em janeiro de 2020 com taxa de juros de 103% até 112% do CDI.

(c) *Senior Notes 2029*

Em 29 de janeiro de 2019, a Suzano S.A. realizou reabertura da Senior Notes 2029 com

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

a emissão adicional de títulos de dívida, no montante de US$ 750 milhões (equivalente a R$ 2,8 bilhões). As *Notes* têm vencimento em janeiro de 2029 e foram emitidas com juros de 5.465% ao ano, os quais serão pagos semestralmente.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4. Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais

a. Retenção de lucros

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% será destinado ao Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social; (ii) 25% do lucro líquido, no mínimo, deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; (iii) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, com a faculdade de destinar até 90% à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O valor remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Conforme mencionado no item anterior, o Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.

O Estatuto Social prevê, ainda, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A., que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição da Reserva de Lucros a Realizar. Ademais, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., o saldo das reservas de lucros, exceto as de contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização das ações da Companhia, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Além disso, o Estatuto Social da Companhia permite que a Assembleia Geral atribua aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros.

Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, poderá a sociedade pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995. Caso pagas dessa forma, as importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas ocorre anualmente, sempre que houver lucro

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

ou reservas de lucros.

Ainda, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, poderá ser levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano e poderá a Diretoria declarar dividendo semestral, por conta do dividendo anual; levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.

d. Restrições à distribuição de dividendos

Não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos.

e. Política de destinação de resultados formalmente aprovada

Não há política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	0,00	488.876.000,00	515.081.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	2,470000	14,830000	15,640000
Dividendo distribuído total	0,00	122.219.000,00	128.770.000,00
Lucro líquido retido	100.485.000,00	393.459.000,00	413.421.000,00
Data da aprovação da retenção	29/04/2019	27/04/2018	28/04/2017

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
		0,00					
Dividendo Obrigatório							
Preferencial	Preferencial Classe A			44.813.000,00	10/05/2018	53.159.000,00	11/05/2017
Ordinária				44.578.000,00	10/05/2018	52.881.000,00	11/05/2017
Preferencial	Preferencial Classe B			19.161.000,00	10/05/2018		
Preferencial	Preferencial Classe B					22.730.000,00	11/05/2017
Juros Sobre Capital Próprio							
Ordinária				5.613.000,00	12/12/2017		
Preferencial	Preferencial Classe A			5.642.000,00	12/12/2017		
Preferencial	Preferencial Classe B			2.412.000,00	12/12/2017		

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais

Em 29 de abril de 2019, foi realizada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que aprovou a distribuição de dividendos no montante de R$ 113.850 mil, debitados a Reserva de Lucros. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 10 de maio de 2019, com base na posição acionária em 29 de abril de 2019, passando as ações a serem negociadas "ex-direitos" a partir de 30 de abril de 2019.

Em 16 de fevereiro de 2016, foi realizada Reunião de Diretoria (RD) que aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 167.778 mil, debitados a Reserva de Lucros. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 25 de fevereiro de 2016, com base na posição acionária em 25 de fevereiro de 2016, passando as ações a serem negociadas "ex-direitos" a partir de 17 de fevereiro de 2016.

Em 28 de abril de 2016, foi realizada Assembleia Ordinária e Extraordinária que aprovou a distribuição de dividendos no montante de R$ 77.107 mil, debitados a Reserva de Lucros. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 05 de maio de 2016, com base na posição acionária em 05 de maio de 2016, passando as ações a serem negociadas "ex-direitos" a partir de 29 de abril de 2016.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	41.949.427.000,00	Índice de Endividamento	3,48000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		352.450.000,00	884.813.000,00	228.693.000,00	81.267.000,00	1.547.223.000,00
Empréstimo	Quirografárias		3.074.246.000,00	3.940.141.000,00	10.512.202.000,00	16.663.697.000,00	34.190.286.000,00
Total			3.426.696.000,00	4.824.954.000,00	10.740.895.000,00	16.744.964.000,00	35.737.509.000,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento

a. Com relação à Companhia

Somos uma companhia holding dependente das distribuições de lucros de nossas subsidiárias e a maior parte de nossas atividades é conduzida através de nossa controlada Suzano S.A.. Dependemos das distribuições de lucros de nossas subsidiárias para obtermos fluxo de caixa.

Em relação à nossa controlada **Suzano S.A.**

Os benefícios que a Suzano S.A. espera alcançar ao operar como uma empresa combinada com a Fibria podem não ser alcançados.

Embora a Suzano S.A. espere que suas operações combinadas com a Fibria produzam sinergias substanciais, a integração de duas grandes empresas apresenta desafios significativos. Não há nenhuma garantia que a Suzano S.A. e a Fibria poderão integrar suas respectivas operações ("Fusão") sem encontrar dificuldades, que podem incluir, entre outras coisas, a perda de funcionários-chave, desvio de atenção administrativa, a interrupção de nossos respectivos negócios em andamento ou possíveis inconsistências em normas, procedimentos e políticas. Também não há garantia sobre até que ponto poderemos produzir as sinergias que previmos com a fusão, quanto ao prazo para sua realização ou quanto às despesas que serão incorridas com relação à realização da sinergia. Em particular, pode ser difícil para nós medirmos as economias de custo previstas na combinação das instalações de produção das empresas e, também, os benefícios esperados de sinergia da aquisição conjunta de matérias-primas, compartilhamento de técnicas de produção melhoradas e integração de departamentos administrativos. Se a Suzano S.A. não conseguir concretizar os benefícios e sinergias esperados com a Fusão, os resultados, a condição financeira e o preço de negociação das ações da Suzano S.A. podem ser adversamente afetados.

A Suzano S.A. espera reconhecer um valor considerável de ágio e ativos intangíveis como resultado da fusão, o que pode estar sujeito no futuro, em determinadas circunstâncias, à depreciação prevista na regulamentação contábil aplicável.

A Suzano S.A. espera reconhecer um valor considerável de ágio e ativos intangíveis como resultado da Fusão. Antes da consumação da Fusão, a Suzano S.A. realizou uma análise preliminar de valor de mercado dos ativos da Fibria a serem adquiridos e os passivos a serem assumidos na Fusão. Neste momento, a Suzano S.A. estima um valor preliminar de ágio no montante de R$ 7.897,1 milhão relacionado à Fusão. Para mais informações, vide nota 32 (i) das demonstrações financeiras auditadas e consolidadas da Suzano S.A.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Com base no *International Financial Reporting Standards* (IFRS), ágio e ativos intangíveis com vida útil indeterminada não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar uma possível necessidade de depreciação, ou mais frequentemente se qualquer evento ou circunstância indica que a Suzano S.A. incorreu em prejuízo por depreciação. Outros ativos intangíveis os quais tenham vida útil determinada são amortizados de forma linear considerando sua vida útil estimada e são revisados para a possibilidade de prejuízo sempre que haja alguma indicação de depreciação. Ainda, com base no IFRS a Suzano S.A. é obrigada a realizar uma análise para depreciação de ativos com vida útil indeterminada quando o valor contábil dos ativos líquidos exceder sua capitalização de mercado. Como resultado, a Suzano S.A. pode ser obrigada a reconhecer uma depreciação no valor do ágio e outros ativos intangíveis no futuro, se for exigido pelo IFRS, o que pode afetar adversamente sua condição financeira e resultado ou preços de negociação de seus valores mobiliários.

A atividade da Suzano S.A. apresenta riscos operacionais relevantes que se materializados podem resultar na paralisação parcial de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condições financeiras.

As operações da Suzano S.A. estão sujeitas a riscos operacionais, os quais podem causar a paralisação, ainda que parcial ou temporária, de suas atividades assim como perda de produção. Tais paralisações podem ser causadas por fatores associados à falha de equipamentos, acidentes, incêndios, greves, desgastes decorrentes do tempo e da exposição às intempéries e desastres naturais. A ocorrência dos eventos mencionados pode, dentre outros efeitos, resultar em danos graves aos bens da Suzano S.A., diminuição do volume ou aumento dos custos de produção, causando um efeito adverso negativo em suas condições financeiras.

Para o desenvolvimento dos seus negócios, a Suzano S.A. depende da contínua operação logística, que contempla estradas, ferrovias, armazéns, portos, entre outros. Tais operações podem ser interrompidas por fatores exógenos, como, por exemplo, ocorrências de movimentos sociais, desastres naturais, quedas de energia e greves. Por exemplo, em maio de 2018 a greve geral dos caminhoneiros em todo o Brasil resultou em suspensão temporária das operações da Suzano S.A. por alguns dias, o que causou perdas na produção de papel e celulose. Para finalizar a greve, o governo brasileiro fez diversas concessões aos caminhoneiros, o que pode afetar os custos da operação logística da Suzano S.A..

A interrupção no fornecimento de insumos para a operação das unidades industriais e florestais, ou no transporte de produtos acabados aos clientes poderiam causar impactos materiais adversos sobre as receitas e o resultado operacional da Suzano S.A..

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Celebramos contratos com terceiros para prestar os serviços de transporte e logística necessários para as nossas operações. Por consequência, a rescisão ou término destes ou nossa incapacidade de renová-los ou negociar novos contratos com outros prestadores de serviços em condições semelhantes poderá afetar significativamente a nossa situação financeira e operacional. Além disso, a maioria dos prestadores de serviços de transporte e logística da Suzano S.A. atuam sob concessões do governo brasileiro e perda ou não renovação de tais concessões podem afetar adversamente a nossa situação financeira e operacional.

Atrasos na expansão das unidades industriais da Suzano S.A., na construção de novas unidades ou no início ou aumento na produção antes da demanda (*ramp up*) de instalações novas ou ampliadas podem aumentar os custos da Suzano S.A. e afetar adversamente seus resultados e sua condição financeira.

Como parte da estratégia da Suzano S.A. para aumentar sua participação no mercado internacional e melhorar sua competitividade por meio de maiores economias de escala, a Suzano S.A. pode decidir expandir suas unidades industriais existentes ou construir novas unidades industriais. A expansão ou construção de uma unidade industrial envolve vários riscos. Esses riscos envolvem engenharia, construção, sistemas operacionais, integração com a unidade existente em projetos *brownfield*, regulamentações e outros desafios significativos esperados ou inesperados que podem atrasar ou impedir a operação bem-sucedida do projeto ou aumentar significativamente os custos da Suzano S.A.. A capacidade da Suzano S.A. de concluir com sucesso qualquer expansão ou novo projeto de construção no prazo originalmente estabelecido também está sujeita a riscos de financiamento e outros, incluindo:

- a Suzano S.A. pode não conseguir completar projetos de expansão ou de novas construções no prazo estabelecido ou sem exceder o orçamento esperado ou requerido pelas condições de mercado ou outros fatores que atrasem o início da construção ou o cronograma para a finalização de novos projetos e expansões;
- as novas instalações novas ou instalações expandidas podem não operar na capacidade projetada, não aumentar sua produção (*ramp up*) conforme o planejado ou custar mais para operar do que era esperado pela Suzano S.A.;
- a Suzano S.A. pode não ser capaz de vender sua produção adicional a preços competitivos;
- a Suzano S.A. pode não ter recursos ou pode não conseguir financiamento para implementar seu plano de crescimento; e
- a Suzano S.A. pode ter um impacto negativo nas unidades industriais existentes que podem resultar em instabilidade operacional.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por exemplo, a Fibria investiu R$187,8 milhões em 2018 e a Suzano S.A., como sucessora da Fibria, espera investir aproximadamente R$432,0 milhões em 2019 e R$ 155,3 milhões em 2020 em instalações e operações logísticas no terminal localizado em Santos, operado pela Empresa Brasileira de Terminais Portuários SA (Embraport). Espera-se que as operações neste terminal comecem em 2020. No entanto, eventuais atrasos ou custos excedentes podem afetar a construção e as operações planejadas, o que pode afetar adversamente os negócios da Suzano S.A., sua situação financeira e resultados operacionais.

A cobertura de seguro da Suzano S.A. pode ser insuficiente para cobrir suas perdas e não abrange danos causados às suas florestas.

A cobertura de seguros da Suzano S.A. para danos em suas florestas e unidades industriais decorrentes de riscos operacionais ou responsabilidade de terceiros por acidentes, bem como para transporte doméstico e internacional, pode ser insuficiente para cobrir as perdas que a Suzano S.A. possa vir a sofrer em eventuais sinistros de magnitude catastrófica ou então decorrente de particularidades excluídas e/ou descobertas pelas devidas apólices contratadas. A Suzano S.A. não mantém cobertura contra danos decorrentes de incêndio, furtos, pragas ou quaisquer outros riscos nas suas florestas. A ocorrência de perdas ou outros prejuízos que não estejam cobertos pelos seguros da Suzano S.A., decorrente de limitação de cobertura, prejuízos superiores aos limites estabelecidos em apólice ou quaisquer outros motivos que impeçam o recebimento de indenização, podem resultar em custos adicionais significativos e inesperados. Ademais, os termos e as condições de renovação das apólices de seguros da Suzano S.A. poderão ser alterados no futuro em função de modificações no mercado de seguros ou então das características dos próprios riscos cobertos.

A Suzano S.A. é titular de benefícios fiscais, cuja suspensão, decurso do prazo de vigência, cancelamento ou não renovação podem afetar adversamente os resultados da Suzano S.A. e geração de caixa líquida. Alterações na legislação fiscal podem impactar negativamente os negócios da Suzano S.A.

A Suzano S.A. possui unidades de produção em microrregiões localizadas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, sendo assim beneficiária de incentivos fiscais federais por força de suas atividades nessa região, além de outros benefícios fiscais federais.

No âmbito estadual, a Suzano S.A. também é beneficiária de incentivos fiscais com base em legislação estadual, como o PROMARANHÃO no estado do Maranhão e o Desenvolve no estado da Bahia, publicados pela portaria-GABIN nº 435/18 e decreto nº 18.270/18, respectivamente, considerados os mais relevantes. Tais incentivos podem

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

eventualmente não serem mantidos pelos Estados da Federação, que precisam cumprir, unilateralmente, com procedimentos e prazos ao longo do ano para renovação destes benefícios, e/ou serem questionados judicialmente em razão da controvérsia existente se tais incentivos dependeriam ou não de aprovação por unanimidade do CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária), o qual é composto por Secretários da Fazenda de cada Estado da Federação.

A Suzano S.A. não pode assegurar que os incentivos fiscais de que é atualmente beneficiária serão mantidos ou renovados, inclusive (mas não exclusivamente) em razão das condições macroeconômicas adversas, que poderão afetar incentivos atualmente relevantes ao setor, como, por exemplo, a imunidade das receitas de exportação à incidência da contribuição previdenciária, RECAP (Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras) e Preponderante Exportador, entre outros. Caso tais benefícios fiscais não sejam efetivamente renovados, isso poderá ter um efeito adverso relevante nos resultados da Suzano S.A. e na geração de caixa líquido. Em caso de eventuais questionamentos de ordem constitucional ou se a Suzano S.A. não for capaz de cumprir com obrigações acessórias relacionadas a tais benefícios fiscais, estes podem ser suspensos ou cancelados e, a Suzano S.A. pode ser demandada a pagar os impostos devidos dos últimos cinco anos, incluindo juros e multas, o que poderá afetá-la adversamente.

Além disso, o governo federal, estadual e municipal, frequentemente, implementa alterações na legislação tributária que podem afetar a Suzano S.A. e seus clientes, tais como alterações nas alíquotas e na base de cálculo dos tributos. Algumas destas alterações podem resultar em aumento de encargos fiscais e alteração, redução ou extinção de benefícios fiscais, que podem afetar adversamente os negócios da Suzano S.A..

Uma parcela significativa do fluxo de caixa da Suzano S.A. terá que ser usada para atender suas obrigações e desta forma, a Suzano S.A. será mais alavancada do que a Fibria.

Em 31 de dezembro de 2018, a Fibria tinha R$ 20,7 bilhões de dívida total consolidada e a Suzano tinha R$ 35,7 bilhões de dívida total consolidada. Depois de dar efeito aos acordos de financiamento celebrados pela Suzano em conexão com a Fusão e após a conclusão da Fusão, a Suzano é uma empresa mais alavancada, considerando a dívida total consolidada da Fibria antes da Fusão e o endividamento adicional incorrido pela Suzano para financiar a Fusão.

A Suzano S.A. está sujeita aos riscos normalmente associados a montantes significativos de dívida, que podem ter consequências importantes. O endividamento da Suzano S.A. poderá, entre outras coisas: (i) exigir que esta usasse uma parte substancial de seu fluxo

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de caixa das operações para pagar suas obrigações, reduzindo assim a disponibilidade de seu fluxo de caixa para financiar capital de giro, operações, investimentos, pagamentos de dividendos, aquisições estratégicas, expansão de suas operações e outras atividades de negócios; (ii) aumentar sua vulnerabilidade a condições econômicas e industriais adversas gerais; (iii) limitar, juntamente com restrições financeiras e outras cláusulas restritivas em seus instrumentos de dívida, sua capacidade de obter recursos adicionais ou alienar ativos; e (iv) colocar a Suzano S.A. em desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes que têm menos dívidas.
Além disso, a Suzano S.A. pode precisar refinanciar a totalidade ou parte de sua dívida até o vencimento, e talvez não possa fazê-lo em termos comercialmente razoáveis ou de forma alguma.

Alguns dos contratos financeiros da Suzano S.A. contêm cláusulas que impõem a manutenção de certos índices financeiros e o inadimplemento cruzado (*cross default*). A inadimplência gerada a partir de violação destes contratos pode ter efeitos materiais adversos sobre a Suzano S.A.

Parte dos contratos que representam parcela do endividamento da Suzano S.A. contém cláusulas que exigem a manutenção de determinada proporção entre certos índices financeiros, tais como Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, além de que a ocorrência de um evento de inadimplemento sob certas dívidas pode acionar um evento de inadimplemento de outras dívidas ou permitir que os credores destas últimas dívidas antecipem seus vencimentos.

O inadimplemento de determinados termos dos contratos de financiamento, que não forem devidamente consentidos pelos credores relevantes, podem resultar em uma decisão por parte destes credores de acelerar o saldo em aberto da dívida, e em alguns contratos também poderiam acelerar outras dívidas. Nesta última hipótese, os ativos e fluxos de caixa da Suzano S.A. poderão ser insuficientes para pagar os valores devidos pelos contratos de financiamento. Se tais eventos ocorrerem, a situação financeira da Suzano S.A. e o preço das suas ações poderão ser material e adversamente afetadas.

Se a Suzano S.A. for incapaz de administrar os problemas e riscos em potencial relacionados a aquisições e alianças, seus negócios e perspectivas de crescimento podem ser afetados.

A Suzano S.A. tem realizado alianças e aquisição de importantes ativos e poderá no futuro, como parte de sua estratégia, adquirir outros ativos, negócios e/ou firmar alianças no Brasil ou em outros países. Por exemplo, a Suzano S.A. (como sucessora da Fibria) detém 50% do capital social da Veracel, uma *joint venture* com a Stora Enso para a produção de celulose, e 51% do capital social da Portocel (antigamente detida pela

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Fibria), subsidiária da Suzano S.A. da qual a Celulose Nipo-Brasileira – CENIBRA detém os outros 49%. Em maio de 2014, a Fibria (antiga parceira da Stora Enso) iniciou um processo arbitral contra a Stora Enso por supostos descumprimentos de obrigações nos contratos celebrados entre as empresas (mais informações no item 4.3 deste Formulário de Referência). Disputas com nossos parceiros de negócios, eventos inesperados, alterações em condições de mercado, bem como dificuldades ao integrar novos negócios, ou administrar novas alianças com êxito, podem afetar adversamente o desempenho comercial e financeiro da Suzano S.A. e/ou impedir a captura de ganhos esperados. Se a Suzano S.A. vier a se engajar em futuras transações de aquisições em formato de sociedade ou parceria, estará sujeita a certos riscos, incluindo aqueles atinentes à escolha do sócio ou parceiro, bem como aos riscos de falhas no planejamento e/ou gestão de qualquer nova aliança estratégica.

Ademais, qualquer nova aquisição ou aliança estratégica poderá afetar os custos da Suzano S.A. com impacto significativo das métricas financeiras ou eventual dispersão do foco em relação aos negócios atuais. Nesse tipo de operação existe ainda o risco de não aprovação da transação por parte de autoridades regulatórias no Brasil e no exterior, o que pode adversamente afetar o preço de negociação dos valores mobiliários da Suzano S.A.

Alguns dos concorrentes da Suzano S.A. podem estar melhor posicionados para adquirir outros negócios de celulose e papel.

Empresas atuantes nos segmentos da Suzano S.A. podem competir por oportunidades de aquisições e alianças neste setor e eventuais movimentos de empresas concorrentes nesse sentido podem afetar a probabilidade de sucesso da Suzano S.A. em realizar ou concluir aquisições e alianças necessárias à ampliação de seu negócio, como por exemplo a Fusão. Ademais, a Suzano S.A. pode ter elevados custos associados à estruturação e ou financiamentos para conclusão de operações de aquisições e ou de alianças em relação a outras empresas concorrentes. Empresas melhor posicionadas para realizar aquisições e ou alianças que afetem a Suzano S.A. podem se beneficiar de melhores custos de produção, afetando a competitividade da Suzano S.A.

A Suzano S.A. poderia ser prejudicada pelo mal funcionamento ou interrupção de sistemas de tecnologia da informação ou maquinário automatizado.

As operações da Suzano S.A. são fortemente dependentes de sistemas de tecnologia da informação para gerenciar com eficiência os processos de produção. Portanto, interrupções nestes sistemas, causadas por obsolescência, falhas técnicas ou atos intencionais, podem prejudicar ou mesmo paralisar seus negócios e impactar negativamente suas operações. Além disso, qualquer falha de seus sistemas relacionada

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a informações confidenciais, ocasionada por ataques cibernéticos externos ou ações internas, incluindo negligência e/ou má conduta de seus funcionários, podem ter um impacto negativo na reputação da Suzano S.A. diante de concorrentes e agentes externos (governo, órgãos reguladores, fornecedores, entre outros).

Os sistemas de tecnologia da informação da Suzano S.A. podem ser vulneráveis a ações externas, tais como desastres naturais, vírus, ataques cibernéticos e outras falhas de segurança. Qualquer dano ou interrupção pode causar um efeito negativo adverso nos resultados dos negócios da Suzano S.A., inclusive por conta de multas, obrigações perante clientes ou litígio judicial.

A Suzano S.A. pode estar sujeita a violações dos sistemas de automação ocasionando paralisações parciais e/ou temporária das operações e/ou acesso indevido as informações estratégicas, além da perda de dados relevantes. Os custos para tratar as vulnerabilidade e/ou problemas mencionados podem ser significativos e podem afetar temporariamente as operações da Suzano S.A.

A Suzano S.A. mantém controles técnicos de segurança e sistemas de monitoramento para lidar com essas ameaças. Embora essas medidas sejam projetadas para prevenir, detectar e responder a atividades não autorizadas em seus sistemas, certos tipos de ataques, incluindo ataques cibernéticos, que podem ter um efeito relevante nos negócios e reputação da Suzano S.A., podem ocorrer.

Além disso, qualquer alteração nos atuais regulamentos de segurança pode submeter a Suzano S.A. a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança. A título exemplificativo, alterações que imponham uma jornada de trabalho diária reduzida por razões de segurança podem resultar na redução da produtividade, forçando a contratação de funcionários adicionais. Da mesma forma, disposições legais que requeiram a instalação ou a compra de equipamentos de segurança adicionais poderiam aumentar os custos da Suzano S.A. relativos à mão de obra e afetar adversamente os resultados operacionais.

A redução da classificação de risco de crédito da Suzano S.A. pode aumentar seu custo de captação e/ou restringir a disponibilidade de novos financiamentos ou injeções de capital.

A classificação de risco indica a probabilidade, dada diferentes metodologias de avaliação por cada agência responsável, de pagamento das dívidas e obrigações da Suzano S.A. no seu vencimento, assim como a pontualidade no pagamento dos juros e demais custos da Suzano S.A. A classificação de riscos não deve ser interpretada como uma recomendação de comprar, reter ou vender quaisquer valores mobiliários emitidos pela Suzano S.A.,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

assim como não necessariamente afetará o preço de mercado ou a adequação dos valores mobiliários emitidos pela Suzano S.A. para qualquer investidor em particular. A classificação de risco atribuída à Suzano S.A. pelas agências de classificação poderá ser elevada, reduzida ou mantida em decorrência, entre outros fatores, da avaliação das agências de risco sobre a nossa situação financeira por diferentes metodologias. Portanto, a Suzano S.A. não pode assegurar que a sua classificação de risco será mantida por qualquer período de tempo ou que não será rebaixada ou cancelada.

A classificação de risco pode impactar a condição financeira em geral da Suzano S.A., incluindo taxas de juros pagas sobre financiamentos tomados e a percepção do mercado sobre a situação financeira da Suzano S.A., que por sua vez poderia ter um efeito material adverso sobre a habilidade de realizar pagamentos nas datas devidas. Caso a classificação de risco da Suzano S.A. vier a ser reduzida e a percepção do mercado vier a ser de deterioração da situação financeira, os custos associados aos financiamentos provavelmente subiriam e o resultado da Suzano S.A. cairia, o que poderia causar um efeito material adverso sobre a mesma.

Adicionalmente, a classificação de risco da Suzano S.A. é sensível à qualquer mudança sobre a classificação do risco soberano brasileiro. A classificação do risco soberano brasileiro foi reduzida em 2016 e 2018. Atualmente o país não se classifica com o grau de investimento, de acordo com a metodologia das maiores agências de classificação globais. Qualquer novo rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil pode gerar consequências adversas na capacidade da Suzano S.A. de obter financiamentos ou nos custos desses financiamentos e, consequentemente, sobre os seus resultados.

Disputas judiciais cujos resultados venham a ser desfavoráveis para a Suzano S.A. e afetar negativamente os negócios e situação financeira.

Diante da natureza da atividade, a Suzano S.A. e seus administradores estão envolvidos em disputas judiciais de natureza cível (inclusive ambiental), tributária e trabalhista que envolvem reivindicações monetárias significativas.

Considerando que eventual resultado desfavorável nas demandas poderá resultar em desembolso pela Suzano S.A. em valores substanciais, o que pode afetar adversamente sua reputação, resultados, fluxo de caixa e condição financeira, o item 4.3 do Formulário de Referência destaca a relação aos processos relevantes em que a Suzano S.A. figura como parte. Ademais, os valores provisionados em relação a tais demandas podem aumentar ou se tornar insuficientes devido a decisões desfavoráveis para a Suzano S.A.

Emissão de novos valores mobiliários pela Suzano S.A. no futuro poderão resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Suzano S.A.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Suzano S.A. pode optar por captar recursos adicionais no futuro através de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, a captação de recursos através de distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Suzano S.A. Portanto, a emissão de novos valores mobiliários pela Suzano S.A., para fazer frente a uma eventual necessidade de capital adicional no futuro, poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Suzano S.A.

Os titulares das ações da Suzano S.A. podem não vir a receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o Estatuto Social, os acionistas da Suzano S.A. tem direito a receber um dividendo anual obrigatório no menor valor entre (i) 25% do lucro líquido anual da Suzano S.A., calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) 10% (dez por cento) da geração de caixa operacional da Suzano S.A. no respectivo exercício social, calculada com base na subtração do montante do EBITDA Ajustado da Suzano S.A. pelo montante dos investimentos em manutenção do respectivo exercício social, na forma definida no Estatuto Social. O Estatuto Social permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual. A Suzano S.A. poderá também pagar juros sobre o capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. A Assembleia Geral de Acionistas da Suzano S.A. pode deliberar pela capitalização, utilização para compensar prejuízo ou retenção de lucro líquido da Suzano S.A., conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo tal lucro líquido não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou a Suzano S.A. não realizar o pagamento de juros sobre capital próprio.

b. Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros de seu Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e alienações, bem como a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observada a exigência de pagamento do dividendo mínimo obrigatório imposta pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Com relação aos seus acionistas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O pagamento de dividendos aos nossos acionistas depende dos lucros das nossas subsidiárias.

Nossa capacidade de pagar dividendos aos nossos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros das nossas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros à Companhia, sob a forma de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio.

Os proprietários das ações da Companhia podem não vir a receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o Estatuto Social, deve-se pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual da Companhia, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual. A Companhia poderá ainda pagar juros sobre o capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante da situação financeira da Companhia.

Podemos vir a captar no futuro recursos através de distribuição pública de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Podemos vir a captar no futuro recursos adicionais por meio de operações de emissão pública de valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação através de distribuição pública de valores mobiliários conversíveis em ações poderá afetar o valor de nossas ações e resultar na diluição da participação de acionistas no nosso capital social.

As ações de emissão da Companhia não têm liquidez.

As ações da Companhia não têm liquidez, limitando substancialmente a capacidade dos acionistas de vender suas ações pelo preço e na data desejados.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações.

d. Com relação às controladas e coligadas da Companhia

Nossa estrutura societária não conta com sociedades coligadas.

O nosso resultado operacional poderá ser afetado pelos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades das nossas subsidiárias.

As nossas controladas poderão: (i) apresentar dificuldades financeiras que poderão resultar na necessidade de investimentos adicionais de nossa parte; (ii) cometer atos ou lhes serem atribuídos fatos que venham a prejudicar a nossa reputação, imagem e relacionamento com terceiros, impactando negativamente nossos negócios e operações; (iii) ter interesses econômicos e comerciais distintos dos nossos ou entre si; (iv) acarretar prejuízos à Companhia em virtude da sua responsabilização por eventuais obrigações de naturezas trabalhista, tributária, ambiental e/ ou de defesa do consumidor; e (v) conter passivos ocultos. Tais fatores de risco poderão afetar o resultado por nós estimado ou a perda de nosso investimento em tais controladas.

A Companhia possui 27,0% de participação no capital social da controlada Suzano S.A., a qual em 31 de dezembro de 2018 foi responsável por quase 100% do resultado da Companhia. Como se trata de participação relevante, qualquer risco relacionado à Suzano S.A. e suas operações podem ocasionar um efeito adverso nos resultados operacionais e na performance financeira da Companhia. Em virtude disso, os principais riscos da Suzano S.A. foram expostos no item "a", retro.

e. Com relação aos fornecedores da Companhia

Não aplicável. A Companhia não possui fornecedores.

Em relação à nossa controlada **Suzano S.A.**

A Suzano S.A. depende de fornecedores terceiros para uma parcela de suas necessidades de madeira e poderá ser adversamente afetada pela escassez de madeira ou pelo aumento de seu preço.

A produção de madeira da Suzano S.A. não é suficiente para satisfazer suas necessidades e, portanto, a Suzano S.A. procura fornecedores com os quais celebra contratos de compra

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e venda de madeira em pé ou compra de madeira a ser entregue nas unidades industriais da Suzano S.A. Os contratos de fornecimento de médio e longo prazo com fornecedores de madeira podem variar de 1 a 3 ciclos florestais, de aproximadamente 7 anos cada. Os contratos da modalidade de fomento ou parcerias florestais são realizados em média com prazos de 14 – 15 anos.

As condições de preço de madeira afetam mais significativamente os contratos de curto prazo, sujeitos as variações cíclicas e circunstanciais da demanda de madeira nas diferentes regiões onde a Suzano S.A. atua.

Qualquer interrupção no fornecimento que represente uma redução relevante na madeira disponível para processamento pela Suzano S.A. poderá afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Mudanças na qualidade de crédito dos fornecedores ou clientes para os quais tenham sido efetuados adiantamentos, vendas a prazo ou empréstimos podem afetar os resultados da Suzano S.A.

É prática corrente e, eventualmente, condição para atuação competitiva em diversos mercados onde a Suzano S.A. atua, a concessão de adiantamentos a fornecedores e venda a prazo a clientes. Ao realizar adiantamentos, vendas a prazo ou empréstimos aos seus fornecedores ou clientes, a Suzano S.A. assume seus riscos de inadimplência. Desta forma, mudanças no ambiente macroeconômico, nas condições específicas dos seus mercados de atuação, ou ainda problemas relacionados à gestão destes fornecedores e clientes, podem afetar significativamente a sua capacidade de efetuar pagamentos, impactando diretamente o valor dos ativos e o capital de giro da Suzano S.A.

Adicionalmente, existe o risco de descasamento entre as taxas pagas sobre os recursos que a Suzano S.A. capta e as recebidas com relação ao crédito que concede aos seus clientes ou fornecedores, pois nem sempre é possível equiparar os termos dos financiamentos que a Suzano S.A. contrata aos termos dos créditos que concede aos seus fornecedores ou clientes. Qualquer deterioração do risco de crédito de fornecedores ou clientes ou descasamento entre as taxas e termos pelos quais a Suzano S.A. contrata e concede crédito poderá causar um efeito adverso relevante sobre o valor dos ativos, patrimônio, resultados e liquidez da Suzano S.A.

A Suzano S.A. depende de poucos fornecedores de certos insumos, como óleo combustível, pasta mecânica e gás, e pode ser adversamente afetada pela indisponibilidade ou pelo aumento dos custos destes insumos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Suzano S.A. possui poucas fontes de fornecimento para alguns insumos que são matérias-primas relevantes para o seu processo produtivo. A Suzano S.A. celebra contratos de fornecimento de médio e longo prazo com esses fornecedores. Portanto, eventual redução significativa no fornecimento ou aumento de custos, por parte de fornecedor relevante, de óleo combustível, de pasta mecânica e de gás, poderá afetar o *mix*, a margem ou a disponibilidade dos produtos da Suzano S.A., o que afetará adversamente seus resultados operacionais.

f. Com relação aos clientes da Companhia

Não aplicável. Somos uma companhia holding e como tal não possuímos clientes.

g. Com relação aos setores de atuação da Companhia

Somos uma companhia holding e a maior parte de nossas atividades é conduzida através de nossas subsidiárias. Deste modo, a nossa participação em setores da economia se dá de maneira indireta, de acordo com a capacidade administrativa e organizacional de nossas subsidiárias, o que está além de nosso controle.

Não é possível assegurar que a atuação de nossa subsidiária no setor de papel e celulose será bem sucedida e produzirá os resultados almejados, o que poderá prejudicar as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O setor de papel e celulose, por sua vez, apresenta alta volatilidade, vez que, os preços de seus produtos são altamente influenciados por mercados internacionais, e, portanto, a Companhia e suas subsidiárias têm pouco controle sobre os preços praticados. A nossa controlada Suzano S.A. enfrenta concorrência significativa em alguns dos segmentos de mercado em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação no mercado de papel e celulose e sua lucratividade e, consequentemente, a da Companhia.

Em relação à nossa controlada **Suzano S.A.**

Os preços dos produtos da Suzano S.A. são altamente influenciados por mercados internacionais e, portanto, a Suzano S.A. tem pouco controle sobre os preços praticados.

Os mercados de celulose são tipicamente cíclicos. Além disso, os preços de celulose praticados pela Suzano S.A. acompanham os preços internacionais de mercado, que são determinados pelo balanço de oferta e demanda, pela capacidade de produção global e pelas condições econômicas mundiais. Esses preços também podem ser afetados pelos seguintes fatores: (i) flutuações das taxas de câmbio, (ii) movimentações de estoques, (iii)

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

expectativas de preços, (iv) estratégias adotadas por outros produtores, e (v) disponibilidade de substitutos. Todos esses fatores estão fora do controle da Suzano S.A. e podem ter um impacto significativo sobre o balanço entre oferta e demanda de celulose, impactando margens operacionais, lucratividade e retorno sobre o capital investido da Suzano S.A.

Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados. Assim, os preços dos papéis comercializados pela Suzano S.A. sofrem flutuações em decorrência direta de diversos fatores, dentre eles, das flutuações nos preços de celulose e de características específicas dos mercados em que a Suzano S.A. atua.

A Suzano S.A. não pode garantir que os preços de mercado para celulose e papel e a demanda por seus produtos se manterão favoráveis aos seus negócios sem oscilações adversas, casos em que a habilidade da Suzano S.A. em operar suas fábricas de maneira economicamente viável poderá ser afetada de forma negativa.

Uma volatilidade significativa do Real frente ao Dólar pode impactar de forma relevante as receitas e o endividamento da Suzano S.A., assim como os mercados de valores mobiliários brasileiros.

A volatilidade da cotação do Real frente ao Dólar pode afetar a condição financeira e seus resultados operacionais da Suzano S.A.

As receitas de exportação são diretamente afetadas pela variação cambial. A depreciação do Real frente ao Dólar acarreta o aumento das receitas denominadas em Reais, enquanto a apreciação acarreta uma redução das receitas de exportação. As receitas provenientes do mercado doméstico são também afetadas pela volatilidade do câmbio, na medida em que produtos importados cotados em dólares se tornam mais ou menos competitivos no mercado brasileiro a depender da variação cambial. Além disso, alguns dos custos e despesas operacionais da Suzano S.A. são também afetados pelas flutuações cambiais, incluindo seguro de exportação, custos de frete e o custo de certos produtos químicos utilizados na produção dos produtos comercializados - a depreciação do Real frente ao Dólar acarreta a elevação de tais custos, enquanto a apreciação do Real frente ao Dólar a sua redução.

Adicionalmente, parcela significativa da dívida da Suzano S.A. é denominada em dólares. Desta forma, a depreciação ou apreciação do Real frente a moeda norte americana poderá afetar para mais ou para menos, respectivamente, as despesas financeiras derivadas de tais dívidas e de outras obrigações – podendo, adversamente, influenciar a habilidade da Suzano S.A. de cumprir alguns *covenants* financeiros atrelados a contratos de dívida. Por

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

outro lado, uma significativa apreciação do Real frente ao Dólar pode afetar significativamente a estrutura de custo da Suzano S.A. e negativamente à sua competitividade nos mercados de exportação.

Ao longo dos últimos anos, como consequência de pressões inflacionárias, o Real sofreu depreciações periódicas em relação ao Dólar e outras moedas estrangeiras. O Governo Brasileiro já implementou no passado vários planos econômicos e se utilizou de diferentes diretrizes para a definição da política cambial, incluindo depreciações abruptas, pequenas desvalorizações periódicas, cuja frequência de ajustes variou de diário a mensal, sistemas de câmbio flutuante, controles sobre a taxa de câmbio e mais de uma taxa oficial de câmbio no mercado. De tempos em tempos tem havido flutuações significativas nas taxas de câmbio entre o Real frente ao Dólar e outras moedas. Portanto, a Suzano S.A. não pode garantir a apreciação ou desvalorização da moeda nacional frente a qualquer outra moeda estrangeira.

Desvalorizações do Real frente ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, o que pode gerar o aumento da taxa de juros, limitar o acesso da Suzano S.A. a mercados financeiros internacionais e à adoção de políticas recessivas pelo Governo Brasileiro. Por outro lado, a apreciação do Real frente ao Dólar pode gerar a deterioração das contas correntes do Brasil e da sua balança de pagamentos, gerando uma redução das exportações brasileiras. Qualquer das situações acima pode afetar negativamente a economia brasileira como um todo e os resultados da Suzano S.A.

O Banco Central, ao longo dos últimos anos, tem interferido ocasionalmente para controlar a instabilidade dos movimentos cambiais externos. A Suzano S.A. não prevê que o Banco Central deixará o Real flutuar livremente. Não é possível prever o impacto que as políticas cambiais possam ter sobre a Suzano S.A. A Suzano S.A. não pode assegurar que no futuro o Governo Brasileiro não irá impor uma banda dentro da qual a taxa de câmbio possa flutuar, ou mesmo fixar taxas de câmbio. Também não pode prever qual impacto tais eventos poderiam ter sobre os negócios da Suzano S.A., sua posição financeira ou resultados operacionais.

Investimentos em aumento na capacidade de produção celulose de mercado pela Suzano S.A. ou por concorrentes nos próximos anos podem impactar adversamente o preço de mercado dos produtos da Suzano S.A.

Em momentos de perspectiva futura de sobredemanda, é comum que a Suzano S.A. ou seus concorrentes anunciem projetos de novas capacidades. Caso um volume significativo dessas novas capacidades seja confirmado e os investimentos realizados, poderá haver um desequilíbrio entre oferta e demanda que poderá ocasionar redução de preços de celulose. Investimentos em novas capacidades pela Suzano S.A. ou por

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

terceiros podem ter um impacto significativo sobre os preços da celulose e, consequentemente, sobre as margens operacionais, lucratividade e retorno sobre o capital investido da Suzano S.A.

A Suzano S.A. enfrenta concorrência significativa em alguns dos segmentos de mercado em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação nos mercados de celulose e papel e sua lucratividade.

O setor de papel e celulose é extremamente competitivo. A Suzano S.A. enfrenta concorrência significativa, tanto no mercado doméstico quanto no internacional, de um grande número de empresas, algumas das quais contando com baixos custos de capital e amplo acesso a recursos financeiros. No mercado doméstico, a Suzano S.A. enfrenta a competição de produtos nacionais, fabricados por empresas pertencentes a grupos brasileiros e internacionais, e produtos importados. No mercado internacional, a Suzano S.A. concorre com empresas com altas capacidades de produção e distribuição, expressiva base de consumidores e grande variedade de produtos. As importações de celulose não representam concorrência para a Suzano S.A. no mercado doméstico, devido aos baixos custos de produção e logística dos produtores locais. Entretanto, a sobre oferta de papel, caso o Governo Federal reduza tributos de importação ou o Real sofra apreciação frente ao Dólar, a capacidade competitiva dos produtores de papel importado pode aumentar no Brasil. A ocorrência ou continuidade de qualquer um desses eventos pode afetar adversamente a Suzano S.A. Além disso, os mercados de celulose e papel são atendidos por várias empresas localizadas em diversos países. A Suzano S.A. deve ser capaz de se manter competitiva em relação aos concorrentes no futuro, pois caso contrário, sua participação no mercado pode ser afetada adversamente.

As condições econômicas e políticas brasileiras e as percepções dessas condições no mercado internacional têm um impacto direto sobre os negócios e o acesso da Suzano S.A. a mercados internacionais de capital e dívida, e podem afetar negativamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A Suzano S.A. desenvolve quantidade substancial de suas operações no Brasil e vende parte de seus produtos para o mercado brasileiro. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 30,1% da receita líquida da Suzano S.A. foi oriunda do Brasil. Dessa forma, a condição financeira e resultados operacionais da Suzano S.A. dependem substancialmente das condições econômicas no Brasil. Acontecimentos futuros na economia brasileira podem afetar as taxas de crescimento do Brasil e, consequentemente, o consumo dos produtos da Suzano S.A. Como resultado, esses acontecimentos podem prejudicar suas estratégias de negócios, resultados operacionais ou condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

É notável na economia brasileira a intervenção frequente e ocasionalmente drástica do governo federal brasileiro, que frequentemente altera políticas monetárias, de crédito e outras políticas para influenciar a economia brasileira. As ações do governo federal brasileiro para controlar a inflação e outras políticas muitas vezes envolveram controles de preços e salários, desvalorização do real, controles sobre remessas ao exterior, flutuações na taxa básica de juros do Banco Central do Brasil, bem como outras medidas.

A Suzano S.A. não tem controle nem pode prever quaisquer medidas ou políticas que o governo federal brasileiro venha a adotar no futuro. A Suzano S.A. pode ser adversamente afetada por mudanças nas políticas do governo federal brasileiro, além de outros fatores econômicos gerais, incluindo, sem limitação:

- instabilidade política, econômica e social;
- políticas monetárias;
- eleições políticas;
- inflação;
- flutuações da taxa de câmbio;
- controles cambiais e restrições sobre remessas ao exterior;
- política tributária e emendas à legislação tributária;
- taxa de juros;
- liquidez do mercado interno e externo de capital e empréstimos;
- controle governamental da produção dos produtos da Suzano S.A.;
- leis e regulamentos ambientais e imobiliários restritivos; e
- outras normas políticas, sociais e políticas econômicas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

A incerteza sobre se o governo federal brasileiro implementará mudanças na política ou nos regulamentos que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e os títulos emitidos por empresas brasileiras.

Mais recentemente, o Brasil experimentou uma grave crise política e os mercados brasileiros vêm experimentando uma maior volatilidade devido às incertezas oriundas da investigação em andamento (Lava Jato), que está sendo conduzida pela Ministério Público Federal e seu impacto sobre a economia brasileira e o ambiente político. Como resultado da investigação em andamento da Lava Jato, vários políticos importantes, incluindo congressistas e executivos de algumas das principais empresas estatais no Brasil renunciaram ou foram presos. Outros executivos do alto escalão eleitos e outros funcionários públicos no Brasil estão sendo investigados por alegações de conduta antiética e ilícita identificadas durante a investigação da Lava Jato. Além disso, em 2015, promotores brasileiros anunciaram a Operação Zelotes, uma investigação sobre grandes

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

empresas e bancos que supostamente subornaram autoridades fiscais para manipular suas avaliações sobre os impostos devidos. As questões que surgiram e podem continuar a surgir como resultado de, ou em relação às, investigações da Lava Jato ou Zelotes e investigações relacionadas à corrupção afetaram adversamente, e a Suzano S.A. espera que continuem a afetar adversamente os mercados brasileiros e preços de negociação de valores mobiliários emitidos por emissores brasileiros.

O Congresso brasileiro também abriu um processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff em 2 de dezembro de 2015 por supostas violações às leis orçamentárias para aumentar o estímulo econômico durante sua campanha de reeleição. Em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados do Brasil votou a favor da admissibilidade do processo de *impeachment* e o Senado brasileiro votou a favor do início do processo de *impeachment* em 12 de maio de 2016, removendo Rousseff da presidência por até 180 dias para que pudesse se defender em seu julgamento de *impeachment*. O Vice-presidente do Brasil, Michel Temer, foi nomeado Presidente Interino do Brasil em 12 de maio de 2016, em resposta à remoção temporária da Sra. Rousseff do cargo. Em 31 de agosto de 2016, o Senado brasileiro votou a favor do *impeachment*, removendo definitivamente a Sra. Rousseff do cargo até o final de seu mandato, e o Sr. Temer foi empossado como novo presidente do país. O processo de *impeachment* resultou em volatilidade nos mercados brasileiros, afetando os preços de negociação de valores mobiliários emitidos por emissores brasileiros. O próprio Sr. Temer foi acusado de corrupção na Suprema Corte em 26 de junho de 2017 pelo então Procurador Geral Rodrigo Janot. Em 2 de agosto de 2017, a Câmara dos Deputados do Brasil votou pela interrupção temporária da investigação de tais acusações de corrupção contra o Presidente enquanto ele ocupava o cargo. Em 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro foi empossado como novo presidente do país, após a eleição presidencial de outubro de 2018. Não é possível prever os efeitos desses desenvolvimentos recentes e as atuais incertezas políticas em curso sobre a economia brasileira.

Além disso, a economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo federal brasileiro e à queda global nos preços das *commodities*. A partir desta data, o governo brasileiro propôs afrouxar suas metas orçamentárias para todos os anos até 2020, mas não está claro se o atual governo conseguirá reunir o apoio necessário no Congresso brasileiro para aprovar a reforma. Esses desenvolvimentos econômicos e desafios políticos levaram as agências de classificação de risco a rebaixar as classificações de crédito do Brasil em diversas ocasiões nos últimos anos, o que, por sua vez, levou ao rebaixamento das classificações de crédito de várias empresas brasileiras. Esses e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira e nas políticas governamentais podem afetar a Suzano S.A. de maneira significativamente adversa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A incerteza sobre se o governo federal brasileiro em exercício implementará mudanças na política ou na regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira, em particular, as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil. Qualquer incerteza ou mudanças políticas podem afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Suzano S.A.

Mudanças nas políticas fiscais e leis tributárias brasileiras podem afetar adversamente a Suzano S.A.

O governo federal brasileiro implementa com frequência e pode continuar implementando mudanças em suas políticas fiscais, incluindo, mas não se limitando, a alterações nas alíquotas de impostos, taxas, encargos setoriais e, ocasionalmente, a cobrança de contribuições temporárias. Algumas dessas medidas podem resultar em aumentos de impostos que podem afetar negativamente os negócios da Suzano S.A. O aumento nos impostos também poderia afetar adversamente a rentabilidade do setor e os preços de seus serviços, restringir sua capacidade de fazer negócios em seus mercados atuais e de destino e fazer com que seus resultados financeiros sejam impactados negativamente. Se a Suzano S.A. não for capaz de repassar os custos adicionais associados a tais mudanças de política fiscal para seus clientes por meio dos preços que cobra por seus serviços, a Suzano S.A. pode ser negativamente afetada.

Investigações de corrupção e relatos da mídia de suposta corrupção no Brasil ou em outros países podem afetar adversamente os mercados brasileiros, a Suzano S.A., sua indústria e o preço de negociação de seus valores mobiliários.

Os mercados brasileiros têm experimentado uma maior volatilidade devido à incerteza na economia local e no ambiente político, devido às contínuas investigações de corrupção e suborno pelo Ministério Público Federal. Os assuntos que têm, e podem continuar a vir à tona devido a ou em relação às investigações, afetaram adversamente, e se espera que continuem a afetar negativamente os mercados brasileiros e os preços de negociação dos valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Postagens e relatórios impressos, *on-line* e de mídia social alegaram que certas indústrias e conglomerados brasileiros estiveram envolvidos nas condutas que são objeto de algumas dessas investigações. Autoridades de outros países também estão investigando a corrupção associada a ações passadas envolvendo construtoras brasileiras com operações nesses países. Não é possível prever a duração dessas investigações em que outras empresas podem estar envolvidas ou até que ponto os efeitos dessas investigações podem ser amplos, incluindo se eles se

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

estenderão ao setor da Suzano S.A., o que pode levar a uma maior volatilidade e uma diminuição na confiança dos investidores, o que, por sua vez, pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre o preço de negociação dos valores mobiliários de empresas brasileiras, incluindo a Suzano S.A.

Situações de restrição de liquidez no mercado poderão aumentar o custo, restringir os prazos ou até mesmo inviabilizar a captação de recursos no mercado, o que poderá afetar adversamente as operações da Suzano S.A.

As empresas brasileiras de papel e celulose fizeram grandes investimentos durante os últimos anos a fim de competir com mais eficácia e em maior escala no mercado internacional. Este movimento elevou a necessidade de recursos e a diversificação de fontes de financiamentos com instituições financeiras nacionais e estrangeiras.

Dentro deste contexto, a Suzano S.A. depende do capital de terceiros para conduzir seus negócios, na forma de operações de financiamento para suportar seus investimentos e capital de giro. Em situações de restrição de liquidez, como a vivenciada em 2008 e 2009 em razão da crise financeira internacional, as linhas de crédito podem se tornar excessivamente curtas, caras ou até mesmo indisponíveis. Nessas circunstâncias, aumenta-se o risco de sucesso em captações e em refinanciamentos, ou seja, a possibilidade de não obtenção, no mercado, dos recursos necessários para honrar os vencimentos da dívida contratada e o risco de ter de levantar esses recursos a custos elevados, o que poderá afetar adversamente os resultados da Suzano S.A.

Crise social no relacionamento com as comunidades e entidades de classe podem afetar o uso regular, causar danos ou privar do uso, ou da compensação pelo valor justo, as propriedades da Suzano S.A.

Há no Brasil grupos ativistas que defendem a reforma agrária e a redistribuição de propriedades por meio da invasão e ocupação de áreas rurais, o que pode interromper as atividades industriais da Suzano S.A. e, consequentemente, afetar adversamente a produção e o seu resultado operacional. Além disso, de acordo com as leis brasileiras, o governo federal pode, mediante pagamento de indenização, desapropriar terras que não estejam cumprindo as “funções sociais” compulsórias locais, como a exploração racional e adequada de terras, o uso adequado de recursos naturais disponíveis, a preservação do meio ambiente, o cumprimento das leis trabalhistas, etc. Caso o governo brasileiro venha a desapropriar alguma propriedade da Suzano S.A., o resultado das operações pode ser negativamente afetado à medida que a indenização do governo seja inadequada. Além disso, pode acarretar em uma aceitação forçada da Suzano S.A. com relação à títulos da dívida pública, que têm liquidez limitada, em vez de caixa como indenização por terras desapropriadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A deterioração nas relações trabalhistas com os empregados poderá afetar negativamente a Suzano S.A.

A Suzano S.A. depende do uso intensivo da força de trabalho nas suas atividades. A maioria dos trabalhadores é representada por sindicatos, e seus contratos de trabalho são regulamentados por convenções e acordos coletivos de trabalho. Novos acordos coletivos podem ter prazos mais curtos do que os anteriormente firmados e, se não for possível negociar acordos coletivos em termos aceitáveis para a Suzano S.A., esta pode suportar um aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com trabalhadores, diminuição do ritmo de trabalho ou interrupções no trabalho, que podem gerar um efeito adverso relevante. Ainda, mudanças nos regulamentos de segurança e terceirização podem acarretar aumento dos custos relativos à mão de obra da Suzano S.A.

Existe a possibilidade de a Suzano S.A. ser considerada responsável por obrigação empregatícia em relação aos funcionários das suas contratadas, ou ainda ser estabelecido vínculo empregatício direto entre os funcionários terceirizados e a Suzano S.A., de acordo com o regulamento atualmente em vigor. A introdução de um arcabouço jurídico mais rigoroso pertinente ao uso de funcionários terceirizados ou terceiros subcontratados e/ou a imposição de obrigações adicionais sobre o contratante de serviços terceirizados, pode aumentar os custos relativos à mão de obra, bem como afetar adversamente os negócios e operações da Suzano S.A..

Segundo as leis e os regulamentos trabalhistas existentes, é dever da Suzano S.A. prover e assegurar o uso adequado de equipamentos de segurança para os seus funcionários e outros indivíduos realizando atividades em nossos locais de trabalho. No caso de omissão da Suzano S.A. em prover todos os equipamentos de segurança necessários ou de assegurar o seu uso adequado, ou ainda trabalhar com empresas que não estejam suficientemente comprometidas em assegurar a segurança de seus próprios funcionários, pode responsabilizar a Suzano S.A. por quaisquer acidentes que venham a ocorrer em nossos locais de trabalho.

Qualquer acidente nos locais de trabalho pode expor a Suzano S.A. ao pagamento de indenizações, multas e penalidades. Além disso, qualquer alteração nos atuais regulamentos de segurança pode submeter a Suzano S.A. a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança. A título de exemplo, alterações que imponham uma jornada de trabalho diária reduzida por razões de segurança podem resultar na redução da produtividade, forçando a contratação de funcionários adicionais. Da mesma forma, disposições legais que requeiram a instalação ou a compra de equipamentos de segurança adicionais poderiam

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

aumentar os custos da Suzano S.A. relativos à mão de obra e afetar adversamente os resultados operacionais.

h. Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

Somos uma companhia holding e a maior parte de nossas atividades é conduzida através de nossas subsidiárias, não estando, portanto, sujeita a entes reguladores, exceto a Comissão de Valores Mobiliários, a que estão sujeitas todas as companhias abertas.

Em relação à nossa controlada **Suzano S.A.**

Regras ambientais mais rigorosas podem implicar em dispêndio maior de recursos pela Suzano S.A.

As operações da Suzano S.A. estão sujeitas à extensa regulamentação ambiental, incluindo aquelas relacionada às emissões atmosféricas, descarga de efluentes, resíduos sólidos, odores e reflorestamento, manutenção de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente. Ainda, nossas atividades também estão sujeitas à renovação periódica das licenças ambientais, tanto florestais quanto industriais.

As normas ambientais a serem cumpridas pela Suzano S.A. são expedidas no âmbito federal, estadual e municipal, sendo que mudanças nas referidas regras e leis e/ou na política ou nos procedimentos adotados nas leis atuais poderão afetar adversamente a Suzano S.A. No Brasil, as violações às leis ambientais podem acarretar em sanções para a Suzano S.A. e seus colaboradores tais como multa, detenção, reclusão ou até a dissolução da sociedade.

Vale ressaltar que existe a possibilidade de as agências governamentais ou outras autoridades competentes estabelecerem novas regras ou imporem regulamentos adicionais ainda mais rígidos que os vigentes, ou buscarem uma interpretação mais rigorosa das leis e regulamentos existentes, o que poderia exigir da Suzano S.A. o dispêndio de fundos adicionais para a conformidade ambiental ou poderia restringir sua habilidade de operar conforme atualmente. Ainda, o não cumprimento ou a violação da regulação pode resultar na revogação de licenças e suspensão das atividades da Suzano S.A. ou no pagamento dos custos de reparação ambiental, os quais podem ser substanciais. O não cumprimento das leis e regulamentos ambientais também poderia restringir a capacidade da Suzano S.A. na obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras.

Em dezembro de 2015, alguns países firmaram o Acordo de Paris, acordo global que adota Contribuições Determinadas Nacionalmente (INDCs) como as ações para reduzir

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

suas emissões após 2020. A INDC destinada ao Brasil anuncia um aumento da parcela de biocombustível sustentável e outras fontes de energia renováveis no mix energético nacional brasileiro, bem como desmatamento zero, reflorestamento e recuperação de florestas e melhoria no gerenciamento de florestas nativas.

A Suzano S.A. pode ser afetada de forma expressiva através de regulamentos relacionados aos gases de efeito estufa e às mudanças climáticas, pois acarreta no aumento no dispêndio de capital e investimentos para atender a essas leis e, indiretamente, pela mudança nos preços de transporte, energia e outros insumos. Além disso, as operações podem ser negativa e substancialmente afetadas pelos efeitos físicos da mudança climática, como a mudança da temperatura do ar e dos níveis de água, os quais sujeitam a empresa a riscos climáticos incomuns ou diferentes.

Ainda, novas leis e regulamentos relativos à mudança climática, às alterações nos regulamentos vigentes e os efeitos físicos da mudança climática podem gerar aumento de passivos e de dispêndio de capital, que poderão ter um efeito adverso significativo em nossos negócios e resultados de operações.

A não obtenção das autorizações e licenças necessárias poderá afetar adversamente as operações da Suzano S.A.

A Suzano S.A. depende da emissão de autorizações e licenças do poder público para o desenvolvimento de certas atividades. Assim, para o processo de licenciamento dos empreendimentos florestais e industriais, que geram impactos socioambientais, é obrigatória a realização de investimentos e ações, de modo a compensá-los. As licenças para operação das suas fábricas e plantios geralmente são válidas por cinco anos contados da data da emissão, ao final dos quais poderão ser renovadas por iguais períodos.

As licenças para operação exigem, dentre outros, que a Suzano S.A. informe periodicamente o cumprimento de padrões de emissões e eventuais condicionantes estabelecidos pelos órgãos ambientais competentes. A não obtenção, não renovação ou regularização, conforme aplicável, de nossas licenças operacionais poderão causar atrasos na implantação das novas capacidades produtivas da Suzano S.A., aumento dos custos do processo, multa pecuniária ou mesmo a suspensão do processo produtivo da parte afetada.

i. Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Somos uma companhia holding sem atividades operacionais.

Em relação à nossa controlada **Suzano S.A.**

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Recessão em virtude da crise econômica mundial poderá afetar a demanda e o preço dos produtos da Suzano S.A. de modo adverso.

A demanda de papel e celulose está relacionada ao crescimento da economia mundial. Atualmente, Europa, América do Norte e China são os principais mercados dessa indústria. De acordo com estatísticas do mercado (PPPC), a demanda chinesa representou 34% do total da demanda por celulose no mercado global em 2018 e 2017 e esta demanda tem aumentado a uma taxa anual composta de 10% desde 2005, acima da média mundial de 2,4%. Os investimentos recentes em maquinário de papel cartão e papel na China aumentaram a demanda chinesa por celulose, entretanto, a volatilidade da demanda chinesa em razão de compra especulativa é um risco chave a ser considerado em qualquer projeção de demanda de curto prazo no país.

Eventual desaceleração do crescimento econômico dessas regiões poderá afetar adversamente os preços e o volume de exportações da Suzano S.A. e, consequentemente, impactará o seu desempenho operacional e os seus resultados financeiros, até que esse volume possa ser alocado em outros mercados.

As exportações da Suzano S.A. estão sujeitas a riscos especiais que poderão afetar adversamente os seus negócios.

A Suzano S.A. exporta para diversas regiões do mundo, sujeitando-se a alguns riscos políticos e regulatórios especiais, entre os quais: controles cambiais nos países onde tiver pagamentos a receber; e eventuais barreiras comerciais, formais ou informais, ou ainda políticas de incentivo ou subsídio aos produtores locais em diversas regiões.

O desempenho financeiro futuro da Suzano S.A. dependerá, portanto, das condições econômicas, políticas e sociais dos seus principais mercados de exportação (Europa, Ásia e América do Norte). Desta forma, fatores que estão fora do controle da Suzano S.A. incluem (i) a imposição de barreiras ou a concessão de incentivos comerciais para produtores locais; (ii) alterações nas políticas econômicas dos países para os quais a Suzano S.A. exporta, as quais poderão prejudicar a sua capacidade de exportação e, consequentemente, seus negócios e resultados operacionais; (iii) custos logísticos, incluindo impactos em sistemas de envio de mercadorias e a redução da disponibilidade de prestadores de serviços de transporte; (iv) flutuação significante na demanda global por celulose, a qual pode impactar as vendas, resultado e fluxo de caixa da Suzano S.A.; (v); deterioração das condições da economia global, que podem afetar a condição financeira de determinados clientes ou fornecedores estrangeiros da Suzano S.A., causando aumento de créditos ruins ou descumprimentos contratuais por parte dos nossos fornecedores estrangeiros; (vi) alterações em receitas causadas por variações cambiais; (vii) implementação de controles em conversão de moedas; e (vii) consequências

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

negativas decorrentes da necessidade de atender a regulamentações mais severas em países estrangeiros, incluindo normas ambientais e exigências de certificação.

Medidas restritivas as exportações para mercados internacionais importantes podem afetar adversamente a Suzano S.A.
A competitividade das empresas brasileiras tem levado certos países a estabelecer barreiras comerciais para restringir o acesso de empresas brasileiras a seus mercados ou até mesmo para subsidiar os produtores locais, especialmente em relação ao papel. Alguns países podem impor quotas sobre os produtos brasileiros. Ainda, a demora na alocação dessas quotas ou mudanças nas leis ou políticas a elas relacionadas podem causar efeito adverso em nossas exportações.

Qualquer tipo de restrição deste tipo pode afetar o volume de exportação da Suzano S.A. e, consequentemente, as condições financeiras destas exportações. No caso de novas barreiras comerciais serem criadas para mercados relevantes para os quais a Suzano S.A. exporta, a Suzano S.A. pode ter dificuldade para vender seus produtos em outros mercados em condições favoráveis, o que poderá causar um efeito adverso relevante na Suzano S.A.

A relativa volatilidade e falta de liquidez dos mercados em relação aos valores mobiliários da Suzano S.A. podem afetar negativamente os detentores de suas ações e suas ADSs.

Investimentos em valores mobiliários, tais como as ações ordinárias ou *American Depositary Shares* (ADSs) da Suzano S.A., de emissores de países emergentes, incluindo o Brasil, envolvem um grau mais alto de risco do que investimentos em valores mobiliários de emissores de países mais desenvolvidos.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado e mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários nos Estados Unidos e em outras jurisdições, e pode ser regulado de maneira diferente das formas familiares aos investidores norte-americanos. Há também uma concentração significativamente maior no mercado brasileiro de valores mobiliários do que nos principais mercados de valores mobiliários nos Estados Unidos. Essas características podem limitar substancialmente a capacidade de vender as ações da Suzano S.A., incluindo as ações subjacentes às suas ADSs, a um preço e prazo em que os detentores desejam fazê-lo.

Um mercado líquido e ativo poderá nunca se desenvolver para as ações ou ADSs da Suzano S.A. e, como resultado, a capacidade dos detentores de tais ações ou ADSs de venderem ao preço ou prazo desejado pode ser significativamente prejudicada.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As condições econômicas e de mercado em outros países, inclusive nos Estados Unidos e nos países de mercado emergente, podem afetar de maneira relevante e adversa a economia brasileira e, portanto, a situação financeira da Suzano S.A.

O mercado para valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras sofre a influência das condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variados, das condições de mercado em outros países – sejam eles parte dos mercados emergente ou não. Embora as condições econômicas difiram em cada país, a reação dos investidores a acontecimentos em diferentes regiões globais, pode causar flutuação nos mercados de capitais doméstico ou internacional. Por vezes, os acontecimentos ou as condições em outros países já afetaram consideravelmente a disponibilidade de crédito na economia brasileira, tendo como resultado saídas substanciais de recursos e diminuições no volume de investimento de moeda estrangeira no Brasil, bem como o acesso limitado a mercados de capitais internacionais.

Todos os eventos elencados anteriormente podem afetar de maneira relevante a capacidade da Suzano S.A. de obter recursos a uma taxa de juros acessível ou elevar o capital próprio de acordo com a estratégia e/ou necessidade naquele momento. A Suzano S.A. depende do financiamento de terceiros para realizar as suas atividades, em especial, para o financiamento de suas despesas e do capital de giro. Em circunstâncias de limitação da liquidez, a disponibilidade de crédito pode ser escassa, dispendiosa ou inexistente, desta forma a Suzano S.A. poderia enfrentar dificuldades nas suas atividades regulares e para arcar com os compromissos financeiros assumidos.

j. Com relação a questões socioambientais

Somos uma companhia holding sem atividades operacionais.

Em relação à nossa controlada **Suzano S.A.**

Secas em algumas regiões do Brasil, que resultem em escassez de água ou racionamento podem impactar adversamente o negócio e resultado da Suzano S.A.

Algumas regiões do Brasil podem sofrer com períodos de seca ao longo do ano, o que pode resultar em falta de água ou a implementação de programas de racionamento. Algumas das unidades industriais da Suzano S.A. estão localizadas em regiões afetadas pela seca, o que não afeta toda a operação da Suzano S.A. simultaneamente. As unidades industriais da Suzano S.A. são eficientes no uso da água e a Suzano S.A. continua a melhorar essa eficiência de consumo, além de possuir um plano de contingência para uma possível escassez nas áreas em que estão localizadas suas operações. No entanto, a Suzano

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

S.A. não pode garantir que secas muito severas ou medidas governamentais para lidar com as condições de seca não terão efeitos adversos nas suas atividades florestais, logísticas e industriais e que, consequentemente, afetem seus negócios e resultados operacionais.

A Suzano S.A. apresenta alto grau de dependência de suas áreas de plantio para o fornecimento de madeira, que é essencial para seus processos de produção. Qualquer dano efetivo sobre essas áreas de plantio pode afetar adversamente os resultados operacionais da Suzano S.A.

Parte relevante da madeira utilizada nos processos de produção da Suzano S.A. é fornecida por suas próprias operações florestais, que incluem áreas de plantio localizadas próximas às unidades industriais de produção da Suzano S.A.. O mercado de madeira no Brasil é limitado, já que a maioria dos produtores de celulose e papel utiliza a madeira extraída de suas áreas de plantio para consumo próprio. Além disso, para aquisição ou utilização das terras que formarão a sua base florestal, a Suzano S.A. concorre com outras culturas, o que acaba elevando potencialmente o preço de aquisição das áreas de plantio ou mesmo trazendo dificuldades para a contratação de terceiros para desenvolver o cultivo do eucalipto. Ainda, as áreas de plantio da Suzano S.A. estão sujeitas a ameaças naturais, tais como, seca, incêndio, pestes e pragas, que podem reduzir o fornecimento de madeira para a Suzano S.A. ou resultar em maiores preços para a madeira que a Suzano S.A. adquire.

As áreas de plantio da Suzano S.A. também estão sujeitas a ameaças adicionais, considerando sua ampla abrangência territorial, adjacente a um número significativo de vizinhos e comunidades locais. Um relacionamento mal gerenciado (reativo, ao invés de preventivo) pode intensificar ocorrências sociais, tais como a perda temporária da posse causada por invasão de posseiros, por movimentos sociais, roubo de madeira, incêndios criminosos, etc. Portanto, qualquer ação impositória, ou que não seja contemplada por meio de um relacionamento respeitoso, harmonioso e transparente na microrealidade local, pode acarretar em dano efetivo sobre nossas áreas de plantio e trânsito, podendo afetar significativa e adversamente os resultados operacionais da Suzano S.A.

Ademais, os efeitos físicos de alterações climáticas podem afetar adversa e consideravelmente as operações da Suzano S.A., como por exemplo por meio da alteração da temperatura do ar e níveis de água, sujeitando a Suzano S.A. a riscos relacionados a condições climáticas pouco usuais. As áreas florestais da Suzano S.A. estão localizadas em regiões que possuem condições climáticas ideias para um ciclo curto de plantio. Qualquer alteração climática que afete negativamente tais condições ideias no Brasil pode afetar adversamente a taxa de crescimento e a qualidade das plantações da Suzano S.A., ou seus custos de produção. Embora não seja possível prever o impacto da alteração das

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

condições climáticas globais, qualquer evento nesse sentido poderá aumentar a exposição e os investimentos da Suzano S.A. e afetar adversamente seu negócio, condição financeira e resultado.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros

Somos uma companhia holding e nossos riscos de mercado estão ligados à nossa controlada **Suzano S.A..**

A Suzano S.A. está exposta a riscos de mercados, sendo os principais as taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de commodities que podem afetar os resultados e condições financeiras da Suzano S.A..

Para administrar os impactos nos resultados em cenários adversos, a Suzano S.A. dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas para a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e instrumentos a serem implementados com o objetivo de: (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas, (ii) mitigação de exposições a taxas de juros, (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de commodities e (iv) troca de indexadores da dívida.

No processo de gestão de riscos de mercado são feitas a identificação, avaliação, implementação das estratégias e contratação de instrumentos financeiros de proteção aos riscos. A área de Gestão de Desempenho acompanha o cumprimento dos limites estabelecidos nas políticas da Suzano S.A..

Risco de Taxas de Câmbio

Como uma empresa predominantemente exportadora, o resultado da Suzano S.A. está exposto a variações cambiais. Neste sentido, oscilações na taxa de câmbio, em especial à moeda norte-americana, podem impactar os resultados operacionais.

A Suzano S.A. utiliza o mercado internacional de dívida como parte importante da estrutura de capital que também está exposto às flutuações na taxa de câmbio. Além disso, a Suzano S.A. contrata vendas de Dólares nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita.

As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual do excedente de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo. A seguir saldo de denominados e moeda estrangeira:

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	**1.143.968**	585.541
Contas a receber de clientes	**1.661.108**	1.544.749
Instrumentos financeiros derivativos	**493.685**	133.910
	3.298.761	2.264.200
Passivos		
Fornecedores	**(72.680)**	(36.018)
Empréstimos e financiamentos	**(26.384.721)**	(8.616.807)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	**(333.049)**	(332.193)
Instrumentos financeiros derivativos	**(1.464.569)**	(126.781)
	(28.255.019)	(9.111.799)
Exposição passiva líquida	**(24.956.258)**	(6.847.599)

Análise de sensibilidade – exposição cambial

Para fins de análise de riscos de mercado, a Suzano S.A. utiliza cenários para avaliar a sensibilidade que as variações nas posições ativas e passivas, indexadas em moeda estrangeira, possam sofrer. Adota-se como caso base os valores que são reconhecidos contabilmente em 31 de dezembro de 2018 e, a partir daí, são simulados apreciações e depreciações, entre 25% e 50%, do Real frente às demais moedas estrangeiras. Na tabela a seguir são apresentados os valores prováveis e as variações a partir deles.

	31/12/2018		
		Efeito no resultado e no patrimônio	
Consolidado	**Provável**	**Possível Alta (Δ 25%)**	**Remoto Alta (Δ 50%)**
Caixa e equivalentes de caixa	**1.143.968**	**285.992**	**571.984**
Contas a receber de clientes	**1.661.108**	**415.277**	**830.554**
Fornecedores	**(72.680)**	**(18.170)**	**(36.340)**
Empréstimos e financiamentos	**(26.384.721)**	**(6.596.180)**	**(13.192.361)**
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	**(333.049)**	**(83.262)**	**(166.524)**
Derivativos *Non Deliverable Forward* ("NDF") [(a)]	**17.041**	**(137.748)**	**(275.191)**
Derivativos *swaps* [(a)]	**(853.141)**	**(2.458.607)**	**(4.915.329)**
Derivativos opções [(a)]	**(134.784)**	**(2.352.766)**	**(5.111.182)**
	(24.956.258)	**(10.945.465)**	**(22.294.390)**

Risco de Taxa de Juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas. A Suzano S.A., por sua vez, busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa.

Os resultados financeiros da Suzano S.A. são afetados por mudanças nas taxas de juros, como o *London Interbank Offered Rate* ("LIBOR"), o CDI e a Taxa de Juros de Longo

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Prazo, ou "TJLP". As taxas LIBOR aumentaram significativamente nos últimos anos devido a mudanças regulatórias nos fundos do mercado monetário dos EUA ("MMFs"). A taxa LIBOR de três meses foi de 2,8076% ao ano, 1,6943% ao ano e 0,9979% ao ano, em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016. O CDI flutuou significativamente no passado em resposta à expansão ou contração da economia brasileira, tentativas de controlar a inflação, políticas do governo brasileiro e outros fatores. Depois de cair significativamente durante 2017, o CDI foi de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2018, enquanto era de 6,89% ao ano e 13,63% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. A TJLP foi de 6,98% ao ano e 6,75% ao ano e 7,50% ao ano, em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

Um aumento significativo nas taxas de juros, particularmente TJLP, CDI ou LIBOR, ou o índice de inflação para bens de consumo, ou IPCA, poderia ter um efeito adverso relevante em nas despesas financeiras da Suzano S.A., uma vez que parte significativa de sua dívida (empréstimos BNDES, Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA e Pré-Financiamentos às Exportações) estão vinculados a essas taxas. Por outro lado, uma redução significativa no CDI poderia afetar negativamente as receitas financeiras da Suzano S.A. oriundas de atividades de investimento, uma vez que uma parcela significativa de seu caixa é investida em instrumentos do mercado monetário brasileiro que estão vinculados ao CDI.

Em 27 de julho de 2017, o chefe da *Financial Conduct Authority* (FCA) anunciou a intenção da FCA de interromper o uso da LIBOR até o final de 2021. Como as declarações feitas pelo chefe da FCA são recentes, não há informações definitivas sobre a futura utilização da LIBOR ou de qualquer taxa de substituição específica. Como tal, o efeito potencial de qualquer evento sobre as despesas financeiras da Suzano S.A. ainda não pode ser determinado e, neste momento, não é possível prever o efeito de estabelecer quaisquer taxas de referência alternativas ou quaisquer outras reformas à LIBOR que possam ser promulgadas no Reino Unido ou em outro lugar. A incerteza quanto à natureza de tais mudanças potenciais, o impacto do uso de taxas de referência alternativas ou o conteúdo de outras reformas podem afetar adversamente as despesas financeiras ou ter um efeito material adverso sobre os negócios e resultados financeiros da Suzano S.A.. Dado o risco de extinção da LIBOR em um futuro próximo, a Suzano S.A. tem negociado ativamente contratos nos quais é parte, que contêm disposições relacionadas à descontinuação da LIBOR como a taxa de juros aplicável. Como resultado, a maioria dos instrumentos de dívida da Suzano S.A. já inclui uma disposição sobre a substituição da LIBOR por um índice de referência ou taxa de juros equivalente. Os contratos de derivativos atrelados à LIBOR da Suzano S.A. preveem que ou haverá uma negociação entre as partes para a definição de uma nova taxa aplicável ou uma taxa equivalente será determinada pelo agente de cálculo. Não é possível prever, no entanto, como essas disposições serão

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

implementadas na prática e não se pode garantir que tal implementação não terá efeito material sobre os custos de financiamento da Suzano S.A..

Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros

Na tabela a seguir são apresentados os valores prováveis e as variações decorrentes da oscilação de taxa de juros a partir deles.

	31/12/2018		
		Efeito no resultado e no patrimônio	
Consolidado	**Provável**	**Possivel Alta (Δ 25%)**	**Remoto Alta (Δ 50%)**
CDI			
Caixa e equivalentes de caixa	3.243.485	53.931	108.701
Aplicações financeiras	19.049.284	316.741	638.412
Empréstimos e financiamentos	(4.078.631)	316.741	638.412
Debêntures	(4.663.453)	(374.854)	(453.602)
Derivativos *swaps*	(853.141)	866.857	1.746.549
Derivativos opções	(134.813)	(74.269)	(146.411)
	12.562.731	1.105.149	2.532.061
Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC")			
Aplicações financeiras	2.049.281	34.074	68.679
	2.049.281	34.074	68.679
TJLP			
Empréstimos e financiamentos	(213.178)	(3.597)	(7.195)
	(213.178)	(3.597)	(7.195)
Libor			
Empréstimos e financiamentos	(13.038.092)	(88.855)	(177.709)
Derivativos *swaps*	(170.708)	238.030	471.025
	(13.208.799)	149.176	293.316

Risco de Preços de Commodities

A Suzano S.A. está exposta a preços de commodities refletidos principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global, bem como as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais.

Não é possível garantir que o preço se manterá em patamares benéficos para o resultado. A Suzano S.A. pode utilizar instrumentos financeiros para mitigar o risco do preço de venda de parte da produção, porém em determinados momentos a contratação de proteção ao preço da celulose pode não estar disponível.

A Suzano S.A. também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Análise de sensibilidade – exposição aos preços de commodities

A Suzano S.A. está exposta a preços de commodities refletidos principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global, bem como as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais.

Não é possível garantir que o preço se manterá em patamares benéficos para o resultado. A Suzano S.A. pode utilizar instrumentos financeiros para mitigar o preço de venda de parte da produção, porém em determinados momentos a contratação de proteção ao preço da celulose pode não estar disponível.

A Suzano S.A. também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo.

Em 31 de dezembro de 2018 posição comprada de US$ 5 milhões (31 de dezembro de 2017, não há posição comprada em *oil bunker*) para proteção do custo logístico.

	31/12/2018		
Consolidado	**Provável**	**Possível Alta (Δ 25%)**	**Remoto Alta (Δ 50%)**
Derivativo petróleo	**(1.140)**	**2.399**	**3.735**
	(1.140)	**2.399**	**3.735**

Derivativos em aberto por tipo de contrato

A Suzano S.A. realiza regularmente transações de *hedge* de câmbio, taxa de juros, preço de *commodities* e inflação, usando instrumentos financeiros derivativos, como contratos futuros, opções e *swaps*, de acordo com suas políticas. Tradicionalmente a Suzano S.A. usa transações de *hedge* para, entre outras, (1) proteger sua receita (que é principalmente denominada em dólares norte-americanos) quando convertida para reais (sua moeda funcional), (2) converter parte de sua dívida denominada em reais para dólares norte-americanos, (3) trocar as taxas de juros flutuantes de sua dívida por taxas de juros fixas, (4) trocar a variação monetária flutuante de sua dívida por taxa fixa e (5) trocar parte de sua dívida indexada pelo IPCA para CDI.

A Suzano S.A. contabiliza seus instrumentos derivativos pelo valor justo, de acordo com o *International Financing Reporting Standards* (IFRS). O valor justo desses instrumentos pode aumentar ou diminuir devido a flutuações nas taxas de câmbio ou nas taxas de juros, entre outras, antes da data de liquidação. Como resultado, a Suzano S.A. pode incorrer em perdas não realizadas devido a esses fatores de risco de mercado. Flutuações também

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

podem ser resultado de mudanças nas condições econômicas, sentimento do investidor, políticas monetária e fiscal, liquidez dos mercados globais, eventos políticos internacionais e regionais, atos de guerra, terrorismo, entre outros.

No caso de a Suzano S.A. deixar de realizar transações de *hedge* na medida do necessário, a Suzano S.A. pode estar exposta a riscos de câmbio, taxa de juros e inflação, o que poderia afetar adversamente seus resultados operacionais e condição financeira.

Em 31 de dezembro dos anos de 2018 e 2017, as posições abertas de derivativos, agrupadas por classe de ativo, indexador de referência e negociadas no mercado de balcão, estão assim representadas.

	Nocional em US$		Valor justo	
Consolidado	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa				
Hedge cambial				
Zero cost collar (R$ x US$)	2.340.000	1.485.000	(41.122)	25.822
NDF (R$ x US$)	50.000	-	6.749	-
Swap Fixed (US$) x CDI	-	50.000	-	5.356
Swap CDI x Fixed (US$)	-	50.000	-	(2.485)
Subtotal	2.390.000	1.585.000	(34.374)	28.693
Hedge de dívida				
Hedge cambial				
Swap CDI x Fixed (US$)	752.110	291.725	(377.020)	(21.562)
Subtotal	752.110	291.725	(377.020)	(21.562)
Hedge de juros				
Swap Libor x Fixed (US$)	757.143	19.841	(33.663)	(1.117)
Subtotal	757.143	19.841	(33.663)	(1.117)
Hedge de Commodity [a]				
Swap Bunker	5.344	-	(1.140)	-
Subtotal	5.344		(1.140)	
Fluxo de caixa - total derivativos	3.904.597	1.896.566	(446.196)	6.014
Operação Fibria				
Hedge cambial				
Zero cost collar (R$ x US$)	700.000	-	(93.692)	-
NDF (R$ x US$)	100.000	-	10.287	-
Subtotal	800.000	-	(83.405)	-
Hedge de dívida				
Hedge cambial				
Swap CDI x Fixed (US$)	1.650.000	-	(476.121)	-
Subtotal	1.650.000	-	(476.121)	-
Hedge de juros				
Swap Libor x Fixed (US$)	2.000.000	-	(137.044)	-
Subtotal	2.000.000	-	(137.044)	-
Operação Fibria - total derivativos	4.450.000	-	(696.570)	-
Total em derivativos	8.354.597	1.896.566	(1.142.766)	6.014
Ativo circulante			352.454	77.090
Ativo não circulante			141.480	56.820
Passivo circulante			(596.530)	(23.819)
Passivo não ciculante			(1.040.170)	(104.077)
			(1.142.766)	6.014

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo

A Companhia não é parte de processos judiciais, administrativos ou arbitrais relevantes.

A seguir descrevemos os processos judiciais, administrativos e arbitrais que a Suzano S.A. e Fibria Celulose S.A., estão sujeitas.

Suzano S.A.

(a) Geral

Em 31 de dezembro de 2018, a Suzano S.A. figurava no polo passivo em 4.556 processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível.

Para fins das informações aqui apresentadas e detalhadas, a Suzano S.A. discorrerá somente sobre as ações em que figura no polo passivo, pois as ações em que a Suzano S.A. figura no polo ativo não gerariam um impacto negativo adverso aos seus negócios. No tocante às contingências, importante ressaltar que: (i) para casos em que a possibilidade de perda é remota, não é constituída provisão; (ii) para os casos em que a perspectiva de perda é possível, não é constituída provisão, mas são divulgadas nas Demonstrações Financeiras; e (iii) para os casos em que a possibilidade de perda é provável, é constituída provisão.

Entre as demandas de natureza, cível, tributária e trabalhista, descrevemos abaixo o número de casos e a provisão correspondente. Além disso, descrevemos em maiores detalhes as ações que são consideradas individualmente relevantes para os negócios da Suzano S.A. e suas controladas, classificadas de acordo com a sua natureza.

(b) Tributários

Em 31 de dezembro de 2018, a Suzano S.A. figurava no polo passivo em aproximadamente 407 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas a diversos tributos, tais como Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e contribuição previdenciária, envolvendo valor total de provisão estimado em R$ 296,8 milhões. Além disso, o valor total envolvido nas ações nas quais a Suzano S.A. figura no polo passivo e para as quais os assessores legais da Suzano S.A. consideraram a probabilidade de perda como possível é de R$ 1.077,8

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

milhões. Cumpre salientar que a Suzano S.A. não é parte em processos tributários em valores individuais superiores a R$ 60.129.675,00 (0,5% do Patrimônio Líquido da Suzano S.A.) e que estejam classificados como probabilidade de perda possível ou provável, não representando, portanto, contingências passivas que impactam de maneira relevante nos resultados.

(c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, a Suzano S.A. figurava como parte em 3.459 ações de natureza trabalhista e/ou acidentária, envolvendo valor total de provisão de R$ 50,9 milhões. Além disso, o valor total envolvido nas ações nas quais a Suzano S.A. figura no polo passivo e para as quais os assessores legais da Suzano S.A. consideraram a probabilidade de perda como possível é de R$ 85,3 milhões. De maneira geral, os processos trabalhistas estão relacionados às questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para a prestação de serviços para a Suzano S.A. e que pleiteiam uma eventual condenação subsidiária da Suzano S.A. em verbas supostamente não pagas por essas empresas terceirizadas. Entre a totalidade dos processos, destacam-se os processos relacionados abaixo, relativos a pleitos de insalubridade/periculosidade e à regularidade do processo de terceirização de atividades de florestamento e reflorestamento, os quais, por força das matérias envolvidas e das consequências que um precedente negativo pode ocasionar, merecem ser mencionados.

Processo 0047/2003	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Suzano/SP
Instância	Instância Superior
Data de instauração	20/01/2003
Partes no processo	S.T.I.P.C.M. x Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 4,5 milhões
Principais fatos	O Autor reclama o pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade aos seus substituídos nas áreas da ré em que esses exercem as suas atividades, na Unidade Rio Verde. Condenação da Suzano S.A. em 1ª instância para pagamento de adicional de insalubridade a 17 colaboradores e do adicional de periculosidade a 19 colaboradores. As partes recorreram da decisão. Negado provimento aos recursos. Interposto Recurso de Revista por ambas as partes. Denegado seguimento. Processo transitado em julgado. Processo em fase de cálculos/impugnação. Processo liquidado no primeiro trimestre de 2019 e aguardando

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	arquivamento.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Dada sua relevância, o caixa da Suzano S.A. poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento.

Processo 1020/2005	
Juízo	1ª Vara do Trabalho de Suzano/SP
Instância	Instância Superior
Data de instauração	10/08/2005
Partes no processo	S.T.I.P.C.M. x Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 11,7 milhões
Principais fatos	O Autor reclama o pagamento de adicional de insalubridade (vencidos e vincendos) aos seus substituídos nas áreas da ré em que esses exercem as suas atividades, na Unidade Suzano que trabalharam ou ainda trabalham nos setores envolvidos no acordo judicial firmado no processo 1230/78. Decisões de 1ª e 2ª Instâncias favoráveis ao Autor. Julgado procedente o Recurso de Revista interposto pela Suzano S.A. para declarar a improcedência da reclamação. Julgados procedentes os embargos de declaração do autor para estender os efeitos do acordo firmado aos empregados admitidos até a data do ajuizamento da ação. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário interposto pelo Autor.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Dada sua relevância, o caixa da Suzano S.A. poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento.

Processo 0194300-14.2007.5.05.0531	
Juízo	Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas/BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	16/11/2007
Partes no processo	SINDICELPA x Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não foi estimado.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Principais fatos	O Autor reclama o pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade vencidos e vincendos aos seus substituídos, nas áreas em que esses exercem/exerceram as suas atividades, na Unidade Mucuri/BA. O processo foi julgado parcialmente procedente em primeira e segunda instâncias e aguarda julgamento de embargos declaratórios opostos pela Suzano S.A..
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Dada sua relevância, o caixa da Suzano S.A. poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento. Diante da ausência de conteúdo econômico estabelecido, ainda não é possível determinar o impacto financeiro de uma eventual condenação.

Processo 0001444-81.2011.5.05.0531	
Juízo	Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas/BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	29/07/2011
Partes no processo	SINTREXBEM x Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 11,5 milhões
Principais fatos	O Autor reclama o pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade vencidos e vincendos aos seus substituídos (operadores de máquinas florestais e mecânicos), em decorrência das atividades que exercem, na Unidade Mucuri/BA. Realizada perícia. Publicada sentença. Ação procedente em parte. Aguarda julgamento de recurso no Tribunal Superior do Trabalho.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Dada sua relevância, o caixa da Suzano S.A. poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento. Diante da ausência de conteúdo econômico estabelecido, ainda não é possível determinar o impacto financeiro de uma eventual condenação.

Processo 0016643-05.2016.5.16.0001	
Juízo	Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas/BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	17/03/2016

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Partes no processo	Ministério Público do Trabalho da 16ª Região x Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não foi estimado.
Principais fatos	O Ministério Público do Trabalho pleiteia a declaração de ilicitude na utilização de mão de obra terceirizada pela Suzano S.A. em âmbito nacional, bem como o pagamento de indenizações por dano moral coletivo e dumping social. Ação em fase de conhecimento, aguardando realização de audiência de instrução. Processo extinto no primeiro trimestre de 2019, sem qualquer tipo de condenação à Suzano S.A..
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	-

Processo 0000280-08.2016.5.05.0531	
Juízo	Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas/BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	26/02/2016
Partes no processo	Ministério Público do Trabalho da 5ª Região x Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não foi estimado.
Principais fatos	O Ministério Público do Trabalho pleiteia a declaração de ilicitude na utilização de mão de obra terceirizada no transporte de madeira no estado da Bahia, bem como o pagamento de indenizações por dano moral coletivo e *dumping* social. Ação em fase de conhecimento, aguardando a prolação da sentença
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Um desfecho desfavorável à Suzano S.A., pode acarretar em impacto adverso operacional e financeiro já que (i) pode ser necessária uma revisão do processo de contratação de mão obra; e (ii) a Suzano S.A. pode ter que desembolsar valores decorrentes de indenizações.

Processo 0010308-33.2018.5.15.0128	
Juízo	Vara do Trabalho de Limeira/SP
Instância	2ª Instância
Data de instauração	28/03/2018

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Partes no processo	Ministério Público do Trabalho da 15ª Região x Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não foi estimado.
Principais fatos	O Ministério Público do Trabalho pleiteia a declaração de ilicitude na utilização de mão de obra terceirizada na movimentação interna de cargas, bem como a rescisão de contratos de prestação de serviços nos quais estejam presentes os requisitos da relação de emprego entre a Suzano S.A. e os trabalhadores terceirizados, além do pagamento de indenizações por dano moral coletivo. Ação julgada improcedente em face da Suzano S.A.. Da decisão, o Ministério Público do Trabalho já interpôs Recurso Ordinário.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Um desfecho desfavorável à Suzano S.A., pode acarretar em impacto adverso financeiro já que (i) pode ser necessária a adequação requerida; e (ii) a Suzano S.A. pode ter que desembolsar valores decorrentes de indenizações.

Processo 0001571-09.2017.5.05.0531	
Juízo	Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas/BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	29/08/2017
Partes no processo	Ministério Público do Trabalho da 5ª Região x Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não foi estimado.
Principais fatos	O Ministério Público do Trabalho pleiteia a adequação de diversas áreas da unidade de Mucuri às NRs 7, 9 e 12, bem como o pagamento de dano moral coletivo
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Um desfecho desfavorável à Suzano S.A., pode acarretar em impacto adverso financeiro já que (i) pode ser necessária a adequação requerida; e (ii) a Suzano S.A. pode ter que desembolsar valores decorrentes de indenizações.

Processo 0000855-45.2018.5.05.0531	
Juízo	Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas/BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	08/08/2018
Partes no processo	Ministério Público do Trabalho da 5ª Região x Suzano S.A.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não foi estimado.
Principais fatos	O Ministério Público do Trabalho pleiteia a adequação de diversas áreas da unidade de Mucuri às NRs 7, 8, 12 e 17, bem como o pagamento de dano moral coletivo
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Um desfecho desfavorável à Suzano S.A., pode acarretar em impacto adverso financeiro já que (i) pode ser necessária a adequação requerida; e (ii) a Suzano S.A.pode ter que desembolsar valores decorrentes de indenizações.

(d) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Suzano S.A. figurava como parte em 440 ações cíveis no polo passivo, envolvendo valor total de provisão estimado em R$ 3,5 milhões. Além disso, o valor total envolvido nas ações nas quais a Suzano S.A. figura no polo passivo e para as quais os assessores legais da Suzano S.A. consideraram a probabilidade de perda como possível é de R$ 43.3 milhões. De maneira geral, os processos cíveis nos quais a Suzano S.A. figura como ré estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de discussões sobre obrigações contratuais, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, sem que nenhum deles mereça menção de destaque.

A Suzano S.A. possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de causados a terceiros (incluindo também empregados). Todavia, em face do tema envolvido – no caso direito ambiental – e face a impactos relevantes que uma decisão negativa pode acarretar à Suzano S.A., destacamos os seguintes processos:

Processo 0001195-88.2007.8.26.0579	
Juízo	Vara Única do Fórum de São Luiz do Paraitinga
Instância	1ª Instância
Data de instauração	13/11/2007
Partes no processo	Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Suzano S.A. e Fibria Celulose S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 11,6 milhões (Valor histórico – 10.000 salários mínimos em indenização).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, na qual a autora requer a suspensão imediata de todo e qualquer plantio de eucalipto no município, empreendimentos presentes ou em projetos futuros até a realização, pelas empresas empreendedoras, de um aprofundado estudo de impacto ambiental EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto e Relatório de Impacto Ambiental). Após determinada a realização de prova pericial, o juízo nomeou perito. Com a apresentação de proposta de honorários, o juízo determinou a inversão do ônus financeiro para a realização da prova. As rés recorreram da decisão e o Tribunal de Justiça determinou a sua reforma. A autora interpôs recurso aos tribunais superiores, que foram rejeitados. Em 1° instância, após intimação da fazenda pública para pagamento dos honorários periciais, reiniciou-se a discussão acerca do valor dos honorários periciais que culminou com a redução do escopo da perícia para 3 fazendas. Os honorários foram reduzidos para cerca de R$ 420.000,00. Atualmente se discute a impugnação desse valor.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A Suzano S.A. deixará de utilizar as áreas objeto da ação para o plantio de eucalipto, até que se faça e aprove o EIA-RIMA. Além disto, uma decisão negativa pode abrir um precedente no sentido de que outras cidades passem a exigir estudo de impacto ambiental a projetos de reflorestamento levados a efeito pela Suzano S.A. Dada a fase processual, a Suzano S.A. entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.

Processo 15863-80.2010.4.01.4300	
Juízo	Vara Federal de Araguaína/TO
Instância	1ª Instância
Data de instauração	21/07/2010
Partes no processo	Ministério Público Federal, Suzano S.A., NATURATINS e IBAMA.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ainda não é possível estimar o valor de contingência envolvido.
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública na qual o autor discute a competência para conduzir o licenciamento ambiental do empreendimento “”Projeto de Silvicultura no Estado do Tocantins”. Apresentada alegações finais em primeira instância. Atualmente, aguarda-se julgamento.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	O programa de plantio de eucalipto sofrerá atraso, até que se defina a competência administrativa para a condução do processo de licenciamento ambiental. Daí resulta sua relevância. Dada a fase processual, a Suzano S.A. entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.

Processo 0032101-90.2012.4.01.3400	
Juízo	9ª Vara Federal do Distrito Federal
Instância	1ª Instância
Data de instauração	29/06/2012
Partes no processo	Ministério Público Federal x Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não pode ser estimado.
Principais fatos	O Ministério Público Federal busca responsabilizar a Suzano S.A. pela deterioração da rodovia federal por onde trafegam os caminhões que transportam madeira e produto acabado, alegando excesso de peso no transporte dessas cargas. A liminar foi deferida, mas teve seus efeitos suspensos por decisão do TRF, em agravo de instrumento da Suzano S.A., o qual foi provido para reformar a decisão liminar, estando em fase de embargos de declaração pelo MPF. Em primeira instância, o processo aguardando julgamento
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação. Eventual condenação pode resultar no redimensionamento da logística de transportes da Suzano S.A., no que tange ao controle de peso das carretas. Dada a sua relevância, o caixa da Suzano S.A. poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento. Diante da ausência de conteúdo econômico estabelecido, ainda não é possível determinar o impacto financeiro de uma eventual condenação.

Processo 15839-09.2010.4.01.3700	
Juízo	8ª Vara Federal de São Luís/MA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	04/05/2010
Partes no processo	Ministério Público Federal, Suzano S.A., IBAMA e Estado do Maranhão (SEMA).
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 100.000,00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública com pedido de tutela antecipada, na qual o autor discute a competência para o licenciamento ambiental das atividades florestais no Maranhão (Urbano Santos) para plantio de 42.000 hectares de florestas de eucaliptos pela Suzano S.A. Em 1º instância foi indeferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, contudo a decisão foi reformada em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo autor. A Suzano S.A., o Ibama e o Estado do Maranhão impetraram recursos contra a decisão que concedeu a tutela antecipada e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos. Apresentado o laudo pelo perito, foi apresentado laudo divergente pelo assistente técnico. Aguardando manifestação do perito.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	O programa de plantio de eucalipto sofrerá atraso, até que se defina a competência administrativa para a condução do processo de licenciamento ambiental. Daí resulta sua relevância. Dada a fase processual, a Suzano S.A. entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.

Processo 0000025-24.1986.8.26.0157	
Juízo	2ª Vara Cível de Cubatão
Instância	1ª Instância
Data de instauração	15/02/1986
Partes no processo	Ministério Público do Estado de São Paulo, Oikos União dos Defensores da Terra e Suzano S.A. e outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não pode ser estimado.
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública na qual o Ministério Público Estadual busca responsabilizar as Rés por supostos danos causados ao meio ambiente, em razão da degradação e do perecimento de grande parte da cobertura vegetal das encostas da Serra do Mar. O processo foi julgado procedente condenando as empresas a repararem um dano a ser apurado em liquidação de sentença. Foi apresentada apelação e desde então o iniciaram-se tratativas de acordo promovidas pelo MP, com base num projeto apresentado pelo Município de Cubatão. Com o avanço das tratativas e apresentação de uma primeira minuta de TAC ao MP, o processo foi suspenso em 2° instância para dar continuidade nas tratativas de acordo.
Chance de perda	Remota
Análise do	Apesar de não existirem valores definidos para fim de acordo e/ou

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

impacto em caso de perda do processo	condenação, eventual sentença condenatória poderá exigir o pagamento de verbas para a compensação dos danos pretéritos causados.

Processo 007814-33.2012.4.01.3701	
Juízo	1ª Vara Federal de Imperatriz/MA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	23/11/2012
Partes no processo	Ministério Público Federal (MPF) x Estado do Maranhão, IBAMA e Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 10.000,00
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, na qual o MPF busca anular o processo de licenciamento ambiental conduzido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Maranhão referente à unidade industrial para a fabricação de celulose branqueada da Suzano S.A., no Município de Imperatriz/MA. Defende o MPF que o IBAMA seria o órgão ambiental competente para a condução do licenciamento frente aos impactos regionais relacionados. As rés apresentaram defesa e, atualmente, foram apresentados os quesitos técnicos para a perícia que ainda não foi marcada.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual decisão que suspenda a supracitada licença acarretará na paralisação da operação industrial.

Processo 5050285-70.2018.8.13.0024	
Juízo	2ª Vara de Feitos Tributários de Belo Horizonte/ MG
Instância	1ª Instância
Data de instauração	19/04/2018
Partes no processo	Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 7.730.652,54

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Principais fatos	Trata-se de Execução que intenta cobrar os débitos referentes aos Autos de Infração n. 01.000781631-60, 01.000785551-22, 01.000786980-21, 01.000787373-95, 01.000788035-33, 01.000788317-58, 01.000789128-55, 01.000790643-01 e 01.000785159-45, lavrados contra a Suzano pela Fazenda Estadual de Minas Gerais em razão do diferencial de enquadramento de taxa florestal de tora e torete. Após a citação da Suzano S.A., foi apresentado seguro garantia. O Estado foi intimado para se manifestar a respeito. Atualmente, os débitos encontram-se suspensos pois a Procuradoria aceitou de forma provisória a garantia apresentada, e foram opostos Embargos a Execução.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Necessidade de dispêndio dos valores relativos a diferença de recolhimento de taxa de tora/torete

Processo 5174900-35.2018.8.13.0024	
Juízo	3ª Vara de Feitos Tributários de Belo Horizonte/ MG
Instância	1ª Instância
Data de instauração	13/12/2018
Partes no processo	Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 47.144.941,48
Principais fatos	Trata-se de Ação Anulatória que intenta anular os Autos de Infração n. 01.000779588-27, 01.000783276-85, 01.000785392-16, 01.000786172-68, 01.000786733-54, 01.000788732-56, 01.000788931-33, 01.000790058-19, 01.000782651-32 e 01.000790434-43, lavrados contra a Suzano pela Fazenda Estadual de Minas Gerais em razão enquadramento dos produtos florestais da empresa em "tora" adotado pela Fazenda, levado a diferencial de valor supostamente devido em relação ao enquadramento como "torete" feito pela empresa. O processo foi ajuizado e teve o pedido liminar de suspensão de exigibilidade dos créditos objetos da Anulatória indeferido, por ter entendido o Juízo que não havia elementos suficientes numa análise preliminar para concluir a desproporcionalidade da Taxa Florestal. Na sequência, a Suzano S.A. apresentou seguro garantia de forma a garantir os valores. A Procuradoria foi intimada a se manifestar quanto a garantia apresentada. Atualmente, os débitos encontram-se suspensos pois a Procuradoria aceitou de forma provisória a garantia apresentada

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Necessidade de dispêndio dos valores relativos a diferença de recolhimento de taxa de tora/torete

CMA 444/449-456	
Juízo	Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP
Instância	Arbitragem
Data de instauração	09/09/2016
Partes no processo	Suzano S.A., Valmet Celulose, Papel e Energia Ltda., Valmet Technologies OU e Valmet AB.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Suzano requer R$ 400 milhões Valmet pedido contraposto de R$ 35 milhões + EUR 26 milhões
Principais fatos	Trata-se de procedimento de arbitragem instaurado pela Suzano contra a Valmet e empresas do seu grupo econômico para, dentre outros, buscar o ressarcimento de danos suportados por problemas no atendimento de obrigações contratuais e garantias de performance ocorridas na implantação da fábrica de Imperatriz no Maranhão. Em 20 de setembro de 2018 as partes firmaram um acordo e requereram a extinção da arbitragem que foi declarada em outubro de 2018.

Fibria Celulose S.A.

(a) Geral

Em 31 de dezembro de 2018, a Fibria figurava no polo passivo em 5.324 processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, dos quais a Suzano S.A. passou a ser sucessora após a incorporação da Fibria.

Para fins das informações aqui apresentadas e detalhadas, a Companhia discorrerá somente sobre as ações em que figura no polo passivo, pois as ações em que a Fibria figura no polo ativo não gerariam um impacto negativo adverso aos seus negócios.

No tocante às contingências, importante ressaltar que: (i) para casos em que a possibilidade de perda é remota, não é constituída provisão; (ii) para os casos em que a perspectiva de perda é possível, não é constituída provisão, mas são divulgadas nas Demonstrações Financeiras; e (iii) para os casos em que a possibilidade de perda é provável, é constituída provisão.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Entre as demandas de natureza, cível, tributária e trabalhista, descrevemos abaixo o número de casos e a provisão correspondente. Além disso, descrevemos em maiores detalhes as ações que são consideradas individualmente relevantes para os negócios da Fibria e suas controladas, classificadas de acordo com a sua natureza.

(b) Tributários

Em 31 de dezembro de 2018, a Fibria, suas subsidiárias e operações controladas em conjunto eram parte passiva em processos de natureza fiscal, com probabilidade de perda provável, com um valor total provisionado de R$ 139,4 milhões, mantendo, ainda, depósitos judiciais no montante total de R$ 122,7 milhões, resultando em uma provisão líquida de R$ 16,7 milhões.

Ainda em 31 de dezembro de 2018, a Suzano S.A., suas subsidiárias e operações controladas em conjunto estavam envolvidas, passivamente, em outros 665 processos tributários surgidos no curso normal de seus negócios, envolvendo montante total de R$ 7,8 bilhões, os quais, na opinião da administração da Fibria e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível e para os quais nenhuma provisão foi constituída pela Suzano S.A..

(c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, a Fibria figurava como parte em 4.052 ações de natureza trabalhista e/ou acidentária, envolvendo valor total de provisão de R$ 1.054.695.299,80. De maneira geral, os processos trabalhistas estão relacionados às questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para a prestação de serviços para a Fibria e que pleiteiam uma eventual condenação subsidiária da Fibria em verbas supostamente não pagas por essas empresas terceirizadas. Entre a totalidade dos processos, destacam-se os processos relacionados abaixo, relativos a pleitos de insalubridade/periculosidade e à regularidade do processo de terceirização de atividades de florestamento e reflorestamento, os quais, por força das matérias envolvidas e das consequências que um precedente negativo pode ocasionar, merecem ser mencionados.

Processo nº 0025137-80.2014.5.24.0072	
Juízo	2ª Vara do Trabalho do Foro da Comarca de Três Lagoas-MS
Instância	3ª Instância
Data de Instauração	01/06/2014
Partes no Processo	Autor: Ministério Público do Trabalho. Réu: Fibria-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Objeto	Trata-se de ação civil pública interposta pelo Ministério Público do Trabalho após inquérito civil público que tinha como objetivo a apuração de supostas irregularidades na terceirização do viveiro, silvicultura, atividades correlatas e equiparação salarial de operadores de máquinas da Fibria-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda. (“Fibria MS”)
Motivo da Relevância	Valores envolvidos, impacto social, na imagem da sociedade e na operação da sociedade.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	Os valores, bens e direitos envolvidos em caso de perda do processo decorrem dos pedidos principais, liminares e multas diárias feitos pelo Ministério Público do Trabalho que incluem: a) A utilização, pela Fibria MS, no prazo de 180 dias, de empregados próprios e a abstenção de contratar terceiros para atividades de viveiro, silvicultura, colheita e correlatas, sob pena de multa no valor de R$ 200 mil; b) Enquanto não rescindidos os contratos de terceirização, aplicação de multa no valor de R$ 100 mil pelo descumprimento das normas de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho; c) Equiparação salarial dos operadores de máquinas florestais terceirizados que tenham trabalhado menos de dois anos na mesma função, no prazo de 90 dias, sob pena de multa no valor de R$ 100 mil, e d) Dano moral coletivo no valor de R$ 20.000 mil em caso de procedência da ação.
Principais Fatos	Em junho de 2014, foi interposta ação civil pública pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) com pedido de liminar contendo solicitações descritas acima envolvendo obrigação de fazer pela Fibria MS, sob pena de pagamento de multas, e o pagamento de dano moral coletivo em caso de procedência da ação. O pedido da liminar não foi deferido. Em 08/06/16, foi proferida sentença condenatória no sentido de reconhecer a terceirização ilícita, obrigações de fazer e não fazer, equiparação salarial de operadores de maquinas, dano moral coletivo no importe de R$ 2 milhões. Entre setembro de 2016 e novembro de 2016, as partes apresentaram recursos. O Ministério Público do Trabalho reiterou o pedido liminar de primarização das atividades em 180 dias e danos coletivos em R$ 20 milhões. A Fibria MS, por sua vez, defendeu no recurso a extinção do processo ou reforma da sentença de maneira a indeferir toda e qualquer condenação. • O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) por unanimidade deferiu o recurso ordinário interposto pela Fibria, onde foi considerada licita as atividades terceirizadas pela Fibria.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Após decisão, o MPT interpôs Recurso de Revista que não foi admitido pelo TRT. Em 19/10/2017 MPT interpôs agravo de instrumento à decisão do TRT, os autos foram remetidos ao TST em fevereiro de 2018. Encontram-se o concluso para votação/decisão.
Chance de Perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de desfecho desfavorável à Suzano S.A., o resultado será o desembolso financeiro e o cumprimento de obrigações de fazer de acordo com os pedidos iniciais listados acima.

(d) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Fibria figurava como parte em 607 ações de natureza cível, envolvendo um montante total de R$ 3.623,5 milhões. Em relação a tais processos, 571 são avaliados como possíveis (não prováveis), com uma exposição total de R$ 2.482 milhões, a maioria dos quais refere-se a pedidos de indenização de ex-empregados ou terceiros.

A maioria das ações cíveis tem como objeto pedidos de indenização em decorrência de rescisão de contratos comerciais, ações de cobrança e habilitações de crédito em falência ajuizadas pela Suzano S.A., ressarcimento de recursos financeiros movidas contra produtores rurais inadimplentes; ações possessórias ajuizadas com o objetivo de proteger o patrimônio imobiliário da Suzano S.A., ações de interesse de movimentos sociais, tais como, trabalhadores sem-terra, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores e por estes ajuizadas e ações decorrentes de acidentes de trânsito envolvendo suposta queda de madeira das carretas a serviço da empresa.

Entre as demandas de natureza cível, apenas aquelas indicadas abaixo são individualmente relevantes para a Suzano S.A.:

Processo nº 0032095-83.2012.4.01.3400	
Juízo	20ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Brasília
Instância	1ª Instância
Data de Instauração	29/06/2012
Partes no Processo	Autor: Ministério Público Federal. Réu: Fibria Celulose S.A.
Objeto	Trata-se de ação movida pelo Ministério Público Federal contra a Fibria visando impedir que os veículos de sua propriedade circulem em rodovias federais com excesso de peso.
Motivo da Relevância	Impacto na produção e o valor da indenização.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	Indenização por danos morais e materiais no valor total de R$ 1.983,3 milhões, em razão da circulação em rodovias federais de veículos de propriedade da Fibria com o peso acima do legalmente permitido.
Principais Fatos	Trata-se de ação indenizatória pela qual o Ministério Público Federal requer a proibição de circulação, em rodovias federais, dos veículos da Fibria com excesso de peso, sob pena de multa. Em 10/07/2012, tal solicitação foi deferida pelo juiz de primeira instância, porém, em 24/05/2013 a Fibria obteve êxito no recurso que apresentou contra a referida decisão para suspender a liminar concedida pelo juízo de primeira instância. O Ministério Público Federal pleiteia, ainda, o pagamento de danos morais e materiais em decorrência de supostos danos causados às rodovias federais, ao meio ambiente e à ordem econômica pela circulação de veículos da Fibria com peso acima do legalmente permitido. Em 01/10/2012 a Fibria apresentou defesa com relação aos demais pontos pleiteados na ação, bem como um estudo técnico comprovando ser desprezível o impacto causado sobre o pavimento da BR 101/ES pelos veículos que transportam madeira para o abastecimento das unidades fabris da Fibria, porém ainda não foi proferida decisão sobre o assunto. Em 17.09.2015, foi proferido despacho deferindo a prova pericial requerida pela ré, consistente na análise das balanças que realizam o serviço de pesagem dos caminhões, bem como intimando às partes para apresentação de quesitos e indicação de assistentes técnicos. Além disso, intimou-se o INMETRO para que este indicasse empresas aptas à realização da perícia. Em 09.11.2015, apresentamos petição juntando os quesitos a serem respondidos, protestando pela apresentação de quesitos suplementares e elucidativos, bem como indicando o assistente técnico, sendo certo que o MPF e o DNIT informaram que não nomeariam assistente, tampouco formulariam quesitos. Intimado, o INMETRO apresentou lista de empresas que poderiam realizar o trabalho, tendo sido duas delas intimadas a manifestarem seu interesse na realização da perícia. Em 19.10.2016 foi proferido despacho ordenando a expedição de uma carta precatória para a intimação da empresa Cetec Equipamentos Para Laboratório Ltda. Em 01.03.2017, outro despacho foi proferido, no qual o magistrado volta atrás em seu posicionamento anterior, indeferindo o pedido de prova pericial, afirmando que as balanças atuais não refletem as condições técnicas das operantes à época dos autos de infração (2007-2010). Ademais, afirma que os

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	documentos acostados aos autos já são suficientes à solução da lide. A Fibria não se insurgiu contra este entendimento. Em 15.03.2018 o processo foi sentenciado, tendo sido confirmada a liminar e julgados parcialmente procedentes os pedidos iniciais para o fim de determinar à ré que se abstenha de transitar em rodovias federais, com excesso de peso, em desacordo com a legislação de trânsito e especificações do veículo, bem como para condená-la ao pagamento de indenização pelos danos materiais causados, cujo montante será determinado em sede de liquidação de sentença, a qual será revertida à União, e ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, arbitrados em 20% sobre o valor apurado a título de danos materiais, a qual deverá ser revertida ao Fundo de que trata o art. 13 da Lei nº 7.347/85. A decisão foi publicada em 05.04.2018. Em 26.04.2018 a Fibria interpôs recurso de apelação contra a sentença proferida, tendo sido o MPF intimado a respondê-lo. Os autos foram distribuídos em 02.10.2018 em segunda instância e recebidos pelo Des. Daniel Paes no final de outubro. Aguarda-se a apreciação do pedido de efeito suspensivo quanto à parte da sentença que confirmou a tutela antecipada, estando os autos na conclusão.
Chance de Perda	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de desfecho desfavorável à Fibria, o resultado será um desembolso financeiro, aumento da frota e/ou transferência do transporte da madeira para outros modais logísticos.

Processo nº 0000693-61.2013.4.02.5003	
Juízo	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São Mateus - ES
Instância	1ª Instância
Data de Instauração	26/11/2013
Partes no Processo	Autores: Ministério Público Federal e outro. Réus: Fibria Celulose S.A., Estado do Espírito Santo e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros.
Objeto	O Ministério Público Federal em São Mateus (ES) propôs, juntamente com o Incra, em novembro de 2013, ação civil pública contra a Fibria, o Estado do Espírito Santo e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para que sejam anulados os títulos de domínio de terras, que alega serem devolutas, as quais foram concedidas, pelo Estado do Espírito Santo, à Aracruz Celulose S.A., sociedade integrada à Votorantim Celulose e Papel S.A. em 2009 e que deu origem à Fibria.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Motivos da Relevância	Impacto social e na produção, e possíveis danos à imagem da Suzano S.A..
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R$ 1.000 mil e 6.238 hectares de terras localizadas nas cidades de Conceição da Barra (ES) São Mateus (ES)
Principais Fatos	Em 20.04.2014, foi deferida liminar em primeira instância que determinou bloqueio das matrículas imobiliárias correspondentes a 6.238 hectares de terra, e o impedimento de empréstimos conferidos pelo BNDES à Fibria que tivessem a finalidade de realização de investimentos nas referidas terras objeto da ação. Em 24.04.2014, Fibria apresentou agravo de instrumento que suspendeu os efeitos da liminar concedida em primeira instância, mas a decisão foi revogada, tendo sido restabelecida a liminar concedida em primeira instância. Em 23.04.2014, a Fibria apresentou defesa argumentando que as concessões foram feitas à Aracruz Celulose S.A. de acordo com as leis vigentes e práticas usuais da época, destacando que, em sua visão, não se tratavam de terras devolutas, mas sim de áreas com direito de posse particular que, portanto, podiam ter sido adquiridas pela Suzano S.A.. Em 17.02.2017 foi deferida a produção de prova testemunhal e indeferida a produção de prova pericial. Em 26.09.2017 foi proferida decisão para suspensão de financiamentos para atividades de plantio de eucalipto ou produção de celulose apenas em relação aos imóveis discutidos na ação, e designada audiência de instrução. Em 22/05/2018- Realizada Audiência de Instrução na Comarca de Aracruz, por Carta Precatória, em que foram ouvidas duas testemunhas da Fibria e três testemunhas do MPF. Em 12.09.2018 foi realizada audiência na Comarca de Conceição da Barra/ES, onde foram ouvidas mais três testemunhas do MPF. Carta precatória devolvida e juntada nos autos da ACP em 04/10/2018. Em 08.03.2018 foi proferido despacho para as partes apresentarem razões finais.
Chance de Perda	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de desfecho desfavorável à Suzano S.A., o resultado será um desembolso financeiro, a devolução de 6.238 hectares de terras e o impedimento de empréstimos pelo BNDES à Fibria que tenham por finalidade a realização de investimentos nas referidas terras.

Processo nº 0104134-87.2015.4.02.5003	
Juízo	*1ª* Vara Federal da Subseção Judiciária de São Mateus – ES

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Instância	1ª Instância
Data de Instauração	03/03/2015
Partes no Processo	Autores: Ministério Público Federal e outros. Réus: Fibria Celulose S.A., Estado do Espírito Santo e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros.
Objeto	O Ministério Público Federal em São Mateus (ES) propôs, juntamente com o Incra e a Fundação Cultural Palmares, em março de 2015, ação civil pública contra a Fibria, o Estado do Espírito Santo e o BNDES, para que sejam anulados os títulos de domínio de terras, que alega serem devolutas, as quais foram concedidas, pelo Estado do Espírito Santo, à Aracruz Celulose S.A., sociedade integrada à Votorantim Celulose e Papel S.A. em 2009 e que deu origem à Fibria.
Motivos da Relevância	Impacto social e na produção, e possíveis danos à imagem da Suzano S.A..
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	Devolução de 5.601,7 hectares de terras.
Principais Fatos	Em 09.03.2015, foi deferida liminar em primeira instância que determinou o bloqueio das matrículas imobiliárias, correspondentes a 5.601,7 hectares de terra. Em 07.10.2015, a Fibria apresentou agravo de instrumento contra a liminar que deferiu a indisponibilidade dos imóveis e aguarda julgamento. Em 13.10.2015, a Fibria apresentou defesa argumentando que as concessões foram feitas à Aracruz Celulose S.A. de acordo com as leis vigentes e práticas usuais da época, destacando que, em sua visão, não se tratavam de terras devolutas, mas sim de áreas com direito de posse particular que, portanto, podiam ter sido adquiridas pela Suzano S.A.. Em 14.12.2016 a Fibria apresentou especificação de provas. Foi proferida decisão para suspensão de financiamentos para atividades de plantio de eucalipto ou produção de celulose apenas em relação aos imóveis discutidos na ação, e designada audiência de instrução, sendo que esta ação está relacionada à primeira ação civil pública ajuizada. Em 26.09.17 foi proferido despacho saneador proferido, no qual foram desacolhidas as preliminares arguidas em contestações, fixados os pontos controvertidos, deferida a inversão do ônus da prova, conforme decisão do Tribunal da outra ACP, deferida a produção de prova testemunhal, indefere a produção de prova pericial requerido pela FIBRIA. Ofereceremos Agravo de

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Instrumento, seja com relação à prescrição, seja com relação à inversão do ônus da Prova. Em 11/10/2017 – Juntada petição do MPF, requerendo o deferimento da tutela provisória antecipada para que o BNDES suspenda qualquer operação de financiamento direto aos imóveis objeto da ação. Em 13/11/2017 – Despacho: Fls. 2288/2328: mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Intime-se a FIBRIA. Após, venham os autos conclusos. Em 08/05/2018- Realizada Audiência de Instrução na Comarca de São Matheus, em que foram ouvidas duas testemunhas da Fibria. Em 22/05/2018- Realizada Audiência de Instrução na Comarca de Aracruz, por Carta Precatória, em que foram ouvidas duas testemunhas da Fibria e três testemunhas do MPF. Em 12/09/2018 foi realizada audiência na Comarca de Conceição da Barra/ES, onde foram ouvidas mais três testemunhas do MPF. Em 08.03.2018 foi proferido despacho para as partes apresentarem razões finais.
Chance de Perda	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de desfecho desfavorável à Suzano S.A., o resultado será a devolução de 5.601,7 hectares de terras e o impedimento de empréstimos pelo BNDES à Fibria que tenham por finalidade a realização de investimentos nas referidas terras.

Processo nº 0805287-13.2015.8.12.0021 - (Cautelar 0801792-29.2013.8.12.0021)	
Juízo	3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Três Lagoas - MS
Instância	1ª Instância
Data de Instauração	26/08/2015
Partes no Processo	Autor: Fibria Celulose S.A. Réu: Eldorado Brasil Celulose S/A.
Objeto	O escopo da cautelar foi o de produzir prova pericial que evidenciasse que a Eldorado reproduz em fazendas de sua exploração, na região de Três Lagoas - MS, uma variedade de eucalipto protegida por direitos de propriedade intelectual (cultivar) da Fibria. Diante da prova cabal, produzida judicialmente, confirmando a reprodução desautorizada da propriedade intelectual da Fibria, e não obstante o parecer técnico discordante e as alegações de imprestabilidade do laudo pericial manejadas pela Eldorado, a Fibria ajuizou ação cominatória com pedido indenizatório.
Motivos da	Valores envolvidos e impacto social na imagem da Suzano S.A..

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Relevância	
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R$ 100.000 mil.
Principais Fatos	Em 10/04/2013, a Fibria ajuizou medida cautelar de produção antecipada de provas contra a Eldorado com pedido liminar. O pedido de produção antecipada de provas foi homologado em 22/07/2015. A Eldorado entrou com apelação contra a decisão em medida cautelar em 12.08.2015, que foi julgada por unanimidade, não conhecer dos agravos retidos e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator em 03.05.2016. Em 10/02/2017, a decisão transitou em julgado. A ação principal foi dispensada da cautelar em 23/09/2015, e, em 26/07/2016, a Eldorado opôs Embargos de Declaração onde alegou que a decisão embargada, que determinou a intimação da Fibria para "impugnar a contestação e documentos", foi omissa sobre o pedido de concessão de tutela de urgência formulado pela Eldorado em contestação. Desde 26/09/2016 o processo está concluso aguardando decisão. Em março de 2017, por meio de uma liminar, foi concedida a cessação e a abstenção imediata da plantação e propagação de clones de eucalipto da VT02 pela Eldorado em todo o território nacional, sob pena de uma multa diária arbitrada em R$ 100.000,00. Audiência designada para fevereiro de 2018. Em fevereiro de 2018 foi interposto Agravo de Instrumento pela Eldorado recebido com efeito suspensivo, assim, a audiencia agendada foi tirada de pauta. Em junho de 2018 por unanimidade foi negado provimento ao Agravo interporsto pela Eldorado. Em novembro de 2018 foi designada audiencia para o dia 05 de fevereiro de 2019
Chance de Perda	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável para a Fibria, haverá desembolso com custas processuais e honorários de sucumbência. Ademais, em relação aos impactos na imagem e reputação da Fibria, no caso de perda.

Procedimentos nº 54340.000042/2005-31; 54340.000581/2005-71; 54340.000674/2004-14	
Juízo	Esfera Administrativa Federal
Instância	Primeira
Data de Instauração	2004 e 2005

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Partes no Processo	Autor: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (INCRA) Réu: Fibria Celulose S.A.
Objeto	*Disputas de Terras*
Motivos da Relevância	Impacto na produção, e possíveis danos à imagem da Suzano S.A..
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	Não há valor envolvido
Principais Fatos	Em abril e outubro de 2006 e em dezembro de 2009, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (INCRA) publicou Notas Públicas informando que os Relatórios Técnicos de Identificação emitidos por comissões estabelecidas pelo INCRA, concluíram que aproximadamente 34.430 hectares de terra localizados no Estado do Espírito Santo são considerados território das Comunidades Quilombolas de Linharinho, São Jorge e São Domingos, localizados no município de Conceição da Barra. Da área total, aproximadamente 25.330 hectares são de propriedade e posse da Suzano S.A.. A aquisição das áreas objeto dos procedimentos foi feita em conformidade com a legislação e devidamente registrada nos órgãos competentes. A Suzano S.A. está se defendendo contra a demarcação da propriedade.
Chance de Perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de desfecho desfavorável à Suzano S.A., o resultado será a devolução das áreas demarcada como território quilombolas.

Procedimento nº 54340.001431/2012-11	
Juízo	Esfera Administrativa Federal
Instância	Primeira
Data de Instauração	2012
Partes no Processo	Autor: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (INCRA) Réu: FIBRIA e Outros
Objeto	*Disputas de Terras*
Motivos da Relevância	Impacto na produção, e possíveis danos à imagem da Suzano S.A..
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	Não há valor envolvido
Principais Fatos	Em julho de 2015, a Suzano S.A. recebeu notificação do INCRA

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	informando sobre a publicação do Relatório Técnico de Aviso de Identificação e Delimitação do território quilombola da comunidade de Linharinho, localizada no município de Conceição da Barra, com 3.133 hectares para a Suzano S.A. e 374 hectares para terceiros. A Suzano S.A. está se defendendo contra a demarcação da propriedade.
Chance de Perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de desfecho desfavorável à Suzano S.A., o resultado será a devolução das áreas demarcada como território quilombolas.

Arbitragem CCI 20.238/ASM/JPA - Fibria x Stora Enso	
Juízo	Câmara de Comércio Internacional ("CCI")
Instância	Única
Data de Instauração	10/11/2014
Partes no Processo	Autor: Fibria Celulose S/A Réu: Stora Enso Treasury Amsterdam B.V. e Stora Enso OYJ
Objeto	Interpretação de cláusulas comerciais
Motivos da Relevância	Valores envolvidos
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R$ 3.261.980,74
Principais Fatos	Arbitragem encerrada com julgamento improcedente aos pedidos da Fibria Celulose S/A e parcialmente procedentes à Stora Enso.
Chance de Perda	Não aplicável (processo encerrado)
Análise do impacto em caso de perda do processo	Não aplicável: Processo encerrado com o pagamento pela Fibria do valor de R$ 3.261.980,74.

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

Os valores provisionados para cada tipo de processo (tributário, trabalhista e cível) foram descritos no item acima.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, que não estão sob sigilo, e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de seus controladores

A Companhia ou suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos e arbitrais que estejam sob sigilo cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas subsidiárias.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte

A Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios

A Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7. Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

A Companhia não possui outras contingências relevantes.

Em relação à nossa controlada **Suzano S.A.**

Processos de natureza tributária, classificados com prognóstico de perda possível pelos assessores legais da Suzano S.A., mais relevantes para a Fibria e suas controladas.

(a) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE)

Em 2002, a Fibria pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos.

Em 2004, a Fibria recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração pela SRF, por meio do qual são exigidos os valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Fibria de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003.

A Administração da Suzano S.A., assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais.

Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial no valor de R$ 148 milhões, onde se aguarda julgamento dos Embargos à Execução apresentados pela Suzano S.A..

(b) IRPJ/CSLL - homologação parcial

A Fibria deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo de 1997, com valores devidos à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). Em março de 2009 a SRFB homologou apenas R$ 83 milhões, gerando uma diferença de R$

4.7 - Outras Contingências Relevantes

51 milhões. A Fibria apresentou impugnação, obtendo decisão parcialmente procedente. Logo após, foi interposto recurso, que julgado em sessão, determinou-se a conversão do feito em diligência.

Em 06 de novembro de 2018, foi protocolada manifestação reforçando a conclusão do Auditor Fiscal na primeira homologação e os argumentos de defesa. O valor envolvido até 31 de dezembro de 2018 é de R$ 243,6 milhões.

(c) Auto de infração - IRPJ/CSLL - permuta de ativos industriais e florestais

Em dezembro de 2012, a Fibria recebeu autuação fiscal referente a imposto de renda e contribuição social, que alega a existência de um suposto ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Fibria efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais, com a International Paper.

Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") julgou improcedente, por voto de qualidade do presidente do CARF, o recurso apresentado pela Fibria no processo administrativo. A Fibria foi intimada da decisão em 25 de maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário. A Fibria apresentou garantia judicial, que foi aceita, de forma que aguarda julgamento do caso. Foi mantido o posicionamento de não constituir provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus consultores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 2,3 bilhões. Os autos encontram-se conclusos para sentença desde 25 de novembro de 2017.

(d) Auto de infração - IRPJ/CSLL – Glosa da depreciação, amortização e exaustão – 2010

Em dezembro de 2015, a Fibria recebeu auto de infração exigindo o recolhimento de valores relativos ao IRPJ e da CSLL, questionando a dedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Fibria na apuração do imposto no ano-calendário de 2010. A Fibria apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de Recurso Voluntário, apresentado pela Fibria em novembro de 2017. Em 16 de outubro de 2018, o julgamento foi convertido em diligência, por meio da resolução n. 1402-000.723. Atualmente, aguarda-se a formalização da referida resolução. O valor envolvido é de aproximadamente R$ 708 milhões.

(e) Auto de Infração – IRPJ/CSLL – Veracel

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Em junho de 2017 foi lavrado Auto de Infração em face da controlada em conjunto Veracel, no valor total de R$ 226,3 milhões, referente ao IRPJ e CSLL dos anos-calendários de 2012 e 2013. Para o ano de 2012, a fiscalização presumiu que a Veracel teria optado, na apuração do *transfer pricing* do período, pelo método do Preço sob Cotação na Exportação ("PECEX"), quando na verdade o método utilizado pela Veracel foi o do Custo de Aquisição ou de Produção mais Tributos e Lucro (CAP). Como o preço parâmetro apurado pelo método PECEX é superior ao apurado pelo método CAP, a fiscalização fez um ajuste no lucro líquido da Veracel.

Com relação ao ano de 2013, a Veracel foi autuada em razão do método adotado para conversão de suas receitas de exportação. A fiscalização apontou a necessidade de se contabilizar, como receita ou despesa, as variações cambiais ativas ou passivas decorrentes da modificação da taxa de câmbio entre a data de expedição das notas fiscais de exportação e da data da efetiva realização da receita de exportação, com os embarques das mercadorias. A apuração da variação cambial positiva apontada pela fiscalização, entretanto, está fundada em erro de cálculo, que se corrigido, comprova que a variação cambial foi negativa, não havendo que se falar em omissão de receita, mas em equívoco na dedução das despesas correspondentes à variação cambial passiva. O valor envolvido, de responsabilidade da Fibria, é de R$ 118,8 milhões.

(f) Demais processos tributários com probabilidade de perda possível

Até 31 de dezembro de 2018, a Fibria é parte de outros 854 processos com valores individuais inferiores a R$ 100 milhões, os quais totalizam R$ 4.286,20 milhões com valor médio unitário de R$ 5 milhões.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Informações sobre as regras do país de origem da Companhia, caso estrangeira, e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia, caso estrangeira, estão custodiados

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos ou custodiados no exterior.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano S.A., que possui uma política aprovada em fevereiro de 2016 pelo Conselho de Administração, conforme divulgado em seu Formulário de Referência. Esta política da Suzano S.A. encontra-se atualmente em revisão em função da integração da operação com a Fibria.

Por possui natureza de empresa holding, a Companhia apresenta um ambiente de riscos simplificado não realizando transações negociais com complexidade e frequência comuns a uma empresa operacional; portanto as práticas de controles internos em vigor estão desenhadas a fim de manter o equilíbrio na relação custo x retorno para as atividades de controles.

A Companhia segue, no que couber, a Política de Gestão Integrada de riscos da controlada que tem o objetivo de estabelecer, atualizar e unificar as diretrizes e os princípios gerais do processo de Gestão Integrada de riscos, da identificação à tratativa dos riscos identificados, conceituando as atividades, bem como as principais responsabilidades atribuídas aos diversos órgãos da administração ou departamentos da controlada.

A última versão da política foi aprovada em setembro de 2018 pelo Conselho da Administração, da controlada, e é aplicável a todos os órgãos da administração e departamentos da Suzano S.A..

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i. os riscos para os quais se busca proteção; ii. os instrumentos utilizados para proteção; e iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano S.A..

A Política de Gestão Integrada de riscos da Suzano S.A. tem o objetivo de padronizar os conceitos, definições e práticas por ela adotadas, de forma que possam subsidiar a Suzano S.A. no momento da tomada de decisões, aumentando a transparência das informações para a controlada e seus stakeholders, conforme aplicável.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Suzano S.A. categoriza seus riscos da seguinte maneira:

- riscos Estratégicos;
- riscos Financeiros;
- riscos Operacionais; e
- riscos de Compliance.

A definição dos critérios para gestão de riscos, analisando o contexto interno, que envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas de informação internos e relações com as partes interessadas internas, assim como o contexto externo, envolvendo a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico.

A avaliação de riscos é um processo que serve como base e auxilia na tomada de decisão, identificando riscos prioritários, que necessitam de tratamento e gestão. Os riscos são avaliados e classificados de acordo com o Impacto do risco, sendo eles: baixo, médio, alto e severo.

Quanto à vulnerabilidade (probabilidade de ocorrência), os riscos também são classificados em quatro diferentes graus, de acordo com o seguinte critério: baixo, médio, alto e severo.

A Suzano S.A. possui uma área de riscos Corporativos que tem o papel de fazer a gestão integrada dos riscos prioritários da investida em conjunto com as demais unidades de negócio.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano S.A..

A Suzano S.A. possui área de Controles Internos e uma política formal, tendo como seus objetivos estabelecer princípios e responsabilidades a serem observados para o fortalecimento e funcionamento dos sistemas de controles internos, mitigando os riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, bem como disseminar a cultura de controles para garantir o cumprimento de leis, regulamentos e demais normas estabelecidas pelos órgãos reguladores ou pela própria Suzano S.A..

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Controles Internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da controlada nas seguintes dimensões:

- Eficiência e efetividade operacional;
- Confiança nos registros de dados e informações;
- Conformidade; e
- Abordagem baseada em risco.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano S.A., que possui uma política de Gestão de Derivativos aprovada pelo Conselho de Administração maio de 2017 e é aplicável para todos os órgãos da administração e departamentos da Suzano S.A..

A Companhia segue, no que couber, a de Gestão de Derivativos da Suzano S.A., que é formalizada, e estabelece regras e orientações de procedimentos que permitirão:

- Os parâmetros para a negociação de produtos de derivativos para a proteção das exposições que apresentam risco de mercado para a controlada;
- As alçadas na contratação de produtos de derivativos e seus respectivos limites; e
- A periodicidade da divulgação e responsabilidades pelos relatórios de acompanhamento da carteira de produtos de derivativos.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo: i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção; ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge); iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos; vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano S.A, que possui uma política formal de Gestão de Derivativos aprovada pelo Conselho de Administração da controlada.

Com a finalidade de evitar a volatilidade dos preços e taxas de mercado, a Suzano S.A. pode optar por realizar operações que mitigam essas variações. Para isso, são contratadas operações de derivativos, atreladas aos seguintes fatores de risco:

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- Câmbio;
- Juros;
- Celulose; e
- Combustível de frete e outros insumos relacionados à produção.

O uso de derivativos deve ser exclusivamente para proteção de operações financeiras já contratadas ou fluxos de caixa da investida, não gerando alavancagem para a investida. É permitida a contratação dos seguintes derivativos:

- Swaps;
- NDFs (non deliverable forward);
- Opções Plain Vanilla (zero cost - collar).

Para cada exposição da Suzano S.A. há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção utilizando produtos de derivativos. A definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições.

Além disso, a Suzano S.A. possui limite de hedge estabelecidos para cada tipo de exposição pautado em estudo realizado pela Tesouraria e apresentado ao seu Conselho de Administração.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano S.A., que possui uma política formal aprovada por seu Conselho de Administração.

De acordo com a Política de Gestão de Derivativos da Suzano S.A., para cada exposição da companhia há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção utilizando produtos de derivativos. A definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições.

Caso algum limite seja excedido, cabe à Área de Riscos avisar imediatamente e por escrito ao Gerente Executivo de Finanças, para que este tome as medidas necessárias à readequação dos limites. Se o limite continuar excedido na segunda verificação, que deve ocorrer no dia seguinte, o aviso deve ser dado a área de Riscos Corporativos. Finalmente, caso o limite continue sendo desrespeitado ao final do terceiro dia, a Diretoria deve ser

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

informada.

A Diretoria decidirá então pela implementação de medidas que permitam o retorno aos limites de risco estabelecidos ou, se for o caso, pela revisão do limite, em face de condições excepcionais de mercado. Quando se tratar de mercados com baixa liquidez ou, ainda, quando as condições de mercado forem consideradas extraordinariamente desfavoráveis, a Diretoria poderá conceder o prazo que julgar conveniente para o reenquadramento das exposições aos limites de risco.

A Suzano S.A. entende que a estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos de Mercado e de Gestão de Derivativos, visto que possui um sistema bem definido de atribuições que serve para ampliar e agilizar o processo decisório, buscando identificar novas oportunidades bem como evitar perdas, além de otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, que possui natureza de empresa holding, apresenta um ambiente de riscos simplificado não realizando transações negociais com complexidade e frequência comuns a uma empresa operacional; portanto as práticas de controles internos em vigor estão desenhadas a fim de manter o equilíbrio na relação custo x retorno para as atividades de controles.

Para auditar a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre aos diagnósticos da Auditoria Interna e as considerações da Auditoria Externa. A área de auditoria interna, por sua vez, contribui para o aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas.

Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está investindo cada vez mais em controles sistêmicos a fim de aprimorá-los.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui a seguinte estrutura organizacional para assegurar a elaboração de demonstração financeiras confiáveis:

- Controladoria; e
- Auditoria Interna.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pelo responsável pela Auditoria interna e pela Diretora Jurídica.

Esta supervisão é realizada através de atividades de avaliação periódica dos riscos, definição e revisão dos planos anuais de auditoria, monitoramento diário do ambiente

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

regulatório e acompanhamento das ações mitigatórias de risco formalizadas nos relatórios de avaliação dos controles internos.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foram identificadas deficiências relevantes sobre os controles internos da Companhia, que requeiram a implementação de ações corretivas para a assegurar a adequada elaboração das Demonstrações Financeiras

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

As questões pontuais reportadas pelos auditores independentes foram tratadas como oportunidades de melhoria e não como deficiências de controles internos da Companhia, não trazendo reflexos sobre as Demonstrações Financeiras auditadas.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar

a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia entende que o cenário político-econômico global exige a estruturação de mecanismos de prevenção, detecção e tratamento de riscos corporativos, como no caso de desvios de conduta no relacionamento com a administração pública. Nesse sentido, a Suzano Holding demonstra seu posicionamento em documentos internos, como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta, além de ações internas de promoção à Integridade e Compliance Corporativo.

A Política Anticorrupção tem como objetivo o combate à corrupção no relacionamento da Suzano Holding com os agentes da Administração Pública, conforme as diretrizes da Lei nº12.846/13, do Decreto nº 8.420/15 e do Código de Conduta. O documento orienta os colaboradores da Companhia – sejam eles próprios ou terceiros – quanto às práticas a serem empregadas para evitar atos lesivos à administração pública, fraudes e corrupção, visando garantir os mais altos padrões de integridade alinhados às melhores práticas de Governança Corporativa e Compliance.

As principais diretrizes da Política Anticorrupção incluem: (i) agir de forma transparente, evitando qualquer ação que possa ser interpretada de maneira indevida e/ou não condizente com os negócios da Companhia; (ii) abster-se, em qualquer situação ou circunstância, de prometer, oferecer, induzir e/ou conceder bem de valor ou vantagem, financeira ou não, para um Agente Público ou pessoa relacionada, com o propósito de influenciar decisões ou obter informações privilegiadas e/ou confidenciais sobre oportunidades de negócio, atividades do mercado ou licitações; (iii) não devem fazer parte dos processos decisórios nenhum tipo de favor ou vantagem, assim como brindes, cortesias, entretenimento, doações e contribuições políticas.

A Política Anticorrupção foi aprovada em agosto/2010 e não possui validade definida, porém entendemos que suas diretrizes estão alinhadas às melhores práticas do mercado e

5.4 - Programa de Integridade

atualizadas à legislação vigente, podendo sofrer alterações a qualquer momento, respeitando as alçadas de aprovação da Diretoria Executiva.

O Programa de Integridade pode ser traduzido como um conjunto de ações e mecanismos internos que promovam a integridade e incentivem à denúncia de irregularidades, garantindo a aplicação efetiva do nosso Código de Conduta, valores, políticas e diretrizes. Abrange e orienta todos os colaboradores – próprios e terceiros, além dos parceiros comerciais. As abordagens tratadas nesse programa são conduzidas baseadas na percepção dos gestores da organização, obtidas através de um questionário de integridade para identificação das áreas sensíveis ao relacionamento com agentes/órgãos públicos, além de temas relacionados à brindes e doações.

Ao longo de 2018 foi realizada avaliação dos riscos corporativos, que incluiu a avaliação dos riscos de integridade.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade são representadas na figura da área de Auditoria Interna.

A Diretoria Executiva define as penalidades com base nas investigações e orientações emitidas pela Auditoria Interna.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando

(I) Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta Suzano tem por objetivo comprometer os administradores, gestores, colaboradores e stakeholders da Companhia com os princípios éticos que norteiam a nossa conduta empresarial, além de disseminá-los para a nossa rede de relacionamento que abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

5.4 - Programa de Integridade

(II) Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são introduzidos aos valores e cultura da Companhia na admissão/entrada, em processo denominado integração. O pacote de boas-vindas inclui os treinamentos obrigatórios de "Código de Conduta" e "Anticorrupção".

A metodologia de reciclagem é suportada por duas estratégias: revisitações periódicas dos treinamentos "Código de Conduta" e "Anticorrupção", além de mecanismos de comunicação corporativa sobre os princípios, valores, diretrizes e políticas da Companhia.

(III) As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O processo de avaliação e resposta à inobservância do Código de Conduta, políticas e procedimentos ou, ainda, normas, leis e regulamentações é responsabilidade da Diretoria Executiva. As sanções incluem, mas não se limitam a (i) advertência informal (somente para violações leves de conduta); (ii) advertência formal; (iii) transferência para outra área/posição; (iv) demissão; e/ou (v) demissão, acompanhada de representação civil e/ou criminal.

(IV) Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta aplicável a Suzano Holding foi aprovado pelo Conselho de Administração da controlada Suzano S.A, que detém gerenciamento dos riscos de compliance por ser a companhia que conduz prioritariamente os negócios da Companhia.

O encaminhamento de eventuais relatos ou denúncias sobre a não-observância do Código de Conduta poderá ser feito à Ouvidoria Externa, sendo o denunciante, quando identificado, informado do andamento do processo.

O Código de Conduta é um documento público e está disponibilizado na página web do Grupo Suzano no endereço:
http://www.suzano.com.br/suzanoholding/governanca/#!codigo-de-conduta

5.4 - Programa de Integridade

b. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia conta com um canal aberto de Ouvidoria, sob gestão independente de empresa terceira. As denúncias podem ser anônimas, se assim desejar o denunciante, e podem ser encaminhadas por meio de uma central telefônica ou da Internet.

Aberto, o canal de denúncia está disponível a todos colaboradores, terceiros e demais stakeholders. A apuração e resposta das eventuais violações fica a cargo da Auditoria Interna da Suzano Holding.

c. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia busca relações e associações de qualidade, que valorizem e potencializem a marca e os produtos. Nesse sentido, Fusões e Aquisições são estruturadas de maneira a transparecer as negociações e proporcionar segurança às partes envolvidas. Para mitigar os riscos desses processos, as práticas e metodologias adotadas incluem análises preventivas - usualmente chamadas de due diligence - com o objetivo de formar um estudo que permita identificar contingências e balizar a tomada de decisão.

d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	26/02/1954
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/03/1982

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico da Companhia

A Companhia foi fundada em 1954 sob a denominação Feffer S.A. Comercial Importadora, tendo sua razão social alterada em 1960 para Nemo S.A. Administração de Negócios Mobiliários e em seguida para Nemo S.A. Comércio e Administração. Posteriormente, a Companhia teve a sua denominação social novamente alterada para SPP-Nemo S.A. e passou a abranger os objetivos de sociedade *holding*, *trading* e distribuidora.

Em 1981 foi aprovada a sua cisão, da qual resultou a criação da SPP-Nemo S.A. Comercial e Exportadora com os objetivos de *trading* e distribuidora e a alteração de sua denominação social para NemoFeffer S.A., com o objetivo social de apoiar empresas privadas nacionais.

Em 1982 a Companhia foi registrada como companhia aberta perante a CVM. Atualmente, as ações ordinárias, preferenciais classe "A" e preferenciais classe "B" de emissão da Companhia estão listadas na BM&FBOVESPA respectivamente sob os símbolos "**NEMO3**", "**NEMO5**" e **"NEMO6"**.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 29 de novembro de 1988, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia, com versão da parcela cindida para a constituição de uma nova sociedade denominada Polpar S.A.

Em 2003 deu-se inicio à implementação de um amplo processo de reestruturação societária e organizacional do grupo econômico da Companhia, visando a agregar valor para os acionistas, através do foco em profissionalização, na alta performance gerencial, na redução dos custos corporativos e na implantação de mecanismos de controle das subsidiárias, com o objetivo de atingir o equilíbrio entre o maior grau de autonomia de gestão das empresas controladas e uma atuação mais estratégica e de longo prazo para os acionistas controladores, observando-se as melhores práticas de governança corporativa. A NemoFeffer S.A. teve então sua denominação social alterada para Suzano Holding S.A., sendo selecionados executivos internamente e no mercado para a sua direção, com vistas a capacitá-la para exercer, de forma plena e alinhada, suas funções de formulação estratégica, controle e elaboração de políticas corporativas.

Durante o ano de 2005, foi iniciada a elaboração do código de conduta da Companhia. A intenção foi a de obter dos administradores, gestores e colaboradores das sociedades integrantes do grupo econômico um compromisso com os princípios éticos que norteiam a atuação empresarial, além de disseminá-los a toda a sua rede de relacionamentos. Os princípios éticos da Companhia, que foram definidos com base nos valores corporativos

6.3 - Breve Histórico

e nos pilares de gestão, são os seguintes: (i) governança corporativa; (ii) integridade; (iii) transparência; (iv) desenvolvimento sustentável; e (v) valorização profissional.

A principal atividade da Companhia é a participação, como sócia, em outras sociedades. A Companhia possui atualmente participações nas seguintes sociedades: (i) Suzano S.A.; (ii) Premesa S.A.; e (iii) Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Pedidos de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos

Nunca houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas

Suzano Holding S.A.

A sociedade é uma holding de um conglomerado industrial que tem como atividade principal a produção e comercialização de papel e celulose através de sua controlada Suzano S.A.

Suzano S.A.

A Suzano S.A. e suas controladas têm como atividade principal a fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros, operação de terminais portuários e participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento.

Premesa S.A.

A controlada tem por objeto a locação, incorporação e compra e venda de imóveis, e participação em outras sociedades.

Nemonorte Imóveis e Participações. Ltda.

A controlada tem por objeto a conservação e administração de imóveis, especialmente próprios e de seus sócios, excluídas as atividades reservadas pela lei nº 6.350 de 12/05/1978.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista

A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Segmentos operacionais que tenham sido divulgados nas 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a. Produtos e serviços comercializados

As receitas da companhia decorrem principalmente do segmento de papel e celulose, que é a principal atividade da controlada Suzano S.A, e da atividade imobiliária das controladas Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A receita proveniente de cada segmento de negócio e sua participação na receita líquida, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 são as seguintes:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (*)			
	2018			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R$ mil)	**8.783.000**	**4.654.329**	**328**	13.437.657
Participação na receita líquida	65,4%	34,6%	0,1%	100%
	2017			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R$ mil)	**6.891.589**	**3.629.201**	**220**	10.521.010
Participação na receita líquida	65,5%	34,5%	0,1%	100%
	2016			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R$ mil)	**6.141.891**	**3.740.422**	**316**	9.882.629
Participação na receita líquida	62,1%	37,8%	0,1%	100%

(*) As informações anuais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Normas Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os dados contidos neste documento foram obtidos a partir das informações financeiras disponibilizadas à CVM.

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A controlada Suzano S.A. avalia o desempenho de seus segmentos de negócio através do resultado operacional, alguns itens da demonstração de resultado não diretamente atribuíveis aos segmentos, como, por exemplo, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, não são segmentados. Os segmentos definidos pela Administração são: (i) celulose que abrange as atividades de produção e

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

comercialização de celulose de mercado de fibra curta de eucalipto e fluff para abastecimento essencialmente das demandas do mercado externo, com excedente sendo destinado ao mercado doméstico; e (ii) papel que abrange as atividades de produção e comercialização de papel. As vendas de bens de consumo (*tissue*) estão inicialmente classificadas no segmento de papel devido a imaterialidade dos resultados auferidos no exercício de 2018.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Produtos e serviços dos segmentos operacionais divulgados no item 7.2

A Companhia não produz produtos ou serviços dos segmentos operacionais. Conforme divulgado no item 7.2, as informações abaixo referem-se às atividades da controlada Suzano S.A.

A Suzano S.A. produz uma variedade de produtos de celulose e papel de eucalipto, incluindo celulose usada em seus processos de produção de papel, bem como celulose de mercado. A Suzano S.A. vende celulose para o mercado brasileiro e para o mercado externo. Além disso, a Suzano S.A. produz papel para imprimir e escrever revestido e não revestido, papelcartão, *tissue*, celulose de mercado e celulose *fluff*. Dentro da categoria de impressão e escrita, a Suzano S.A. produz produtos de diferentes tamanhos e formatos, como papel cortado para propósitos gerais (tamanho de corte), tamanho de fólio e bobinas. As vendas da Suzano S.A. não estão concentradas em nenhum cliente específico, seja no mercado brasileiro ou exterior.

a. Características do processo de produção

Processo de Produção de Celulose e de Papel

O processo de produção de papel compreende três etapas: (i) a formação das florestas e seu corte; (ii) a produção da celulose; e (iii) a produção do papel. Em linha com a estratégia da Suzano S.A. de conduzir seus negócios de acordo com os mais altos padrões ambientais, a Suzano S.A. utiliza técnicas de plantio e colheita que sejam menos agressivas e que exijam menos ao meio ambiente, tais como cultivo mínimo e técnicas de preparo do solo, o que evita erosão e mantém o solo mais úmido proporcionando elevados níveis de eficiência e produtividade.

Formação de Florestas e seu Corte

A formação de florestas começa nos viveiros da Suzano S.A., onde a Suzano S.A. utiliza técnicas disponíveis de clonagem, e em viveiros terceirizados que utilizam material genético desenvolvido pela Suzano S.A. As mudas produzidas nos viveiros da Suzano S.A. são variedades de eucalipto de alta produtividade florestal e que melhor se adaptam ao clima e demais características das respectivas microrregiões onde serão plantadas. A Suzano S.A. utiliza colheitadeiras mecânicas (*harvesters*) que cortam as árvores em altura próxima ao solo, descascam e cortam o tronco em toretes. Parte da casca, galhos e folhas permanecem na floresta. Os toretes são transportados para a beira dos talhões de plantio por equipamentos específicos (*forwarder* e auto carregável) e dali são transportados em caminhões para a fábrica.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A gestão de nossas florestas é a base de sustentação dos negócios da Suzano S.A., baseada no plantio e manejo de florestas renováveis e visa o abastecimento competitivo de madeira, por meio do planejamento de longo prazo, do desenvolvimento e a aplicação de melhoramento genético. Em 31 de dezembro de 2018, a Suzano S.A. possuía 1,3 milhão de hectares de terras, dos quais 650 mil hectares eram ocupados por plantios de eucalipto e a diferença destinada à preservação ambiental, garantindo o atendimento à legislação que determina o percentual de área para as reservas legais e de preservação permanente localizadas principalmente às margens dos rios. As unidades de produção estão em cumprimento ou excedem os padrões ambientais tanto brasileiros quanto internacionais relativos à produção de papel e celulose.

Ademais, em 31 de dezembro de 2018, a Fibria possuía aproximadamente 1.085.000 hectares (excluindo áreas de florestas em programas de parceria) localizadas em oito estados brasileiros. Deste total, aproximadamente 653.000 hectares eram de áreas plantadas, aproximadamente 370.000 hectares eram destinados a áreas de conservação com vegetação nativa, ou áreas preservadas, e 61.000 hectares tinham outras funções, tal como rodovias.

Dado o elevado grau de integração entre a produção de celulose e papel, a Suzano S.A. detém baixo custo de conversão de celulose para papel.

Muitos fatores contribuem para nossa vantagem competitiva em relação ao custo da madeira para a produção de celulose: (i) topografia favorável, materiais genéticos adequados às condições de clima e solo nas regiões do Brasil onde operamos; (ii) programa de melhoramento genético e desenvolvimento operacional na silvicultura e colheita; (iii) baixa distância média entre as nossas florestas plantadas e fábricas, que estão entre as menores do Brasil; (iv) nosso sistema de seleção de clones, que visa melhorar o rendimento de nossas florestas e desempenho industrial, integrando nossas atividades florestais e industriais; e (v) nossas técnicas sustentáveis de manejo florestal, tais como plantação de mosaico e técnica de cultivo de mínimo. Juntos, esses fatores nos permitem desfrutar de: (i) um elevado aumento de volume médio de madeira por hectare plantado; (ii) uma maior concentração de fibras por tonelada de madeira colhida; (iii) desenvolvimento sustentável de nossas operações; e (iv) rotações de colheita de árvores de eucalipto de aproximadamente sete anos, um dos períodos mais curtos do que de outras regiões do mundo.

Produção de Celulose - Processo Kraft de Cozimento

Os toretes recebidos nas fábricas de celulose são, se necessário, descascados e posteriormente picados em cavacos. Os cavacos são, então, transferidos por esteira transportadora aos digestores, onde passam por um processo de cozimento com adição de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

sulfato de sódio e soda cáustica. Este processo de cozimento, designado Processo Kraft, minimiza os danos às fibras da celulose, de forma a preservar sua uniformidade e resistência. Durante o cozimento, as fibras de celulose são separadas da lignina e resinas, quando então é obtida a celulose não branqueada. Numa fase de pré-branqueamento, a celulose é então lavada e submetida a um processo de deslignificação por oxigênio que, combinado com o Processo Kraft, remove aproximadamente 95% da lignina. A esta altura do processo, uma pequena parcela da fibra de celulose produzida é utilizada na produção de alguns tipos de papelcartão. A lignina e os produtos resultantes do Processo Kraft compõem o chamado "licor negro", que é separado e enviado para evaporadores para elevar a concentração de sólidos e em seguida para uma caldeira de recuperação. Neste equipamento, o licor negro é utilizado como combustível para a produção de vapor e energia elétrica e, recupera-se, aproximadamente, 99% das substâncias químicas utilizadas no Processo Kraft.

Produção de Celulose - Branqueamento

A próxima etapa do processo de produção de celulose é o processo de branqueamento químico. Os atuais complexos branqueadores da Suzano S.A. consistem em uma série de torres de branqueamento de média densidade através das quais passa a celulose deslignificada. Cada torre de branqueamento contém uma mistura diferente de agentes branqueadores. As sequências mais evoluídas do processo de branqueamento são do tipo "Elemental Chlorine Free", ou ECF e são as empregadas por todas as unidades industriais da Suzano S.A.. Essas sequências utilizam químicos como Oxigênio – O2, Peróxido de Hidrogênio – H2O2 e o Dióxido de Cloro – ClO2, que são tratados via estação de tratamento de efluentes em harmonia com o meio ambiente. Ao final desta etapa a celulose branqueada é transferida para torres de armazenagem. A partir deste ponto, ela pode ser destinada diretamente para as máquinas de papéis nas Unidades Mucuri, Limeira e Suzano S.A., transferida para a Unidade Rio Verde ou, ainda, no caso da celulose de mercado, para secadoras onde a celulose é então seca, moldada em folhas e cortada e, em seguida, embalada para o cliente.

Produção de Papel

A Suzano S.A. produz papel para imprimir e escrever do tipo não revestido nas Unidades de Limeira, Suzano S.A., Mucuri, e Rio Verde. Produz papel para imprimir e escrever revestido nas Unidades de Suzano S.A. e Limeira e papelcartão na Unidade de Suzano S.A.. A Suzano S.A. inicia a produção de papel encaminhando a celulose para refinadores, que aumentam o nível de resistência das fibras. Após o refino, a máquina de papel é alimentada com a solução de celulose que é misturada a outros materiais e aditivos de forma a fornecer as propriedades demandadas pelos consumidores finais. Estes aditivos incluem cola sintética, carbonato de cálcio precipitado (processo alcalino), alvejantes

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

ópticos e outros. Durante o processo de produção de papel e papelcartão, a folha é formada, prensada e seca. Na etapa final do processo, rolos de papel de grande dimensão são convertidos em bobinas, papel formato fólio e papel *cut-size*. No caso do papel revestido, o papel passa por tratamentos adicionais, com aplicações de tinta de revestimento nas duas faces do papel, antes de ser cortado conforme as especificações do cliente ou do convertedor.

A Suzano S.A. monitora a produção por um sistema computadorizado que controla cada etapa do processo de produção. A programação e o controle da produção de papel são feitos com estreita coordenação entre as áreas de marketing, vendas e produção. Desta forma, a Suzano S.A. é capaz de planejar, otimizar e customizar a programação de produção, bem como de antecipar e responder com flexibilidade às variações sazonais e preferências dos consumidores.

Turnos da Produção de Papel e Celulose

As fábricas integradas de papel e celulose da Suzano S.A. operam em três turnos, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, com exceção das paradas programadas de manutenção. As datas das paradas são flexíveis e podem ser alteradas em função de fatores relacionados à produção, mercado e fornecedores.

A Suzano S.A. mantém um estoque de determinadas peças sobressalentes consideradas críticas devido à sua função no processo de produção ou devido à dificuldade de encontrar substitutos. A Suzano S.A. também desenvolve um relacionamento estreito com seus fornecedores de forma a assegurar seu acesso a peças sobressalentes.

Produção de Bens de Consumo

A Suzano S.A. iniciou a operação da nova Unidade de Negócios de Bens de Consumo em setembro de 2017 com o *startup* da máquina de bobina na fábrica de Mucuri. Logo após esse evento, a unidade Imperatriz teve o início das operações de bobinas também em 2017. No início de 2018, foram iniciadas as operações das máquinas de conversão nas mesmas unidades.

Em março de 2018, a Suzano S.A. assumiu o controle da Facepa, empresa líder de mercado na região Norte e com presença relevante na região Nordeste. A Suzano S.A. conta com máquinas de papel, conversão, guardanapo, plásticos e fraldas, em suas unidades de Belém (PA) e Fortaleza (CE).

A capacidade instalada de bens de consumo da companhia é de 170 mil toneladas de bobinas *tissue* para atendimento do mercado de papel para fins sanitários e 105 mil

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

toneladas de conversão de papel higiênico, além de embalagens plásticas, guardanapos e institucional.

A produção de papel *tissue* inicia-se com o bombeamento de celulose para o tanque de recepção, a partir daí segue para os refinadores - cuja função é conferir resistência ao papel - então continua o processo para a fase de diluição e sistema de depuração, através de separadores centrífugos, na sequência passa pela bomba de mistura que injeta a solução de massa e água na caixa de entrada - que é o equipamento onde se inicia a formação da folha de papel – na sequência, passa por sistema de secagem através de pressão mecânica (prensa), a vácuo e secagem através de ar quente e vapor e, finalmente, vai para o sistema de rebobinamento do papel. Neste momento tem-se bobinas como produto final.

Durante o processo de fabricação, alguns químicos são adicionados para controle de PH, correção da cor do papel, para resistência em úmido e seco e químicos para promover película protetora no cilindro secador. Estes aditivos incluem resina para resistência em úmido, anilinas, agente release, mono amônio fosfato, enzima e outros.

Na última etapa do processo, rolos de papel de grande dimensão (bobinas) são convertidos em rolos de papel higiênico e as etapas desse processo são: desbobinamento, gravação do papel por meio de rolos de aço e borracha, sistema de picote da folha, rebobinamento do papel, corte, embalagem dos rolos em diferentes formas de apresentação e, finalmente, enfardamento dos pacotes para facilitar o transporte do produto até o cliente final.

Seguros

A Suzano S.A. acredita que mantém uma cobertura de seguro adequada para suas instalações com relação aos seus riscos operacionais e comerciais. Consistente com as normas e práticas do setor no Brasil, a Suzano S.A. não mantém cobertura de seguro contra incêndio e outros riscos para nossas florestas plantadas. No entanto, a Suzano S.A. adota uma série de medidas, como a manutenção de uma brigada de combate a incêndios e a manutenção das faixas entre suas unidades de produção de eucaliptos desobstruídas, o que historicamente tem impedido significativamente a propagação de incêndios. A Suzano S.A. usa os valores que, de outra forma, pagaria como prêmios pelo seguro de incêndio para implementar medidas preventivas e de segurança, como instalar torres de incêndio e equipamentos de controle de incêndio e treinar o pessoal de combate a incêndios. É política da Suzano S.A. manter cobertura de seguro para seu estoque de madeira.

b. Características do processo de distribuição

A Suzano S.A. conta com equipes de vendas próprias nas unidades de negócio de celulose

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

e papel com atuação nacional e internacional, responsáveis pela comercialização dos seus produtos diretamente aos usuários finais ou intermediários distribuidores. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, 69,9%, 69,5% e 66,7%, respectivamente, da receita líquida de vendas de celulose e produtos de papel da Suzano S.A. foi atribuída a vendas realizadas fora do Brasil, enquanto 90,5%, 90,5% e 89,7% da receita líquida de vendas da Fibria foi atribuída a vendas feitas fora do Brasil. No Brasil, a Suzano S.A. conta com uma equipe de vendas composta por funcionários que operam em várias regiões do país.

Celulose

A Unidade de Negócio Celulose possui uma estratégia comercial lastreada em 3 pilares: relacionamento, parceria de longo prazo e serviços diferenciados.

A partir da equipe brasileira (que atende o mercado da América Latina) e dos escritórios internacionais, localizados na Europa (Suíça e Áustria), América do Norte (EUA) e Ásia (China), a empresa garante proximidade com seus clientes, oferecendo pacotes de soluções comerciais e técnicas em linha com suas necessidades. Para garantir serviços diferenciados, as gerências de assistência técnica do Brasil e de cada escritório internacional atuam intensivamente no apoio às necessidades dos clientes, com o objetivo de propor soluções técnicas inteligentes que incentivem o uso e a migração das demais fibras para a celulose de fibra de Eucalipto – Suzano S.A. Pulp.

Periodicamente, a Suzano S.A. realiza workshops técnicos no Brasil e em cada um dos continentes em que atua, para dividir com os escritórios e clientes as iniciativas em inovação, técnicas em desenvolvimento e alinhamento estratégico e mercadológico.

Papel

Em 2018, aproximadamente 71% da receita de papel da Suzano S.A. foram provenientes de vendas no Brasil. Para melhor atender este mercado, a Suzano S.A. o dividiu o negócio de papel em algumas divisões (sete). Como as necessidades destes grupos são diferentes, a Suzano S.A. estruturou suas ações de marketing, comerciais e estratégicas de acordo com o mercado, com áreas focadas nas diferentes subdivisões, são eles:

- Embalagem: Principal destino das vendas de papelcartão, como o próprio nome sugere, é responsável pela produção de embalagens para as indústrias farmacêutica, cosmética, tabaco, brinquedos, vestuário e calçados, alimentos e bebidas, higiene, limpeza e *food service*.
- Promocional: comercializa principalmente papéis revestidos, produz, entre outros, encartes promocionais, catálogos, displays e cartazes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Editorial: Caracterizado pela produção de livros, revistas e jornais, consome papéis de imprimir e escrever não-revestido, revestido e papelcartão.
- Cadernos: Atendendo ao mercado doméstico e exportações, este segmento é responsável pela produção de cadernos, agendas, formulários, faturas e envelopes e consome os papéis não-revestidos, revestidos e papelcartão.
- Office: abrange os subsegmentos copistas, licitações e corporativo, comercializa apenas papéis não- revestidos no formato *cut-size* (papel cortado), com predominância do formato A4.
- Varejo: Assim como o subsegmento Office, este segmento comercializa apenas papéis não-revestidos no formato *cut-size* (papel cortado), com predominância do formato A4, porém com foco de atuação em papelarias, auto- serviços e conveniência.
- Distribuidor: Revenda dos nossos produtos gráficos e formato A4 para outras empresas.

Para atender aos cinco primeiros segmentos listados acima, a Suzano S.A. combina diferentes canais de distribuição: grandes volumes de papel são vendidos diretamente para editores e conversores, e pequenos volumes de papel são vendidos por distribuidores de publicação. Nos segmentos de escritório e varejo, as vendas são feitas indiretamente, por meio de distribuidores de papel e diretamente através do *call center* e *e-commerce*.
A Suzano S.A. possui distribuidoras próprias de papéis e produtos gráficos, sendo uma operação no Brasil e uma operação na Argentina, a Stenfar S.A.I.C. Importadora y Exportadora (“Stenfar”).

A Stenfar, distribuidora própria de papéis e suprimentos de informática, conta com mais de 58 anos de existência, e possui uma presença ativa e importante participação no mercado. Esta operação atende aos segmentos gráfico, editorial, de consumo e convertedor, trabalhando com papéis para imprimir e escrever, papel cartão e suprimentos de informática. Acredita-se, com base em estimativas do mercado realizadas para o setor de distribuição de papéis e suprimentos de informática, que a Stenfar é uma das maiores distribuidoras locais atuantes nesse setor.

Para distribuição de papel no Brasil, a Suzano S.A. conta com três Centros de Distribuição Regionais (CDRs), sendo um em São Bernardo do Campo (SP), um em Serra (ES) e um em São José dos Pinhais (PR), além de 16 Centros de Distribuição Locais (CDLs), localizados em Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campinas (SP), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Londrina (PR), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Uberlândia (MG).

Além da sua própria linha de papelcartão e papéis para imprimir e escrever, a Suzano

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

S.A. também distribui outras linhas de produtos, atendendo aos segmentos gráfico, editorial, de consumo, convertedor e aos órgãos públicos.

As operações de distribuição no Brasil e da Stenfar reforçam o compromisso da Suzano S.A. com o fortalecimento do seu canal de distribuição, ampliando a sua capilaridade e beneficiando diretamente os seus clientes, pela maior proximidade e agilidade no atendimento a clientes, além da oferta de portfólio mais completo de produtos e serviços.

Bens de Consumo

O faturamento de todo papel *tissue* produzido e convertido (papel higiênico) pela Suzano S.A. acontece nas unidades de Mucuri (BA), Imperatriz (MA), Belém (PA), Fortaleza (CE) e Simões Filho (BA).

Em termos de negociação, tanto a unidade de vendas para os clientes quanto a embalagem de transporte de papel higiênico e fraldas utilizado na Suzano S.A. é conhecida como "fardo", que por sua vez acondiciona os pacotes que comumente são disponibilizados nos pontos de venda (gôndolas).

O modal de transporte planejado para utilização na Suzano S.A. é o rodoviário, através de veículos baú ou *sider* (abertura pelas laterais). Dependendo da região de atendimento, principalmente na região norte, também poderá ser utilizado o transporte multimodal (rodoviário e cabotagem/fluvial).

A chegada dos produtos da Suzano S.A. até o consumidor final inicia-se com o carregamento e faturamento do papel higiênico nas unidades da Suzano S.A. seguindo, portanto, para os clientes previamente definidos de acordo com a estratégica de "*go to marke*t" da Suzano S.A. (canais de distribuição). Esses canais de distribuição são basicamente canal direto (Varejos), canal indireto (*Key Accounts*, Atacados e Distribuidores) e o canal *Cash and Carry* (popularmente chamado de "Atacarejo").

A partir do recebimento pelos clientes e de acordo com cada canal de distribuição, os produtos da Suzano S.A. seguem diferentes caminhos até o ponto de venda. O Varejo e o *Cash and Carry* disponibilizam os produtos direto nas gôndolas de suas lojas e caso possuam centros de distribuição, eles próprios operam a armazenagem e futura distribuição para suas respectivas lojas. No caso de distribuidores e atacados, por serem um canal intermediário, após receberem os produtos da Suzano S.A., operam a armazenagem e revendem papel higiênico aos pequenos varejistas.

c. Características dos mercados de atuação

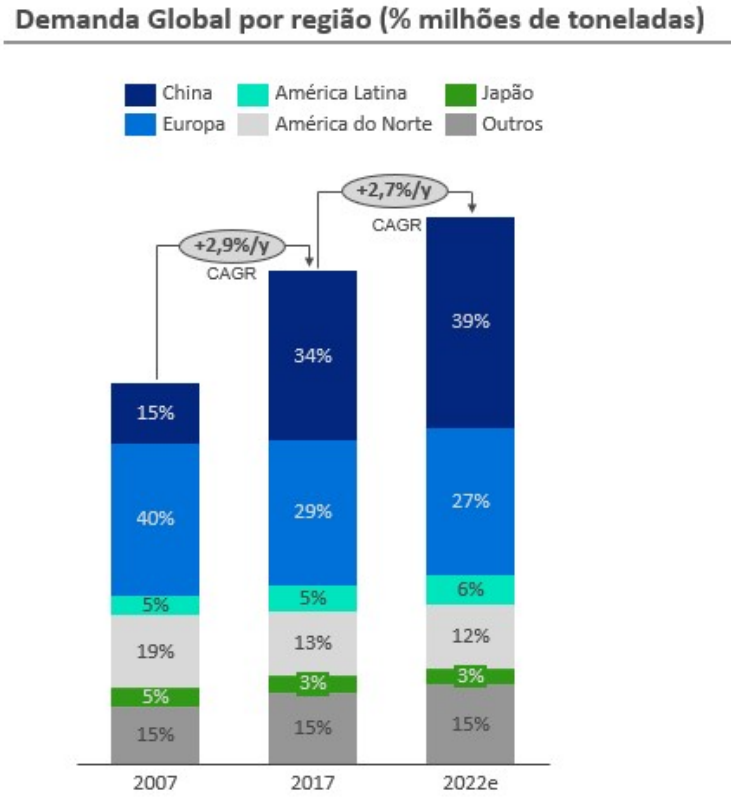
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Celulose

De acordo com estimativa do Hawkins Wright, o total da capacidade de celulose de eucalipto no mundo em 2018 foi de 25 milhões de toneladas, estando predominantemente na América Latina com 22 milhões de toneladas. O Brasil é o maior produtor do mundo de celulose de eucalipto com 17,6 milhões de toneladas de capacidade em 2018, seguido do Uruguai com 2,6 milhões de toneladas. Outros tipos de fibra curta são produzidos em outras regiões, como, por exemplo, a Ásia. A produção de fibra longa concentra-se principalmente no hemisfério norte, sendo que Canadá e Estados Unidos são responsáveis por 49% do total produzido de fibra longa no mundo.

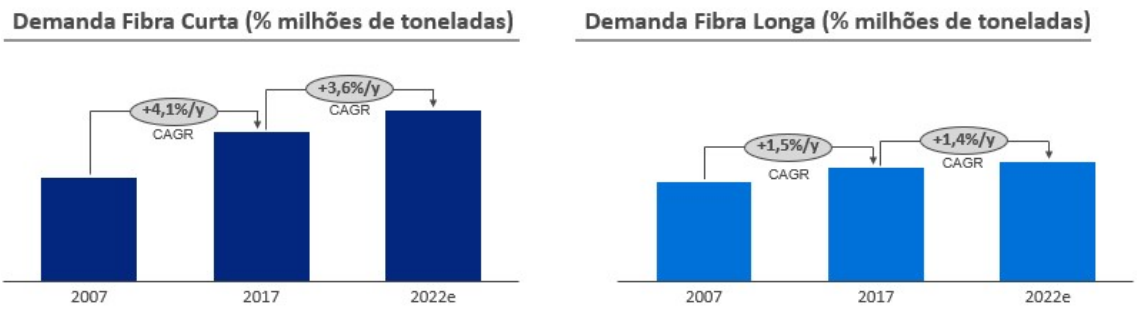
De acordo com o Hawkins Wright, 36% da produção de celulose de fibra virgem é destinada a venda para o mercado ("celulose de mercado"). Já para a demanda, ainda de acordo com a Hawkins Wright, o consumo global de celulose de mercado representou 15% do consumo total de fibra em 2017.

O consumo de papel na China tem sido o maior driver de crescimento de demanda de celulose nos últimos anos, principalmente devido ao *tissue*. De acordo com o PPPC, para os próximos anos é esperado que a demanda de fibra longa e curta continue em crescimento, sendo essa impulsionada principalmente pela fibra de eucalipto.

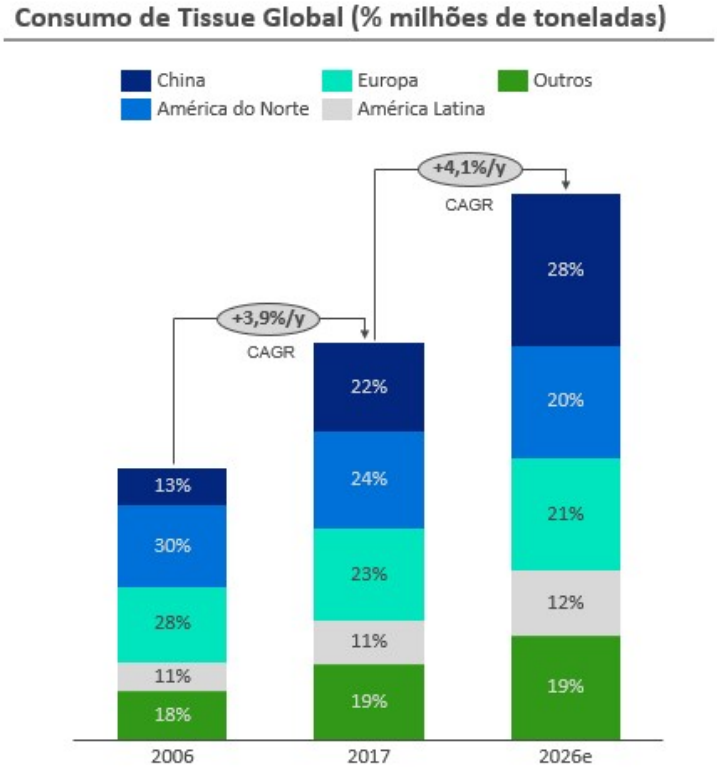


Fonte: Pulp and Paper Products Council – PPPC Special Research Note (SRN) as of November 2018.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



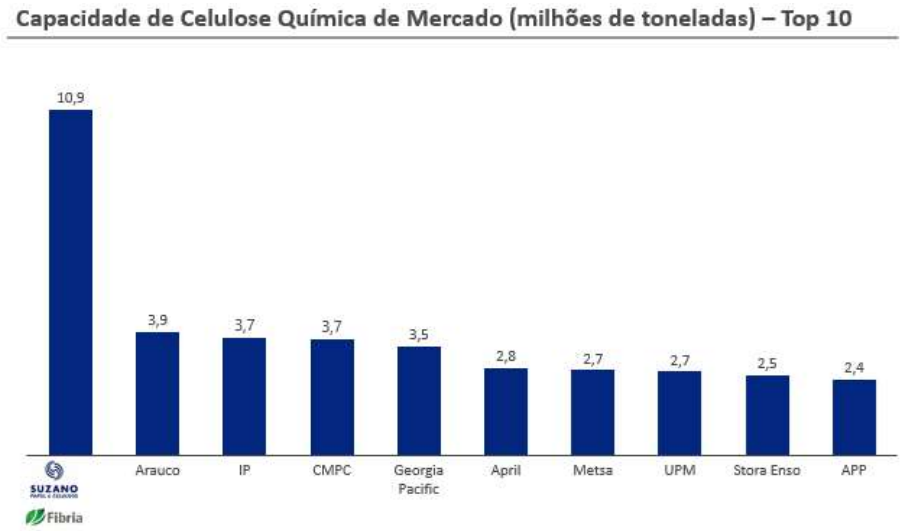
Fonte: Pulp and Paper Products Council – PPPC Special Research Note (SRN) as of November 2018.



Fonte: RISI, Outlook for Tissue Business 2018.

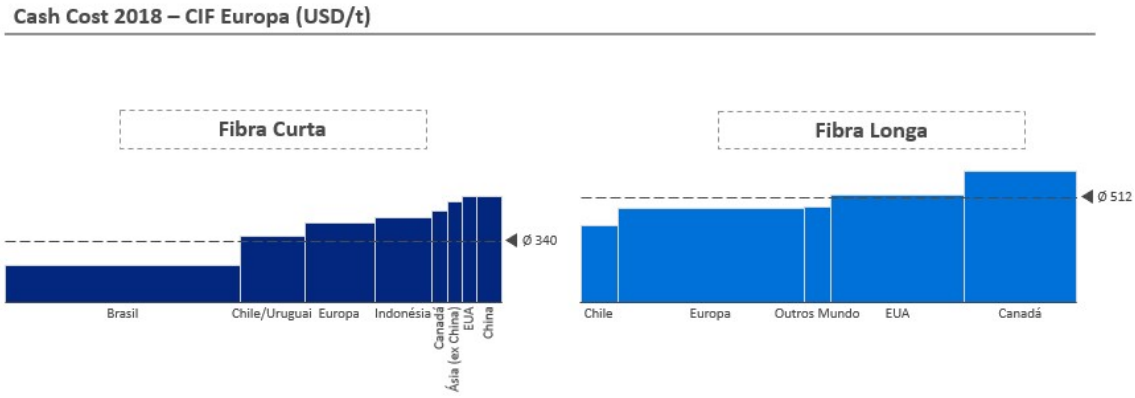
De acordo com a Hawkins Wright, em 2018, Suzano S.A. e Fibria estão entre os 10 maiores produtores em termos de capacidade, com um *Market share* combinado de 15,9% de capacidade de celulose química. Globalmente, não há projetos de aumento de capacidade confirmados para até 2021, logo, é esperado que o crescimento da capacidade nominal seja superficial entre 2019-2020 comparado com os anos anteriores. Portanto, espera-se que o crescimento da capacidade a partir de 2019 seja devido apenas ao *ramp-up* dos projetos já existentes e projetos de desgargalamento.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Hawkins Wright – Outlook for Market Pulp as of December 2018, Suzano S.A. and Fibria.

O Brasil apresenta custos de produção entre os mais baixos do mundo para celulose fibra curta. O gráfico abaixo apresenta o custo-caixa (CIF Europa) de celulose de mercado, que compreende os custos totais de produção.



Fonte: Hawkins Wright – Outlook for Market Pulp as of December 2018.

Dentre as vantagens competitivas do Brasil estão: (i) disponibilidade de terras produtivas, (ii) excelentes condições de solo e climáticas, (iii) florestas plantadas de ciclo curto, (iv) potencial de recuperação de áreas degradadas e (v) baixo custo de formação e manutenção.

Em 2018 a Suzano S.A. alcançou volume de vendas de 3,2 milhões de toneladas de celulose, volume 11% maior que em 2017, com receita líquida consolidada de R$8,8 bilhões.

A Ásia representou 44% da receita do negócio de celulose da Suzano S.A. em 2018,

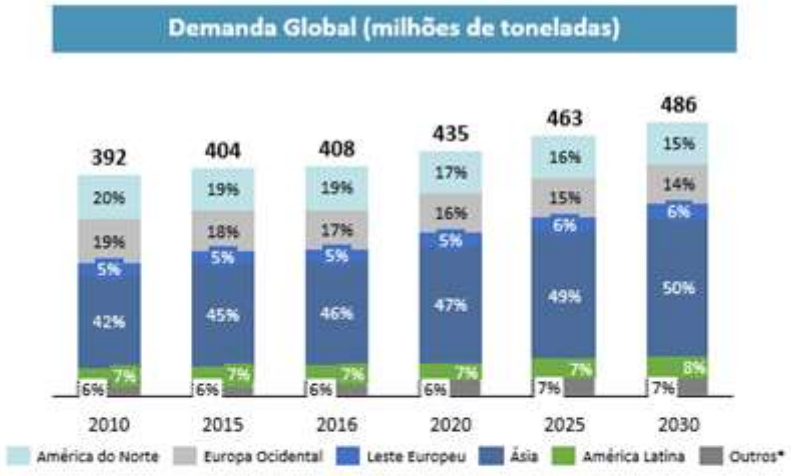
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

seguido da Europa com 32%, América do Norte com 15%, América Latina com 9%.

Papel

O mercado de papel é composto basicamente por 4 (quatro) segmentos: papéis para imprimir e escrever, papéis para embalagem, papéis especiais e papéis para fins sanitários. A Suzano S.A. atua em todos eles. Os papéis de imprimir e escrever são usados em livros, revistas, catálogos, impressão comercial, formulários, dados variáveis, cópias e jornais. Os papéis para embalagem são utilizados em embalagens primárias e secundárias, nos mercados de alimentos, farmacêutico, cosmético, eletrônicos, limpeza, higiene pessoal, brinquedos e calçados. Os papéis especiais englobam papéis autocopiativos, reciclados, papéis decorativos, papéis de segurança, auto-adesivos e papel para cigarros. Em 2018, 29,4% da demanda total de papel foi destinada a papéis para imprimir e escrever (incluindo papel para jornal), 52,9% para papéis para embalagem, 8,5% papéis para fins sanitários e 9,2% outros papéis, segundo o relatório da Pöyry Management Consulting.

De acordo com a Pöyry, o crescimento da demanda global de papel de 2016 a 2030 é estimado em 1,3% ao ano, impulsionado pelos países emergentes. Abaixo as figuras demonstrando a demanda global de papel em cada região e por tipo de papel:



CAGR Demand	2010 – 2016	2016 – 2030e
América do Norte	-0,9%	-0,1%
Europa Ocidental	-1,1%	-0,2%
Leste Europeu	+2,2%	+2,0%
Ásia	+1,9%	+1,9%
América Latina	+0,9%	+2,1%
Outros	+0,8%	+1,9%
Total	**+0,7%**	**+1,3%**

Fonte: World Paper Markets up to 2030 (Pöyry 2017).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

CAGR Demand	2010 – 2016	2016 – 2030e
Fins Sanitários	+3,1%	+2,9%
Jornal	-4,6%	-2,8%
Imprimir & Escrever	-1,3%	-0,8%
Sacos	-0,5%	+0,5%
Papelcartão	+0,8%	+1,9%
Papelão	+2,5%	+2,4%
Outros	+1,3%	+0,6%
Total	**+0,7%**	**+1,3%**

Fonte: World Paper Markets up to 2030 (Pöyry 2017).

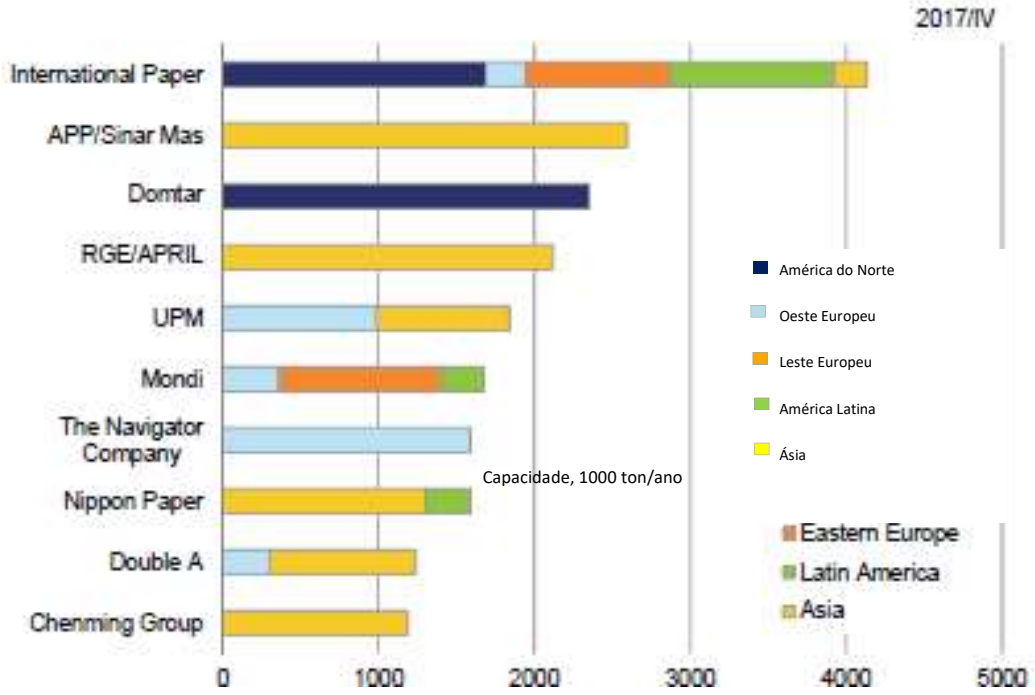
Diferentes fatores influenciaram e influenciam o crescimento da demanda mundial por papéis nos mercados emergentes, tais como: (i) crescimento do PIB; (ii) crescimento populacional; e (iii) elevação do consumo per capita.

Já nos mercados considerados “maduros”, como Oeste Europeu e América do Norte, o consumo de papel e papelcartão está reduzindo, devido à queda nas taxas de crescimento da população e ao avanço nas formas e facilitação de acesso às mídias eletrônicas.

O mercado mundial de papel possui diferentes produtores e concentrações de acordo com o tipo de segmento, conforme dados divulgados pela Pöyry Management Consulting. A seguir são apresentados os principais produtores dos mercados que a Suzano S.A. participa.

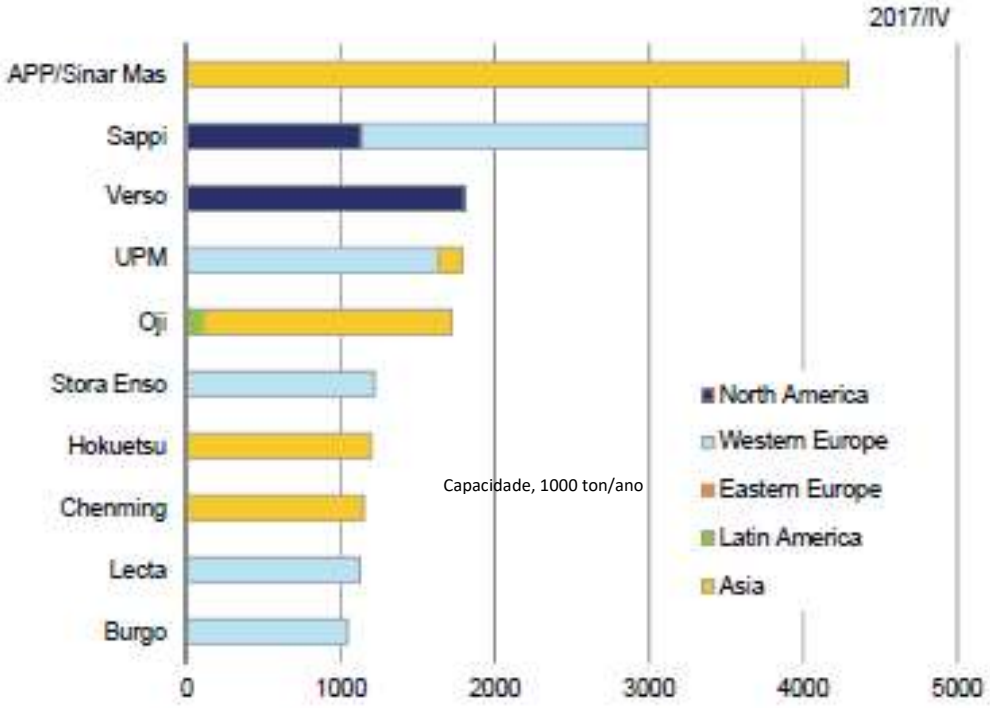
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

10 maiores produtores mundiais de Papéis para Imprimir e Escrever Não Revestidos (UWF) – 2017.



Fonte: Poyry Consulting (World Paper Markets up to 2030).

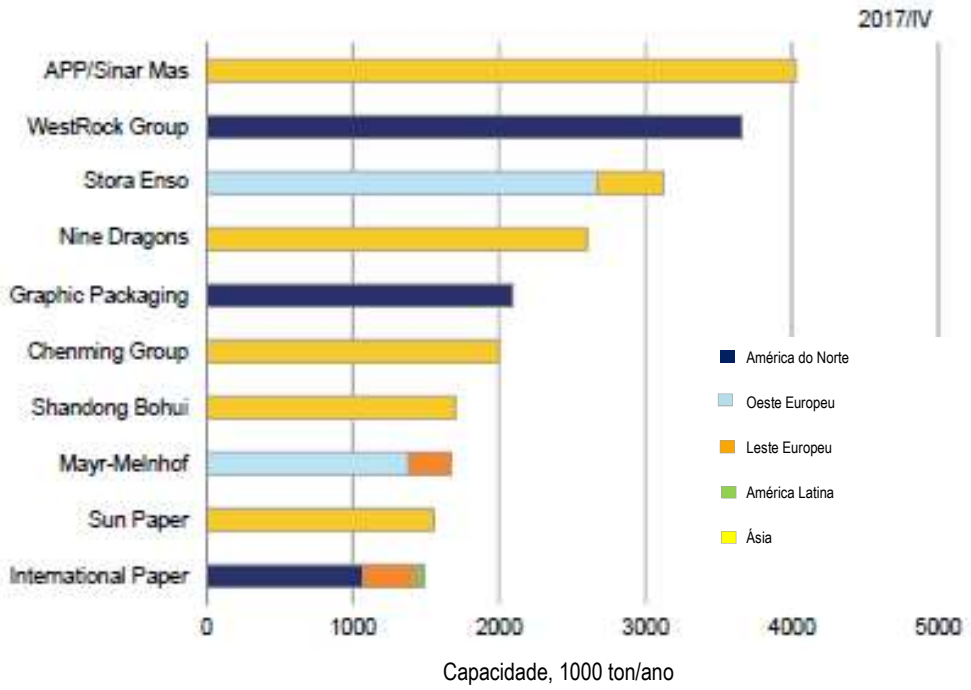
10 maiores produtores mundiais de Papéis para Imprimir e Escrever Revestidos (CWF) – 2017



Fonte: Poyry Consulting (World Paper Markets up to 2030).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

10 maiores produtores mundiais de Papelcartão – 2017



Fonte: Poyry Consulting (World Paper Markets up to 2030)

A participação de mercado da Suzano S.A. varia em cada uma das regiões que atua. No Brasil, onde sua presença é mais significativa, seu *market share* nos papéis de imprimir e escrever, foi de 37% e no papelcartão 21%, no ano de 2018, baseado em dados divulgados pela Indústria Brasileira da Árvores (Ibá).

Os preços de papel tendem a ser menos voláteis em relação aos preços da celulose. No entanto, sendo a celulose um insumo relevante em termos de custos na produção de papel, aumentos no preço desse insumo tendem a influenciar os preços mundiais de papel. Em 2018, o preço médio da celulose de eucalipto comercializada pela Suzano S.A. foi de R$ 2.723/tonelada enquanto que o preço líquido médio do papel foi de R$ 3.712/tonelada.

Bens de Consumo

A produção de bobinas para papel *tissue* é passo usualmente anterior à produção do produto acabado. Assim, a bobina é normalmente utilizada para consumo cativo, dado que a produção de papel *tissue* e sua conversão em produto acabado são geralmente integradas. São raras as situações em que são vendidas excedentes de bobinas ao mercado, e a entrada da Suzano S.A. com capacidade de bobina superior à de conversão para acabados se dá em uma estratégia de provável aumento de sua capacidade de conversão no futuro.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Tais bobinas produzidas pelos fabricantes de tissue podem ser destinadas à conversão dos segmentos conhecidos como "*at home*" (AH) e "*away from home*" (AfH). O primeiro abrange papéis de consumo residencial da população, tais como papel higiênico, papel toalha, guardanapo, lenços, entre outros. Já o segmento de "*away from home*", ou institucional, envolve papéis de uso comercial e industrial, ou seja, papel higiênico, papel toalha, guardanapos, entre outros que costumam estar presentes em restaurantes, hotéis, escritórios, fábricas, entre outros.

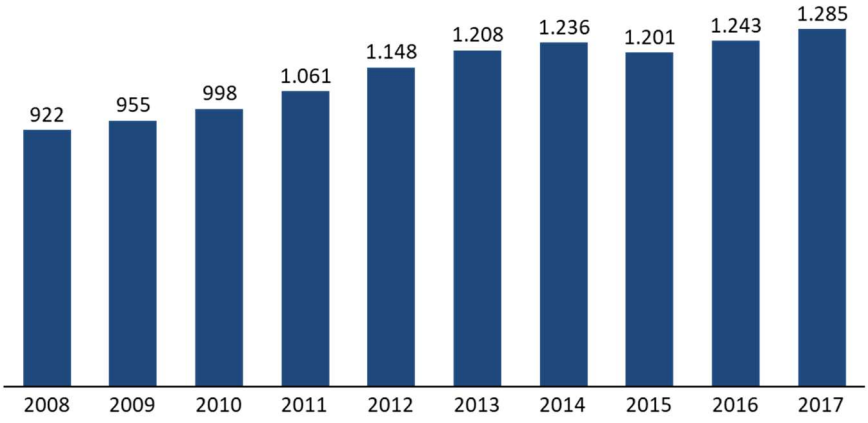
De acordo com o relatório RISI de 2018, o Brasil tinha em 2017 capacidade instalada para produção de bobinas de papel tissue de 2.229 kt/ano, sendo 2.212 kt/ano a respectiva capacidade operacional. Essa capacidade seria o volume disponibilizado para produção de papel convertido seja ele papel higiênico ou outros papéis tissue, AH ou AfH.

Sabendo que a Suzano S.A. tem sua estratégia de produção e vendas, em princípio, focada em papel higiênico, é neste segmento que a demanda por bobinas apresentada pela RISI está pautada abaixo:

Demanda por Bobinas – Volume (kt)								
2006	**2011**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017(e)**	**2019(e)**	**2021(e)**	**2026(e)**
550	693	801	784	819	843	925	1.043	1.351

Fonte: RISI 2018, p. 152 (Tabela 6.10)

O mercado de Consumo de Tissue no Brasil era de 1.285k tons em 2017, o que representava um CAGR de 4% nos últimos 10 anos:



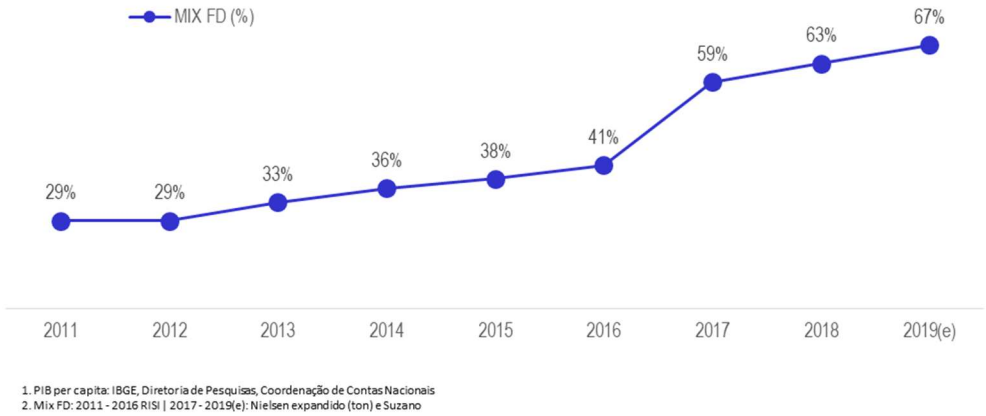
O consumo per capita é de apenas 6kg ano por habitante, ainda bem abaixo de países como o Chile com 9kg ou o México com 13kg/habitante ano. Embora a penetração da categoria de papel higiênico nos lares seja alta, o fato do mercado ainda ter 40% de produtos de folha simples (segundo a AC Nielsen) é a grande razão para o baixo consumo per capita.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O mercado de Tissue é dividido em 28% fora de casa (360k tons) e 72% em casa (925k tons).

No consumo em casa, o maior segmento é o de papel higiênico que representa 89% do volume (824k tons), seguido por papel toalha, 8,5% do volume (79k tons), guardanapo, 2,4% (22k tons), lenço para o rosto é apenas 0,4% do mercado (4 tons).

No mercado de papel higiênico, ainda existe uma variedade grande de qualidade dos produtos. Embora os produtos de folha simples ainda representem 37% do total volume, ele vem diminuindo muito ao longo dos anos. (vide figura abaixo com dados RISI até 2016 e Nielsen para 2017 e 2018). A expectativa é que essa transição de folha simples a folha dupla continue acontecendo.



1. PIB per capita: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais
2. Mix FD: 2011 - 2016 RISI | 2017 - 2019(e): Nielsen expandido (ton) e Suzano

Operações Portuárias

A celulose produzida para exportação é enviada em embarcações dedicadas ou embarcações de serviço parcial por transportadoras contratadas por meio de contratos de longo prazo para os terminais da Suzano S.A. no exterior e, em seguida, são entregues aos seus clientes.

- Suzano S.A.

A Suzano S.A. realiza operações no porto de Itaquí, no estado do Maranhão, no porto de Santos, no estado de São Paulo, e nos portos de Vitória e Barra do Riacho (Portocel), no estado do Espírito Santo.

Porto de Itaquí

O porto de Itaqui está localizado no litoral do estado do Maranhão. Em 2018, a partir

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

deste porto, a Suzano S.A. exportou celulose produzida na fábrica de Imperatriz, localizada a aproximadamente 700 km do porto de Itaqui. A Suzano S.A. construiu um depósito temporário dentro da área portuária para garantir a continuidade de suas operações com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), uma empresa pública mantida pelo governo do estado do Maranhão.

Em 27 de julho de 2018, a Suzano S.A. participou de um leilão público realizado pela ANTAQ para a concessão de áreas públicas e infraestrutura para carga geral, especialmente papel e celulose no porto de Itaquí, por um período inicial de 25 anos. A Suzano S.A. recebeu o contrato devido a sua proposta para o Terminal Geral de Carga de Itaqui (IQI18), no valor de R$0,1 milhão. Em 2019, a Suzano S.A. começará a construir um depósito de 73.000 toneladas e um berço para apoiar o planejamento de longo prazo da fábrica de Imperatriz no porto de Itaquí, com um orçamento preliminar de R$215,0 milhões, que pode ser gasto em 2019 e 2020.

- Fibria

Durante o ano de 2018, a Fibria realizou operações em dois portos: o porto de Santos no estado de São Paulo e o porto de Barra do Riacho (Portocel) no estado do Espírito Santo. De acordo com um contrato de longo prazo, a sul-coreana Pan Ocean Co. Ltd. operou cinco navios em 2018 exclusivamente dedicados às operações da Fibria, e a Fibria complementou este serviço por meio de contratos com navios fretados de serviço parcial, conforme necessário para atender às suas necessidades de exportação. A partir de maio de 2016, a Fibria passou a receber celulose da Klabin sob o Contrato de Captação, que foi entregue à Fibria em navios que partem do porto de Paranaguá, no estado do Paraná.

Porto de Santos

O porto de Santos está localizado no litoral do estado de São Paulo. A partir deste porto, a Suzano S.A., como sucessora da Fibria, exporta celulose produzida nas cidades de Jacareí e Três Lagoas, localizadas a aproximadamente 150 e 750 quilômetros de distância do porto de Santos, respectivamente. A Suzano S.A. assumiu a concessão da Fibria para operar os terminais 13/14/15 (T13 / 14/15) e o terminal 32 (T32).

Com o objetivo de facilitar as exportações de Três Lagoas, a Suzano S.A., como sucessora da Fibria, possui contrato de operação de serviços portuários com uma operadora de terminal em Santos (T31) (Terminal Gearbulk) para uma capacidade adicional de 50.000 m/tons de celulose em um terminal especializado, com acesso ferroviário e estalagem para o navio. A Suzano S.A. e a Gearbulk estão em negociações para a renovação deste acordo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Embora a concessão do T13 / 14/15 tenha vencido em setembro de 2017, a Fibria solicitou oportunamente sua renovação antes do Ministério de Infraestrutura, que ainda está pendente de aprovação. Desde setembro de 2017, a Fibria continuou, e a Suzano S.A. continua, para operar o T13 / 14/15 com base em uma decisão judicial do 14º Tribunal Civil da 1ª Região, que permite que a Suzano S.A. continue operando esses terminais enquanto pedido de renovação está pendente de uma decisão administrativa final.

O papel produzido pela Suzano S.A. para exportação é principalmente embarcado fora do porto de Santos, localizado a aproximadamente 80 km da unidade de Suzano S.A. e a cerca de 250 km da unidade de Limeira, de onde provém a maior parte da produção de papel destinada aos mercados de exportação.

DP World Santos

Em 29 de janeiro de 2018, a Fibria contratou serviços de operações logísticas para o transporte de celulose, com uma condição *take-or-pay*. Esses serviços são prestados pela Empresa Brasileira de Terminais Portuários SA (Embraport), que adotou a marca DP World Santos em seu terminal de uso privado (TUP) localizado na margem esquerda do estuário de Santos, no estado de São Paulo, onde será construída uma instalação portuária logística dedicada à armazenagem, manuseio e transporte de celulose. A Fibria investiu R$187,8 milhões em 2018 e estimamos que nossa empresa, como sucessora da Fibria, investirá aproximadamente R$432,0 milhões em 2019 e R$153,3 milhões em 2020. A DP World Santos é integralmente detida pelo facilitador de comércio global DP World, um dos maiores operadores portuários de contêineres do mundo, reconhecidos no setor por sua eficiência.

As operações portuárias começarão quando a construção de um novo armazém e outras estruturas de logística portuária forem concluídas, o que deverá ocorrer em 2020. Os serviços portuários serão conduzidos pela DP World Santos até 2039, cujo prazo pode ser estendido para 2042 à renovação da autorização portuária, conforme aplicável.

Portocel

A celulose produzida para exportação nas fábricas de celulose da Aracruz e da Veracel é transportada para fora do porto de Barra do Riacho (Portocel), que fica a aproximadamente 3 km da Aracruz e a 260 milhas náuticas do terminal da Veracel. Após a conclusão da Fusão, a Suzano S.A. detém 51% da Portocel, empresa que opera o terminal portuário da Aracruz. Os 49% restantes da Portocel são de propriedade da Cenibra, outra fabricante de celulose que costumava ser uma das concorrentes da Fibria.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O Portocel é uma instalação moderna que tem capacidade para movimentar aproximadamente 7,5 milhões de toneladas métricas de celulose e madeira por ano, de seus proprietários e outros players como Suzano S.A., e diferentes tipos de materiais como alumínio, bobinas de aço, granito e carga de projeto. As instalações de armazéns da Portocel são capazes de armazenar aproximadamente 220.000 toneladas de celulose (armazenamento estático).

(i) Participação em cada um dos mercados

Produção de Celulose

A Suzano S.A. produz celulose de eucalipto para suprir suas operações de produção de papel e para venda como celulose de mercado. Estão descritas abaixo as produções de celulose registradas para a Suzano S.A. e Fibria nos períodos indicados.

- Suzano S.A.

A Suzano S.A. produziu 3,5 milhões de toneladas de celulose de mercado em 2018, 2017 e 2016. A produção de celulose da Suzano S.A. nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 representou 16,6%, 18,2% e 18,5%, respectivamente, da celulose total produzida no Brasil durante esses períodos, de acordo com o IBÁ.

A tabela a seguir apresenta a produção total de celulose de eucalipto da Suzano S.A., a produção total de celulose brasileira e a produção de celulose de eucalipto da Suzano S.A. como um percentual da produção brasileira total de celulose nos anos findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

	Para o ano terminado em 31 de dezembro		
	2018	**2017**	**2016**
	(em milhares de toneladas, exceto %)		
Produção total de celulose da Suzano S.A.	3,501	3,541	3,473
Produção brasileira total de celulose de fibra.....	21,085	19,492	18,773
Produção brasileira total (%).....	**16.6**	**18.2**	**18.5**

- Fibria

A Fibria produziu 6,8 milhões de toneladas de celulose em 2018, 5,6 milhões de celulose em 2017 e 5,0 milhões de celulose em 2016 (em cada caso, incluindo 50,0% da produção de celulose da Veracel).

A produção de celulose da Fibria nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 representou 32,1%, 28,9% e 26,7%, respectivamente, da celulose total produzida no Brasil durante esses períodos, de acordo com o IBÁ.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A tabela a seguir apresenta a produção total de celulose de eucalipto da Fibria, a produção brasileira total de celulose e a produção de celulose de eucalipto da Fibria como um percentual da produção brasileira total de celulose nos anos findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

	Para o ano terminado em 31 de dezembro		
	2018	**2017**	**2016**
	(em milhares de toneladas, exceto %)		
Produção total de celulose da Fibria.....	6,758	5,642	5,021
Produção brasileira total de celulose de fibra.....	21,085	19,492	18,773
Produção brasileira total (%).....	**32.1**	**28.9**	**26.7**

Vendas de Celulose

- Suzano S.A.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Suzano S.A. vendeu 3,2 milhões de toneladas, 3,6 milhões de toneladas e 3,5 milhões de toneladas de celulose como mercado, dos quais 9,2%, 10,3% e 11,7% foram vendidos no mercado interno brasileiro e 90,8%, 89,7% e 88,3% foram vendidos no mercado de exportação.

A tabela a seguir apresenta as vendas internas e externas de celulose da Suzano S.A. para os períodos indicados.

	Para o ano terminado em 31 de dezembro,		
	2018	**2017**	**2016**
		(em toneladas)	
Volume de vendas de celulose da Suzano S.A.			
Brasileira	298,005	376,502	410,564
Internacional	2,927,714	3,255,329	3,117,814
Total	**3,225,719**	**3,631,831**	**3,528,378**

- Fibria

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Fibria comercializou 6,8 milhões de toneladas, 6,2 milhões de toneladas e 5,5 milhões de celulose como celulose de mercado, dos quais 10,4%, 10,7% e 10,0% foram vendidos no mercado brasileiro e 89,6%, 89,3% e 90,0% foram vendidos no mercado de exportação.

A tabela a seguir apresenta as exportações brasileiras de celulose da Fibria nos períodos

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

indicados.

	Para o ano terminado em 31 de dezembro,		
	2018	**2017**	**2016**
		(em toneladas)	
Volume de vendas de celulose da Fibria			
Brasileira	703,845	662,010	550,934
Internacional	6,082,764	5,550,483	4,952,522
Total	**6,786,610**	**6,212,493**	**5,503,456**

Clientes de Celulose

- Suzano S.A.

A Suzano S.A. tem um relacionamento de longo prazo com praticamente todos os seus clientes de celulose de mercado nos mercados interno e externo brasileiro.
Os preços podem variar entre as diferentes regiões geográficas em que os clientes da Suzano S.A. estão localizados. Normalmente, os acordos de preço sob os contratos de vendas da Suzano S.A. são consistentes com os preços de suas outras vendas dentro da mesma região. Os contratos de venda da Suzano S.A. preveem rescisão antecipada em caso de violação material, insolvência de uma das partes ou caso de força maior de duração prolongada.

Os clientes da Suzano S.A. geralmente compram seus produtos usando crédito comercial fornecido pela Suzano S.A., que tem uma base de clientes diversificada para seus produtos de celulose. A Suzano S.A. acredita ter uma boa base de conhecimento para administrar sua carteira de risco de crédito por meio de instrumentos financeiros (cartas de crédito e seguros) e não financeiros (garantias).

- Fibria

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a maioria das vendas da Fibria foi feita sob contratos, alguns dos quais contêm cláusulas de exclusividade. Historicamente, a Fibria tradicionalmente concentra-se em produtores de tissue, impressão e escrita e papel especial que valorizam a celulose de alta qualidade produzida pela Fibria e a confiabilidade do fornecimento fornecido pela Fibria. A maioria das vendas da Fibria para clientes finais durante esses períodos é entregue nos terminais internacionais da Fibria nos Estados Unidos, Europa, Mediterrâneo e Leste da Ásia.

Em 4 de maio de 2015, a Fibria (interveniente e fiadora), a Fibria International Trade GmbH e a Klabin SA celebraram um Contrato de Captação de Celulose de eucalipto (o

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

"Contrato de Offtake") para o fornecimento de celulose de fibra curta produzida na fábrica da Klabin no estado. do Paraná (Puma Project), que teve seu início operacional em 2016. O acordo estabeleceu um compromisso firme de aquisição pela Fibria ou suas subsidiárias de no mínimo 900.000 toneladas por ano de celulose de fibra curta, para venda exclusiva pela Fibria ou suas subsidiárias em países fora da América do Sul.

O volume adicional produzido pela nova fábrica estava sendo comercializado diretamente pela Klabin da seguinte forma: (i) celulose de fibra curta no Brasil e na América do Sul, e (ii) celulose de fibra longa e fluff no mercado global. Embora o termo original do Termo de Compromisso de Outtake fosse de seis anos, após a Incorporação, as partes e a Suzano S.A. firmaram um acordo de rescisão pelo qual as partes concordaram em rescindir o Contrato de Aquisição antes de seu prazo após um período transitório de cinco meses a partir de Abril de 2019. Este acordo de rescisão foi assinado como parte dos compromissos apresentados à Comissão Europeia para receber a aprovação da fusão entre a Suzano S.A. e a Fibria.

Produção e Vendas de papel

A Suzano S.A. vende seus produtos de papel no Brasil e no exterior. Os mercados que procura servir são grandes e muito competitivos. Embora o preço seja muito importante nesses mercados, a Suzano S.A. acredita que os clientes que têm padrões de alta qualidade preferem os produtos da Suzano S.A. devido ao valor e à qualidade que o seu papel confere aos seus produtos finais. Essa preferência é compartilhada entre clientes de todos os segmentos, desde produtores de *notebooks* e materiais não promocionais, até clientes mais sofisticados, como produtores de materiais promocionais, embalagens de alta qualidade e livros de arte.

Clientes de papel

Os clientes da Suzano S.A. geralmente compram seus produtos usando crédito comercial fornecido pela própria Suzano S.A.. A Suzano S.A. tem uma base de clientes diversificada para seus produtos de papel. A Suzano S.A. acredita ter uma boa base de conhecimento para administrar sua carteira de risco de crédito por meio de instrumentos financeiros (cartas de crédito e seguros) e não financeiros (garantias). Além disso, a Suzano S.A. acredita que sua estratégia de diversificar seu portfólio de clientes de papel melhora seu desempenho de risco de crédito devido à menor correlação entre grandes, médios, pequenos e micro clientes.

(ii) Condições de competição nos mercados

A indústria de celulose é altamente competitiva. Os 20 maiores produtores atualmente

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

fornecem aproximadamente 72,0% da capacidade global de celulose de mercado virgem, de acordo com Hawkins Wright. A Suzano S.A. enfrenta concorrência substancial de inúmeros produtores de celulose de papel e celulose, incluindo grandes produtores brasileiros, como Eldorado, CMPC e Celulose Nipo Brasileira S.A. (Cenibra). Muitos fatores influenciam a posição competitiva, incluindo a eficiência da usina e as taxas de operação e a disponibilidade, qualidade e custo da madeira, energia, água, produtos químicos, logística e mão-de-obra e flutuações da taxa de câmbio. Os produtores de celulose da América Latina têm vantagens estruturais em relação a outros concorrentes globais, principalmente na América do Norte e na Europa, devido a períodos mais curtos de colheita e maior produtividade da terra, que é parcialmente compensada pela distância geográfica dos mercados finais. Muitos dos concorrentes da Suzano S.A. na América Latina desfrutam de vantagens de custo semelhantes às suas, incluindo baixos custos de produção, e têm acesso a fontes de financiamento semelhantes para financiar seus projetos de expansão. Os mercados internacionais de celulose e papel são altamente competitivos e envolvem um grande número de produtores em todo o mundo. Como produtores de celulose e papel integrados verticalmente, a Suzano S.A. compete não apenas com outros produtores de celulose e papel integrados verticalmente, mas também com empresas que produzem apenas celulose ou papel. Muitos desses produtores têm maiores recursos financeiros do que a Suzano S.A. e desfrutam de menores custos de financiamento. No entanto, como o segundo maior produtor de celulose de eucalipto em 2018, a Companhia mantém sua vantagem competitiva, mantendo baixos os custos de produção, contratos de longo prazo com seus clientes e integrando verticalmente suas operações.

d. Eventual sazonalidade

Os produtos florestais, como celulose e papel, são tipicamente cíclicos. Oscilações nos estoques são frequentemente importantes na determinação dos preços. Ademais, a demanda por papel depende muito das condições econômicas gerais e, tendo em vista que a capacidade de produção se ajusta lentamente às mudanças na demanda, estas também contribuem para a natureza cíclica da indústria. Mudanças na capacidade de produção também podem influenciar os preços.

De forma similar, os padrões do mercado de celulose são historicamente correlacionados com a produção de papel. A produção mundial de papel normalmente aumenta no final das férias de verão no hemisfério norte, bem como durante o Natal e Ano Novo.

Especificamente no Brasil, a demanda por papéis apresenta-se mais aquecida no segundo semestre de cada ano, principalmente em função de fatores como programas governamentais, a exemplo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a produção de livros e cadernos para a volta às aulas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em comparação ao mercado de celulose, o mercado de papel apresenta um número maior de produtores e consumidores e maior diferenciação por produto. Apesar do preço do papel ser cíclico e estar historicamente atrelado ao preço da celulose, com uma ligeira diferença temporal, ele é, em geral, considerado menos volátil do que o preço da celulose. Os principais fatores que afetam o preço do papel são a atividade econômica, a capacidade de expansão da produção e a flutuação nas taxas de câmbio.

Em razão de fatores específicos, incluindo parada nas máquinas de papel e celulose, inclusão de novas capacidades, alteração na estrutura de custos da indústria e aumento na demanda global por celulose, as tendências de sazonalidade observadas no passado para a indústria da celulose podem mudar no futuro. Não obstante, a sazonalidade não causou impactos significantes na Companhia nos últimos três anos. Por essa razão, o impacto da sazonalidade nos resultados da Suzano S.A. não é medido.

Diferentemente dos mercados de celulose e papéis para fins de imprimir e escrever, *tissue* não apresenta sazonalidade aparente.

e. Principais insumos e matérias primas

Os principais insumos e matérias primas utilizados pela Suzano S.A. em seu processo produtivo são: madeira, energia, produtos químicos e água.

Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

A Suzano S.A. utiliza três fontes de fibras na produção de seus papéis (i) celulose que a própria Suzano S.A. produz; (ii) papéis reciclados; e (iii) pastas mecânicas. O papel reciclado pré e pós consumo e as pastas mecânicas são usados nas camadas interiores de alguns tipos de papelcartão. O papel reciclado serve também de matéria-prima para a produção do papel Reciclato da Suzano S.A. (o primeiro papel reciclado para imprimir e escrever não revestido produzido em escala industrial no Brasil, cuja produção foi iniciada em 2001). A Suzano S.A. utiliza o eucalipto para a produção de toda sua celulose.

Energia

A Suzano S.A. utiliza diversas fontes de energia. A principal delas, produzida no próprio processo de fabricação da celulose, é resultante da queima do licor negro na caldeira de recuperação. O vapor produzido nesta queima é empregado na geração de energia elétrica e em diversos outros usos no processo produtivo da Suzano S.A.. Uma segunda fonte de energia, também associada ao processo de produção, consiste na queima de resíduos florestais (cascas e galhos de eucalipto) em uma caldeira auxiliar, onde também podem ser utilizados gás natural e óleo combustível. A Companhia trabalha em direção à redução

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

do consumo de energia e à autossuficiência. Nas unidades de Mucuri e Imperatriz, por exemplo, são produzidos internamente 100% da energia consumida, em sua maior parte a partir de fontes renováveis, com aplicação do reuso dos resíduos da madeira. Isso é possível graças ao processo de recuperação química utilizado nas indústrias. O processo Kraft possibilita à Suzano S.A. recuperar os químicos utilizados na polpação e, ao mesmo tempo, permite o uso dos resíduos do cozimento da madeira para gerar energia. Depois dessa etapa, o processo de recuperação química é completado com a cal virgem, que, juntamente com o sulfato de sódio e a soda, irão compor o licor verde e o licor branco, que retornarão ao início do processo para novo cozimento de madeira, com o mínimo de reposição. Isso permite ganhos ambientais diretos com a redução de resíduos e a geração de energia.

Em 2014, a Suzano S.A. iniciou a produção de energia para exportação na unidade de Mucuri através da otimização da geração de vapor nas caldeiras. Esse volume adicional somado à energia excedente gerada na Unidade Maranhão equaciona grande parte da demanda de energia das fábricas de papéis da Suzano S.A.

Produtos Químicos

O processo produtivo de papel e celulose da Suzano S.A. utiliza diversos produtos químicos desde o cozimento da madeira até a aplicação de revestimento do papel, incluindo sulfato de sódio, hidróxido de sódio (soda cáustica), clorato de sódio, peróxido de hidrogênio e ácido sulfúrico. Na produção de papel de imprimir e escrever revestido, a Suzano S.A. utiliza diversos aditivos, incluindo, principalmente, caulim, carbonato de cálcio, látex, amidos, alvejantes e cola. Já na produção de papel *tissue*, além de utilizar a celulose fabricada pela própria companhia, energia elétrica e gás, o processo de fabricação utiliza diversos aditivos, incluindo, principalmente, resina para resistência em úmido, anilinas, agente release, mono amônio fosfato e enzima.

Todos os resíduos são tratados de forma a se adequar às práticas e padrões mais atuais da indústria mundial de papel e celulose. Os produtos químicos utilizados na indústria de papel e celulose são comumente utilizados em várias outras atividades industriais e não apresentam uma condição particularmente perigosa. Todas as regras de segurança relativas a transporte, armazenagem e produção são estritamente cumpridas pela Suzano S.A.. Além disso, a Suzano S.A. mantém uma apólice de seguro que cobre a responsabilidade oriunda de acidente no transporte, armazenagem ou produção de produtos químicos.

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fornecedores e Relacionamento

Atualmente a Suzano S.A. tem cerca de 15 mil fornecedores ativos, que abrangem todos os segmentos da cadeia (florestal, industrial e Logística), desde pequenas empresas e produtores rurais até grandes corporações. Além de condições comerciais competitivas e qualidade dos produtos e serviços contratados, a Suzano S.A. demanda de seus fornecedores políticas de engajamento quanto aos critérios de saúde e segurança operacional, regularidade trabalhista, práticas socioambientais e respeito aos direitos humanos. Estas políticas integram os contratos jurídicos que são formalizados entre as partes e acompanhadas através de auditorias internas e externas e através de processos de monitoramento de gestão de terceiros e riscos. A Suzano S.A. avalia constantemente oportunidades, não medindo esforços para implementar mudanças e incorporar ações, que proporcionem resultados cada vez mais sustentáveis.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A Suzano S.A. possui uma ampla e diversificada base de fornecedores, o que possibilita o atendimento satisfatório de suas necessidades de insumos, materiais e serviços e a mitigação dos riscos de concentração de fornecimento, sem prejuízo, no entanto, do estabelecimento de relações de parcerias, e sem que isso implique compromissos de exclusividade. Embora a Suzano S.A. entenda que não exista dependência significativa em relação a fornecedores, alguns insumos podem possuir menor número de fornecedores capacitados ou habilitados no mercado doméstico, de acordo com o grau de especificidade. Entretanto, a Suzano S.A. sempre avalia todas as opções disponíveis no mercado nacional, assim como de importação.

Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

Da demanda de madeira da Suzano S.A. em 2017 (responsabilidade da equipe de compra de madeira), a maior parte teve origem em seus plantios, e o restante foi suprido por fornecedores de madeira de mercado e produtores rurais incluídos no programa de fomento da Suzano S.A.. Estes produtores rurais fomentados vendem sua madeira em grande parte para a Suzano S.A., a qual lhes fornece assistência técnica, mudas de eucalipto e insumos necessários para o processo de cultivo do eucalipto.

Produtos Químicos

Há produtos químicos fornecidos por um reduzido número de fornecedores. Para itens de maior complexidade técnica, menor disponibilidade ou com poucas fontes de fornecimento disponíveis são estabelecidos contratos comerciais de longo prazo. Para

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

minimizar ou eliminar a dependência de suprimentos, o mercado fornecedor é mapeado considerando-se oferta de produtos, concentração de mercado e complexidade técnica de substituição visando estabelecer contratação por item.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

Os contratos de compra de madeira são normalmente firmados pelo prazo médio de 7 anos, correspondente a um ciclo de corte, com condições de volume e preço pré-estabelecidas e reajuste anual pelo índice de inflação medido pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A madeira respondeu por 48,1% do custo caixa (sem PG) da Suzano S.A. no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A pasta mecânica e o papel reciclado acompanham o preço de mercado.

Produtos Químicos

Os preços dos produtos químicos no Brasil geralmente sofrem flutuação relacionada aos preços internacionais e à taxa de câmbio vigente. O desenvolvimento de novos players e de novas soluções têm sido um fator importante na estabilização dos preços e na regularidade de fornecimento.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, produtos químicos, que incluem insumos, matriz energética, vestimentas e acondicionamento, responderam por 51,9% dos custos de produção da Suzano S.A..

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia), de acordo com as últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social, informando (a) o montante total de receitas provenientes do cliente; e (b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A controlada Suzano S.A., principal responsável pelas receitas da Companhia não possui nenhum cliente que seja responsável por mais de 10% de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A necessidade de autorizações governamentais se refere ao exercício das atividades da controlada Suzano S.A. e estão descritas abaixo:

A Suzano S.A. mantém relações de qualidade com a administração pública em todos os níveis – em âmbito nacional, estadual e nos municípios em que atua.

Como uma empresa de base florestal e produtora de papel e celulose, a Suzano S.A. segue as legislações e regulamentos referentes às suas atividades e linhas de negócio, relacionados a emissões atmosféricas, descarga de efluentes, resíduos sólidos, odores e reflorestamento.

Historicamente, a Suzano S.A. acredita manter um bom relacionamento com todas as autoridades reguladoras, tendo cumprido as condicionantes aplicáveis a cada licença obtida para o atual estágio de seus negócios, assim como satisfez eventuais pedidos de esclarecimentos realizados por tais autoridades.

A constituição federal brasileira atribui ao governo federal, aos estados, ao distrito federal e aos municípios a responsabilidade pela proteção ambiental e preservação da fauna e flora brasileiras. A autoridade para promulgar leis e emitir regulamentações relacionadas à proteção ambiental é exercida simultaneamente pelo governo federal, pelos estados e pelos municípios. Os municípios têm autoridade para promulgar leis e emitir regulamentações apenas com relação a questões de interesse local ou em complementação das leis federais e estaduais.

A política ambiental brasileira estabeleceu que a operação regular de atividades que causam poluentes reais ou potenciais, que utilizem recursos naturais ou que, de qualquer forma, resultem em degradação ambiental esteja sujeita a requisitos prévios de licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial da unidade como para sua expansão. O processo de licenciamento ambiental segue basicamente três etapas consecutivas: licença prévia, licença de instalação e licença de operação.

Em relação aos procedimentos de licenciamento, os municípios têm competência para licenciar instalações que tenham apenas um impacto ambiental local. Onde o impacto ambiental da instalação é mais disseminado, mas ainda está confinado a um estado, os governos estaduais têm competência para licenciar tais instalações. Mas se uma instalação gera um impacto ambiental em mais de um estado ou envolve um interesse estratégico

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(como usinas nucleares ou terras indígenas), o governo federal tem competência para licenciar as instalações.

As atividades da Suzano S.A. são atualmente licenciadas pelas seguintes agências estaduais:

(i) Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, ou SMA e Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, ou CETESB;
(ii) Conselho Estadual de Política Ambiental, ou COPAM e Fundação Estadual do Meio Ambiente, ou FEAM, no Estado de Minas Gerais;
(iii) Conselho Estadual de Meio Ambiente, ou CEPRAM e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ou INEMA, no Estado da Bahia;
(iv) Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos ou IEMA e Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo ou IDAF, no Estado do Espírito Santo,
(v) Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais ou SEMA, no Estado do Maranhão;
(vi) Instituto da Natureza ou NATURATINS, no Estado do Tocantins; e
(vii) Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos ou SEMAR, no Estado do Piauí; Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler ou FEPAM, no Estado do Rio Grande do Sul e Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul ou IMASUL, no Estado do Mato Grosso do Sul.

b) Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A sustentabilidade é tida pela Suzano S.A. como a sustentação de todo o seu modelo de negócio. A partir de mecanismos de governança corporativa e práticas condizentes, a Suzano S.A. avalia o impacto de sua atuação e assume compromissos frente aos seus *stakeholders*, permeando por completo as esferas ambiental, social e econômica.

A Suzano S.A. está comprometida em produzir celulose e papel com um mínimo de produção de resíduos e com o menor impacto sobre os recursos naturais e o meio ambiente. O objetivo contínuo da Suzano S.A. é evitar e mitigar os impactos negativos sobre o meio ambiente, controlando suas emissões no ar e na água, preservando a biodiversidade e cumprindo totalmente as regulamentações ambientais brasileiras e os padrões ambientais. Em 1996, a Companhia foi a primeira empresa de papel e celulose do mundo e a primeira empresa no Brasil a obter a certificação da Organização Internacional para Padronização 14001 (“ISO 14001”) para suas florestas plantadas no estado da Bahia. As florestas da Companhia também são certificadas pelo *Forest Stewardship Council* (“FSC”) e pelo Programa para o Endosso da Certificação Florestal

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

("PEFC"). Os investimentos da Suzano S.A. em proteção ambiental em 2018 totalizaram R$76,2 milhões em suas unidades industriais e R$36,7 milhões em suas unidades florestais.

A política ambiental da Suzano S.A. procura:

(i) contribuir para o desenvolvimento econômico e social em harmonia com a preservação ambiental por meio de processos de gestão inovadores e pioneiros, mantendo-se como referência de empresa ambientalmente responsável;
(ii) assumir atitude de prevenção da poluição desde a pesquisa e cobrindo o projeto, a instalação, a operação, a comercialização e o uso de seus produtos;
(iii) desenvolver e estimular ações de educação ambiental por meio de uma abordagem sistêmica e participativa, que promova uma atitude consciente e responsável entre seus colaboradores, parceiros e comunidade;
(iv) empreender ações, buscando a sustentabilidade dos recursos hídricos, da atmosfera, do solo e da biodiversidade nas áreas sob influência da Suzano; e
(v) compartilhar, com os segmentos organizados da sociedade, o uso e o desenvolvimento de programas de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.

A Suzano S.A. também está comprometida a respeitar e preservar o meio ambiente, reduzindo seu consumo de recursos naturais e mitigando os impactos de suas atividades. Na unidade florestal, foram investidos R$64,2 milhões em monitoramento e conservação de recursos naturais e biodiversidade, projetos de restauração, discussões com segmentos organizados da sociedade civil sobre as melhores práticas de gestão, atendimento a demandas de certificação, programas de educação ambiental e desenvolvimento sustentável das comunidades locais, entre outras.

A política ambiental e sistema de gestão ambiental da Suzano S.A. estão alinhados com os padrões internacionais mais avançados. Em 2017, os custos incorridos para o cumprimento da legislação ambiental foram de aproximadamente R$11,0 milhões. A Suzano S.A. tem a certificação ISO 14001, que atesta seu sistema de gestão ambiental, em todas as suas unidades industriais, e sua unidade de Mucuri foi a primeira no setor de celulose e papel em todo o mundo a obter essa certificação em 1996. A Suzano S.A. também recebeu outras certificações, incluindo ISO 9001, OHSAS 18001, CERFLOR / PEFC (Conselho de Apoio a Programas de Florestas) e FSC, que atesta que seu manejo florestal é ambientalmente correto e socialmente justo. O selo FSC, criado por diferentes organizações internacionais de múltiplos setores, tem forte reconhecimento internacional e também é rotulado em vários de seus produtos e produtos de seus clientes. A Suzano S.A. opera, portanto, sob estrita conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Seus compromissos ambientais também são apoiados e monitorados por organizações e coalizões relevantes, incluindo o *Global Pact for the Environment*, a Fundação Getulio

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Vargas /Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGV CES) e Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura. Além disso, a Suzano S.A. mantém uma forte parceria com fóruns e organizações reconhecidos para discutir e compartilhar conhecimento sobre sustentabilidade, incluindo o *World Wildlife Fund Brazil, the World Wildlife Fund / New Generation Plantation, The Nature Conservancy, CI (International Conservation),* The Forest Dialogue, Diálogos Florestais Nacionais, Fórum Florestal, IBÁ, Instituto Ethos, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável e *GHG Protocol Brazil*.

A Suzano S.A. também tem um forte compromisso com o serviço comunitário e participa e financia uma variedade de projetos, incluindo projetos apoiados pelo Instituto Ecofuturo, uma organização não governamental que criou e patrocina, cujo objetivo é gerar e compartilhar conhecimento e práticas que contribuam para criar uma cultura de sustentabilidade. Em 2018, a Suzano S.A. investiu R$3,5 milhões em sua manutenção.

Água

O gerenciamento proativo de uso e reutilização de água da Suzano S.A. utiliza ferramentas e tecnologias que permitem o uso racional dos recursos hídricos, essencial para a produção de celulose e papel, tanto em termos de operação industrial quanto de produtividade florestal. A Suzano S.A. recebeu os direitos de coleta de água de rios, poços e reservatórios para uso nas fábricas e florestas da unidade. A Suzano S.A. tem um compromisso permanente de aumentar a eficiência das operações e, consequentemente, reduzir o consumo - que ocorre a cada ano por meio do reuso interno e melhoria dos processos industriais.

Em 2018, a Suzano S.A. alavanca as iniciativas por meio de parcerias importantes, como a The Nature Conservancy, a maior organização ambiental do mundo. Por meio do Projeto Nascentes do Rio Mucuri, a Companhia iniciou as atividades que visam a promover a sustentabilidade do rio, além de incentivar iniciativas para proteger nascentes naturais e restaurar a vegetação nativa. A região escolhida para este trabalho possui remanescentes de Mata Atlântica, um dos biomas mais biodiversos do planeta, e ocupa atualmente apenas 12% de sua área original no Brasil.

A Suzano S.A. também investiu na instalação de novos equipamentos e processos, como a nova arruela de deslocamento do cilindro (redução do consumo de produtos químicos, carga orgânica e cor do efluente tratado lançado no Rio Tocantins) em Imperatriz. Só neste projeto, a Suzano S.A. investiu mais de R$74,0 milhões como demonstração do forte compromisso com um ambiente sustentável.

Resíduos Sólidos e Águas Residuais

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A gestão de resíduos está presente nos processos e operações da Suzano, tanto industriais quanto florestais. O tratamento de águas residuais em todos os locais industriais ocorre em nossas próprias Estações de Tratamento de Efluentes e inclui o tratamento primário (físico) e o tratamento secundário (biológico), um estágio no qual oxigênio e nutrientes são adicionados e o pH é controlado. Nas unidades de Limeira, Jacareí, Três Lagoas e Maranhão, a tecnologia de lodo ativado é utilizada para tratamento secundário, enquanto as lagoas aeradas são utilizadas nas unidades de Suzano, Aracruz e Mucuri. O lodo biológico gerado pelas estações de tratamento de efluentes é tratado por diferentes formas ecoeficientes como usinas de compostagem nas unidades de Limeira, Suzano S.A. e Rio Verde, secagem e queima nas unidades de Jacareí, Imperatriz e Três Lagoas. Além disso, como membro do IBÁ e do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), a Suzano S.A. participa de discussões sobre os planos do setor no âmbito do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecido pelo governo federal brasileiro.

Biodiversidade

As práticas florestais da Suzano S.A. refletem a preocupação com a biodiversidade, desde o planejamento até a implementação. Hoje a Companhia planeja e implementa as operações de manejo florestal usando a abordagem mosaicos, onde os talhões de eucalipto se misturam com a vegetação nativa. A Suzano S.A. procura conectar os principais fragmentos nativos, formando corredores ecológicos, contribuindo para a preservação da fauna e flora. Além disso, a Suzano S.A. também trabalha com o mínimo de cultivo, onde o plantio é feito com baixa interferência do solo (galhos de resíduos de culturas, folhas e cascas são mantidos no chão, contribuindo para a fertilidade e protegendo contra a erosão). Este modelo fornece um ambiente adequado para a conservação e manutenção da biodiversidade.

A Suzano S.A. reserva aproximadamente 37,6% de sua área total, ou 925,6 mil hectares como áreas de preservação ambiental. Esse total inclui áreas de preservação permanente (ou seja, matas ciliares), reservas legais, áreas de conservação de alto valor e outras áreas naturais dedicadas à preservação ambiental, que superam as exigências da legislação brasileira e da prática global na indústria de celulose e papel. A Suzano S.A. realiza monitoramento periódico de fauna e flora para garantir sua perpetuidade. Esse monitoramento ocorre desde 2008 na Bahia e no Mato Grosso do Sul, 2009 em São Paulo, 2012 com nova metodologia no Espírito Santo e em Minas Gerais, e desde 2013 no Maranhão.

A Suzano S.A. continua nossa parceria com a The Nature Conservancy (TNC), uma organização não governamental, para elaborar planos de conservação da biodiversidade, que abrangem os biomas florestais remanescentes na Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, resultando no Plano de Área de Conservação (PCA), que estabelece estratégias para a conservação da biodiversidade. A Suzano S.A. também continua a parceria com a World Wildlife Fund Brasil Corporate Partnership, onde empresas de diversos setores trocam

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

ideias e ferramentas sobre como melhorar sua gestão ambiental. A Suzano S.A. é a única empresa do setor de celulose e papel envolvida na parceria. Além disso, a Suzano S.A. continua participando dos fóruns regionais dos Diálogos Florestais, como os dos estados do Espírito Santo, sul da Bahia, São Paulo e Mato Grosso do Sul com ONGs, universidades e comunidades locais e no The Forests Dialogue (TFD), uma organização que promove o debate sobre questões sensíveis na indústria florestal mundial, envolvendo empresas florestais, ONGs, comunidades indígenas e agências multilaterais.

Mudanças Climáticas

A questão das mudanças climáticas incorpora a busca contínua de adotar as melhores práticas na gestão de emissões de GEE, consistindo em pilares de quantificação, redução e compensação.

Em 2008, como um dos membros fundadores, a Suzano S.A. iniciou uma parceria com a FGV no programa brasileiro GHG Protocol, que visa a identificar e a contabilizar as emissões do processo de produção considerando as emissões diretas de nossas fontes de controle operacional (escopo 1), indiretas emissões do consumo de eletricidade (escopo 2) e atividades associadas à sua cadeia de produção, mas não controladas por nós (escopo 3). Esta ferramenta é projetada de acordo com a metodologia GHG Protocol do World Resources Institute (WRI).

Em relação à redução de emissões, diversas campanhas de melhoria contínua são implantadas em plantas industriais e florestais, além de investimentos tecnológicos para reduzir a geração de gases de efeito estufa, aumentar os ganhos ambientais e atender às demandas de clientes, investidores e consumidores.

Em 2010, A Suzano S.A. foi a primeira empresa de papel e celulose no Brasil a calcular a pegada de carbono medindo a emissão de gás durante todo o ciclo de vida de nossos produtos, desde a produção e a distribuição de matérias-primas até a venda, uso e descarte, o que representa um exercício mais amplo o inventário de gases de efeito estufa que a Suzano S.A. tem feito desde 2003.

Para medir e entender o impacto da produção e as oportunidades de melhoria nos processos, de forma analítica e estratégica, a Suzano S.A. está desenvolvendo novos estudos de análise de ciclo de vida de alguns dos produtos, entre eles o Eucafluff, que apresentou melhor desempenho do que os concorrentes em alguns aspectos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ao longo do comitê de clima liderado pelo IBÁ, a Suzano S.A. avançou na qualidade da medição de carbono em nossas áreas nativas - um ativo importante do segmento florestal, com grande potencial de contribuição para as mudanças climáticas, embora não é bem conhecido. Em parceria com empresas parceiras, a Suzano S.A. avaliou as possíveis técnicas e tecnologias existentes e

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

desenvolvemos um projeto piloto na região do Vale do Paraíba, que ajudará a calibrar o sucesso do modelo final.
A Suzano S.A. também adotou uma política para reutilizar a energia resultante do processo de produção. As unidades industriais produzem uma parcela significativa de suas necessidades de energia e, atualmente, aproximadamente 85% são provenientes de combustíveis renováveis (como licor negro e biomassa) e os 15% restantes de recursos não renováveis (como gás natural e óleo combustível). As unidades Mucuri e Imperatriz também são quase autossuficientes em energia. De fato, atualmente ambas as unidades estão vendendo energia para a rede. Em 2017 e 2018, a Suzano S.A. adicionou 689.000 MWh e 634.000 MWh à rede pública, respectivamente.

Por fim, a Suzano S.A. tem uma suas subsidiárias – a Futuragene – como uma de suas frentes de trabalho voltadas à adaptação dos nossos negócios aos efeitos provocados pelas mudanças climáticas. Sua atuação vai no sentido do desenvolvimento de biotecnologias e melhoramentos genéticos para aumentar a produtividade das áreas cultivadas de eucalipto com foco no suprimento da produção de celulose, papel, bioenergia e biocombustíveis.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

As atividades da Suzano S.A. de pesquisa e desenvolvimento estão principalmente direcionadas ao incremento da produtividade da madeira de eucalipto e à otimização dos processos industriais, fazendo com que a produção seja mais eficiente e sejam desenvolvidos novos produtos por intermédio de: (i) melhoria no uso da fibra de eucalipto na produção de celulose e papel; (ii) desenvolvimento e implementação de tecnologia mais eficiente para o processo produtivo e para a reciclagem de sobras e aparas de papel; e (iii) condução de pesquisa ambiental.

Adicionalmente, a Suzano S.A. participa de projetos de pesquisa para o mapeamento do genoma do eucalipto, com vistas à possibilidade de futura utilização desta tecnologia, desenvolve pesquisas em biotecnologia em laboratórios para cultura de tecidos e mapeamento dos marcadores moleculares, e mantém relacionamento próximo com várias universidades e institutos particulares de pesquisa tanto no Brasil quanto no exterior.

A Suzano S.A. atua no mercado mundial, oferecendo celulose e uma completa gama de papéis, representadas por suas marcas registradas – ou em processo de registro – na América Latina, América do Norte, União Europeia e Ásia. No Brasil, a Suzano S.A. possui diversas marcas registradas perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), incluindo, dentre as mais relevantes: Report, Pólen, Paperfect, Alta Alvura, Reciclato, papelcartão Supremo, TP White, Super 6, Couché Suzano, Suzano S.A. Pulp e Eucafluff.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Apesar das atividades de pesquisa e desenvolvimento e dos investimentos feitos em suas marcas, a Suzano S.A. não é dependente de quaisquer patentes, marcas, licenças, contratos de royalties ou industriais ou novos processos produtivos em específico que sejam de importância fundamental para seus negócios ou resultados.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes

As informações se referem às receitas obtidas de sua principal controlada, Suzano S.A.:

a) Receitas provenientes dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Suzano S.A.

CELULOSE - BRASIL		
Exercício findo em:	**Receita (R$ mil)**	**% sobre receita líquida total**
31/12/2018	744.296	5,5
31/12/2017	620.415	5,9
31/12/2016	706.488	7,1

PAPEL - BRASIL		
Exercício findo em:	**Receita (R$ mil)**	**% sobre receita líquida total**
31/12/2018	3.301.417	24,6
31/12/2017	2.566.744	24,4
31/12/2016	2.617.811	26,5

Fibria

CELULOSE - BRASIL[1]		
Exercício findo em:	**Receita (R$ mil)**	**% sobre receita líquida total**
31/12/2018	1.734.259	9,5
31/12/2017	1.118.085	9,5
31/12/2016	994.522	10,3

1 Inclui receita de serviços proveniente de Portocel.

b) Receitas provenientes dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Suzano S.A.

CELULOSE	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016	
Região	**Receita (R$ mil)**	**%**	**Receita (R$ mil)**	**%**	**Receita (R$ mil)**	**%**
Ásia[2]	3.837.998	28,6	2.976.504	28,3	2.502.344	25,3
Europa[3]	2.810.899	20,9	2.237.162	21,3	1.957.569	19,8
América do Norte[4]	1.340.907	10,0	966.789	9,2	898.442	9,1
América do Sul e Central[5]	48.907	0,4	90.719	0,9	71.725	0,7
Outros	-	-	-	-	5.323	0,1
Total	**8.038.711**	**59,8**	**6.271.174**	**59,6**	**5.435.403**	**55,0**

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

PAPEL	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016	
Região	**Receita (R$ mil)**	**%**	**Receita (R$ mil)**	**%**	**Receita (R$ mil)**	**%**
Ásia	101.695	0,8	32.950	0,3	32.054	0,3
Europa	225.111	1,7	139.572	1,3	143.036	1,4
América do Norte	210.715	1,6	255.086	2,4	327.718	3,3
América do Sul e Central	774.730	5,8	608.445	5,8	568.253	5,8
Outros	40.661	0,3	26.404	0,3	51.550	0,5
Total	**1.352.912**	**10,1**	**1.062.457**	**10,1**	**1.122.611**	**11,4**

Fibria

CELULOSE	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016	
Região	**Receita (R$ mil)**	**%**	**Receita (R$ mil)**	**%**	**Receita (R$ mil)**	**%**
Ásia	7.383.971	40,4	4.562.783	38,9	3.040.543	31,6
Europa	6.005.379	32,9	3.701.121	31,5	3.507.714	36,5
América do Norte	3.140.877	17,2	2.357.164	20,1	2.072.037	21,6
América do Sul e Central	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	**16.530.227**	**90,5**	**10.621.068**	**90,5**	**8.620.295**	**89,7**

c) Receita total proveniente dos países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Suzano S.A.

CELULOSE - EXTERIOR		
Exercício findo em:	**Receita (R$ mil)**	**% sobre receita líquida total**
31/12/2018	8.038.711	59,8
31/12/2017	6.271.174	59,6
31/12/2016	5.435.403	55,0

PAPEL - EXTERIOR		
Exercício findo em:	**Receita (R$ mil)**	**% sobre receita líquida total**
31/12/2018	1.352.912	10,1
31/12/2017	1.062.457	10,1
31/12/2016	1.122.611	11,4

Fibria

CELULOSE - EXTERIOR		
Exercício findo em:	**Receita (R$ mil)**	**% sobre receita líquida total**
31/12/2018	16.530.227	90,5
31/12/2017	10.621.068	90,5
31/12/2016	8.620.295	89,7

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes

A controlada Suzano S.A. exporta seus produtos para cerca de 90 países e está sujeita, assim como suas subsidiárias, à regulação usual de mercado nessas localidades, em especial nos campos comercial e tributário. As exigências e normas regulatórias destes países podem ser alteradas sem prévio aviso, devendo a Suzano S.A. observá-las. A observância de tais exigências e normas pode eventualmente exigir da Suzano S.A. dispêndios financeiros adicionais.

Além disso, a competitividade das companhias exportadoras brasileiras no mercado estrangeiro já levou alguns países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso de companhias brasileiras aos seus mercados ou mesmo subsidiar os produtores locais. Alguns países impõem quotas de importação de produtos vindos do Brasil. Caso essas restrições sejam adotadas para os produtos exportados pela Suzano S.A., as exportações da Suzano S.A. poderão ser afetadas adversamente.

Para assegurar o cumprimento contínuo das leis, normas e regulamentos existentes, a Suzano S.A. monitora toda e qualquer alteração das demandas de seus principais mercados, utilizando os seus escritórios locais. Dessa forma, a Suzano S.A. cumpre com todas as exigências regulatórias relevantes aplicáveis aos mercados em que os seus produtos estão presentes.

No primeiro trimestre de 2016, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América ("EUA") e a *International Trade Comission* ("ITC") proferiram suas respectivas decisões finais no processo de dumping contra a Austrália, Brasil, China, Indonésia e Portugal, que concluíram pela aplicação de taxa antidumping nas vendas de papel não revestido (folio e *cut size*) dos países investigados para os EUA, fixando a taxação contra a Suzano S.A. no percentual de 22,37%.

Em março de 2017, a Suzano S.A. apresentou pedido para revisão da taxa aplicada, conforme faculdade prevista na legislação pertinente. Finalizada a revisão, em outubro de 2018, a taxa final efetiva recebida pela Suzano S.A. foi de 17,4%, resultando em reembolso da diferença paga no período revisado. Em maio de 2019 a Suzano S.A. recebeu parte do reembolso referente ao primeiro período investigado.

Os principais países para os quais a Suzano S.A. exporta seus produtos estão mencionados no item 7.6 deste Formulário de Referência.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais

As informações se referem a políticas socioambientais de sua principal controlada, Suzano S.A.:

a) Se a Companhia divulga informações sociais e ambientais

As informações socioambientais da Suzano são divulgadas periodicamente, através de Relatórios de Sustentabilidade, que pode ser acessado no site http://ri.suzano.com.br/.

b) A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Os relatórios socioambientais da Suzano seguem a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), na sua versão mais atualizada GRI Standards.

c) Essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações que serão publicadas no Relatório de Sustentabilidade da Suzano (base 2018) foram auditadas por entidade independente (Bureau Veritas). A previsão de publicação é julho/2019.

d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Todos os Relatórios de Sustentabilidade da Suzano podem ser acessados, na íntegra, no site http://ri.suzano.com.br/. Os Relatórios de Sustentabilidade da antiga Fibria podem ser acessados em http://fibria-institucional-qa.azurewebsites.net/ (até a data de divulgação deste Formulário de Referência).

7.9 - Outras Informações Relevantes

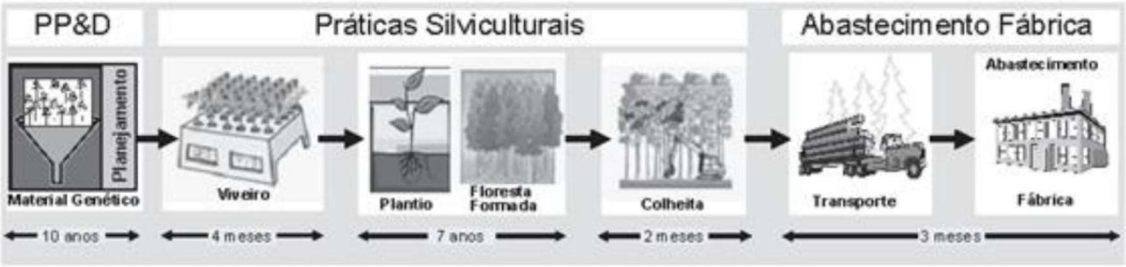
7.9. Outras informações relevantes

As outras informações relevantes se referem a sua principal controlada, **Suzano S.A.**

Plantios de Eucalipto

Uma das maiores vantagens competitivas da Suzano S.A. é o fato de ser uma produtora de papel e celulose totalmente integrada e com baixos custos de cultivo e processamento de árvores de eucalipto em comparação com outras espécies de árvores.

Conforme demonstrado na ilustração abaixo, o curto ciclo de crescimento das árvores de eucalipto da Suzano S.A., em até sete anos, proporciona uma significativa vantagem competitiva em relação aos custos associados a outras fibras.



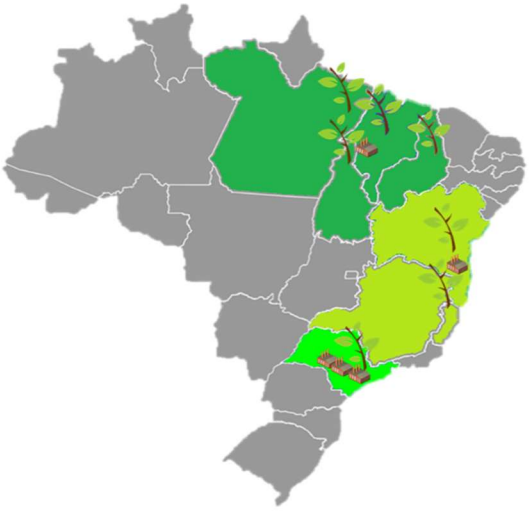
As florestas da Suzano S.A., juntamente com as de seus parceiros, estão concentradas no sul do estado da Bahia, no norte do estado do Espírito Santo, no estado de São Paulo, no leste de Minas Gerais, nos estados de Tocantins, Pará e no sudoeste do estado do Maranhão, e no norte e leste do estado do Maranhão e Piauí.

A tabela e o gráfico abaixo mostram a localização e capacidade das florestas plantadas de eucalipto da Suzano S.A. em 31 de dezembro de 2018:

Estado	Area Total (1) (*milhares de hectares*)	Area Plantada (*milhares de hectares*)
Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais	288	162
São Paulo	227	146
Tocantins, Maranhão, Pará, e Piauí	737	342
Total	**1,251**	**650**

(1) A área total inclui áreas de propriedade da Suzano S.A. e de seus parceiros.

7.9 - Outras Informações Relevantes



Mapa da localização das florestas de eucalipto plantadas

Além disso, a tabela a seguir descreve a localização e a área da base florestal da Fibria em 31 de dezembro de 2018:

Estado	Area Total (*milhares de hectares*)	Area plantada (*milhares de hectares*)
São Paulo	149.647	83.607
Minas Gerais	21.158	11.008
Rio de Janeiro	3.142	1.526
Mato Grosso do Sul	459.038	308.589
Bahia(1)	263.708	136.224
Espírito Santo	185.024	110.983
Rio Grande do Sul	3.663	1.380
Total(2)	**1.085.381**	**653.316**

(1) Inclui as florestas associadas à unidade de produção da Veracel. Exclui base florestal vinculada à venda de ativos florestais no sul do estado da Bahia.
(2) Exclui as áreas do programa de parceria florestal (133.000 hectares com 76.000 hectares florestados).

Melhoramento Genético

Para novos plantios, a Suzano S.A. usa tanto sementes como clones, selecionados por suas características, tais como altura e diâmetro, produtividade por hectare, ausência de galhos abaixo da copa, adaptação ao solo e às condições climáticas locais e resistência a pragas. Mudas desenvolvidas a partir de sementes e de clones são inicialmente cultivadas em casas de vegetação climatizadas por 30 dias. Em seguida, as mudas são transferidas para canteiros a céu aberto, onde crescem por um período adicional de 70 a 90 dias, e então são transferidas para os locais de plantio.

A Suzano S.A. conduziu pesquisas específicas para cada uma de suas regiões de crescimento, utilizando conceitos gerais de fisiologia vegetal e genética. Ganhos de

7.9 - Outras Informações Relevantes

produtividade podem ser obtidos através de mudas híbridas clonadas ou sementes selecionadas. O programa de pesquisa também continua a buscar formas de melhorar a uniformidade da qualidade da madeira e manter o equilíbrio ecológico, através de estudos do solo, nutrição vegetal e do controle de pragas por biodiversidade.

Em 2015, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou o pedido da controlada, FuturaGene Brasil Ltda, para fins do uso comercial do eucalipto geneticamente modificado com aumento de produtividade - evento H421. Esta decisão está sujeita a eventuais recursos, na forma prevista na legislação pertinente.

Corte

A colheita de eucalipto é realizada de forma mecanizada e manual (em alguns casos), através de equipe própria e por prestadores de serviços. As toras são normalmente transportadas para a fábrica de celulose conforme a necessidade da produção, mantendo-se pequenos estoques reguladores nas fábricas. As toras em São Paulo são atualmente armazenadas nas florestas por um período de 90 dias em média para que elas sequem antes do transporte. Na Bahia, as toras são transferidas para a fábrica 40 dias após a colheita. No Maranhão, as toras seguem para unidade industrial, em média, com 60 dias após a colheita.

Localização das Instalações

A Suzano S.A. produz papel e celulose em instalações operacionais modernas, que compreendem (i) duas fábricas de produção integrada de celulose e papel no Estado de São Paulo, as Unidades Suzano e Limeira; (ii) uma fábrica não integrada de produção de papel no Estado de São Paulo, a Unidade Rio Verde; (iii) uma fábrica integrada de celulose, papel e tissue no Estado da Bahia, a Unidade Mucuri; (iv) uma fábrica integrada de celulose e tissue no Estado do Maranhão, a Unidade Imperatriz; e (v) quatro fábricas de produção de celulose de mercado localizadas nos estados do Mato Grosso do Sul (Unidade Três Lagoas), São Paulo (Unidade Jacareí), Espírito Santo (Unidade Aracruz) e Bahia (Unidade Veracel, que é uma *joint operation* com a Stora Enso).

A tabela a seguir identifica as fábricas de papel e celulose da Suzano S.A. e estabelece a capacidade nominal e os produtos produzidos em cada fábrica, em 31 de dezembro de 2018.

Unidade / Localização	**Principais produtos**	**Capacidade de produção** *(em milhares de toneladas por ano)*
Unidade Mucuri — Bahia	Celulose Integrada	200
	Celulose de Mercado	1,480
	Papel	250
	Lenço	60
Unidade Suzano — São Paulo	Celulose Integrada	450

7.9 - Outras Informações Relevantes

	Celulose de Mercado	70
	Pasta	100
	Paper[1]	550
Unidade Limeira – São Paulo	Celulose Integrada	290
	Celulose de Mercado	400
	Papel	400
Rio Verde — São Paulo	Celulose Integrada	—
	Celulose de Mercado	—
	Papel	50
Imperatriz unit	Celulose Integrada	60
	Celulose de Mercado	1,590
	Papel	—
	Lenço	60
Facepa	Celulose Integrada	—
	Celulose de Mercado	—
	Lenço	50

(1) Flexibilidade para produzir celulose em pasta ou papel de impressão e escrita.

Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2018, as instalações da Suzano S.A. produziram 3,5 milhões de toneladas de celulose total de mercado e aproximadamente 1,3 milhão de toneladas de papel. A tabela a seguir apresenta a produção total de papel e celulose da Suzano S.A. nos períodos indicados:

Produção	**2018**	**2017**	**2016**
	(em milhares de toneladas por ano)		
Celulose de Mercado.....	3,501	3,541	3,473
Papel.....	1,265	1,157	1,182
Prodeção Total.....	**4,767**	**4,698**	**4,655**

Fibria

Em 31 de dezembro de 2018, a Fibria possuía e operava as instalações de celulose mostradas na tabela abaixo.

Unidade / Localização	**Principais Produtos**	**Capacidade Anual de Produção**	**Produção de Celulose**		
		(em milhares de toneladas por ano)	*(em milhares de toneladas por ano) 31 de dezembro,*		
			2018	***2017***	***2016***
Aracruz / ES	Celulose Integrada	2,340	2,105	2,227	2,207
Três Lagoas / MS	Celulose Integrada	3,250	3,075	1,822	1,236
Jacareí / SP	Celulose Integrada	1,100	1,001	1,042	1,028
Veracel (1) / BA	Celulose Integrada	560	576	551	550
Total		**7,250**	**6,758**	**5,642**	**5,021**

(1) Representa 50% da capacidade de produção anual e produção da fábrica de celulose da Veracel

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

Não houve, nos últimos 3 exercícios sociais, aquisição ou alienação de ativos relevantes que não se enquadrem como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com as atividades operacionais

Não há contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia, referente às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social (a) Ativos imobilizados, inclusive aqueles objetos de aluguel ou arrendamento; (b) Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores; e (c) Participações em sociedades

Devido à natureza de suas operações, para o desenvolvimento de suas atividades, a Companhia não possui ativos imobilizados relevantes, patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de transferência de tecnologia e nome de domínio na rede mundial de computadores.

Sociedades em que a Companhia tem participação (em 31.12.2018):

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Denominação Social	Sede	Atividades Desenvolvidas	Participação	Tipo de Sociedade	Registro CVM	Valor Contábil da Participação (Em R$ mil)	Valor de Mercado de Participação (Em R$ mil)	Valorização / Desvalorização de acordo com o valor contábil %			Valorização / Desvalorização de acordo com o valor mercado %			Dividendos (Em R$ mil)			Razão para manutenção de tal participação
								2018	2017	2016	2018	2017	2016	2018	2017	2016	
Suzano S.A.	Av. Professor Magalhães Neto, 1752, 10º andar, salas 1010 e 1011, Pituba, Cep 41810-012, Salvador - BA	Fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros, operação de terminais portuários e participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento.	34%	Controlada	13986	4.037.141	13.998.674	3,46	18,41	18,71	103,75	31,62	(21,90)	70.666	184.416	92.349	Atividade principal da Companhia
Premesa S.A.	Av. Brigadeiro Faria Lima,1355, 21º, Pinheiros, CEP 01452-919, São Paulo - SP	Locação, incorporação e compra e venda de imóveis, e participação em outras sociedades.	99%	Controlada	-	7.277	-	(1,46)	(3,12)	(7,60)	-	-	-	-	-	-	Atividade principal da Companhia
Nemonorte Imóveis e Partic. Ltda	Av. Brigadeiro Faria Lima,1355, 10º andar (parte), Pinheiros CEP 01452-919, São Paulo - SP	Conservação e administração de imóveis, especialmente próprios e de seus sócios, excluídas as atividades reservadas pela lei nº 6.350 de 12/05/1978	83%	Controlada	-	(765)	-	(211,84)	(40,16)	(33,55)	-	-	-	-	-	-	Atividade principal da Companhia

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Devido à natureza de suas operações (holding com participação em outras sociedades), a Companhia não possui ativos imobilizados relevantes para o desenvolvimento das suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Devido à natureza de suas operações (holding com participação em outras sociedades), a Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia para o desenvolvimento das suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Conservação e administração de imóveis, especialmente próprios e de seus sócios, excluídas as atividades reservadas pela lei nº 6.350 de 12/05/1978.	83,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2018	-211,840000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	-765.000,00
31/12/2017	-40,160000	0,000000	0,00			
31/12/2016	-33,550000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Atividade principal da Companhia

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Locação, incorporação e compra e venda de imóveis, e participação em outras sociedades.	99,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2018	-1,460000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	7.277.000,00
31/12/2017	-3,120000	0,000000	0,00			
31/12/2016	-7,600000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Atividade principal da Companhia

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Suzano S.A	16.404.287/0001-55	1398-6	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose e fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros.	34,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado	31/12/2018	4.037.141.000,00
31/12/2018	3,460000	103,750000	70.666.000,00	**Valor contábil**	31/12/2018	13.998.674.000,00
31/12/2017	18,410000	31,620000	184.416.000,00			
31/12/2016	18,710000	-21,900000	92.349.000,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Atividade principal da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2018, 2017 e 2016 a Companhia registrou lucros de R$ 100,5 milhões, de R$ 584,3 milhões e prejuízo de R$ 542,2 milhões, respectivamente. A geração de caixa operacional consolidada, medida pelo EBITDA, foi de R$ 6.797,8 milhões, R$ 4.646,2 milhões e R$ 3.899,6 milhões, nos respectivos períodos, demonstrando a consistência dos resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item "10.1.b" abaixo.

b. Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, era de R$ 4.067,7 milhões, representando um acréscimo de 3,23%, ou R$ 127,5 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2017, e de 17,316%, ou R$ 600,2 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2016. A variação é justificada pelos lucros e prejuízos registrados nos últimos 3 anos, decorrentes do resultado da equivalência patrimonial de sua principal controlada.

Em 2017 o endividamento da Companhia era representado por financiamento contraído junto ao BNDESPAR, no montante de R$ 357 mil (R$ 959 mil em 2016). Referido endividamento foi pago em 2018. Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações e não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da administração da Companhia de propor a realização de tal evento.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia através de suas receitas de dividendos, e de remuneração de avais e fianças concedidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas controladas, além de aportes de acionistas, e resultado de aplicações financeiras.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui geração de caixa consistente pelo recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio, receita pela concessão de avais e fianças, e eventuais aportes de capital, com o intuito de cobertura de eventuais deficiências de liquidez. As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2018 pela Companhia para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens "10.1.d." e "10.1. f.".

f. Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

Atualmente a Companhia não possui dívida. A Companhia tinha celebrado contrato de empréstimo junto ao BNDESPAR, no valor de R$ 0,4 milhão em 31 de dezembro de 2017, R$ 1,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 com taxa média de juros de TJLP + 4,5% ao ano e vencimento da última parcela em julho de 2018. A última parcela foi quitada conforme previsto no contrato.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 29 de abril de 2019, foi aprovada em Assembleia Ordinária e Extraordinária da Companhia a proposta da Diretoria relativa à distribuição de dividendos à conta do saldo de reservas de lucros no valor de R$ 113,9 milhões.

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela Companhia, em conjunto com os demais acionistas controladores da Suzano S.A. (em conjunto, os "Acionistas Controladores da Suzano S.A."), e pelos acionistas controladores da Fibria Celulose S.A. ("Fibria" e, em conjunto com a Suzano S.A., as "Companhias"), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("BNDESPAR") (em conjunto, os "Acionistas Controladores da Fibria"), com interveniência e anuência da Suzano S.A., o

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Suzano S.A. e os Acionistas Controladores da Fibria acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Suzano S.A. e da Fibria, mediante a realização de uma reorganização societária ("Operação").

A Operação visou, dentre outros aspectos divulgados aos acionistas da Suzano S.A. e ao mercado em geral, na titularidade, pela Suzano S.A., da totalidade das ações de emissão da Fibria. Dessa forma, os Acionistas Fibria receberam para cada ação ordinária da Fibria (incluindo cada ação ordinária representada por American Depositary Receipts ou ADR da Fibria) 0,4613 ação ordinária de emissão da Suzano S.A. e R$ 50,20.

Como efeito da consumação da Operação, os ADRs de emissão da Fibria deixaram de ser negociados na B3 e na Bolsa de Valores de Nova Iorque, respectivamente.

Em 14 de janeiro de 2019, a Operação foi consumada, nos termos do Protocolo e Justificação, de maneira que a Fibria se tornou uma subsidiária integral da Suzano S.A.

Com a emissão de novas ações da Suzano S.A. em favor dos então acionistas da Fibria Celulose S.A., houve diluição da participação da Companhia na Suzano S.A., fazendo com que ela caísse para menos de 50% do capital social total, mesmo considerando o Acordo de Voto. Essa situação requereu que a administração avaliasse se o controle foi mantido, uma vez que a Companhia deixou de ser a acionista majoritária.

A administração avaliou os fatos e circunstâncias mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e conclui, apoiada em opiniões de assessores externos, pela existência do de facto controle, a Companhia tem a habilidade prática de controlar a Suzano S.A. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da Suzano S.A., mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria Celulose S.A.

Em 10 de novembro de 2017, foi concluído o processo de migração da Suzano S.A., controlada da Companhia, do segmento de listagem Nível 1 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para o segmento de listagem do Novo Mercado com a operacionalização da conversão de cada ação preferencial classe A ou B de emissão da Suzano S.A. em uma ação ordinária e início dos negócios das ações de emissão da Suzano S.A. no segmento de listagem do Novo Mercado.

Em 31 de agosto de 2016 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta da Cisão parcial da IPLF Holding S.A. e versão da parcela cindida para Companhia, com consequente aumento do capital social da Companhia em R$ 22,3 milhões, passando de R$1.953,4 milhões para R$1.975,7 milhões, com emissão de 4.228.800 novas ações

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 50 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, as quais foram atribuídas e entregues aos atuais acionistas da IPLF Holding S.A., na proporção da participação destes acionistas no capital social da IPLF Holding S.A.

Em 2016 foram distribuídos dividendos, no montante de R$ 244,9 milhões, debitados do saldo da conta de reserva de lucros.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a. Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 100,5 milhões, em comparação ao lucro de R$ 584,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, e um lucro de R$ 542,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. O principal fator que contribuiu para os lucros de 2018, 2017 e 2016 foi o resultado da equivalência patrimonial, apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano S.A., decorrente dos lucros dessa controlada.

(em milhares de reais)	Exercicios findos em 31 de dezembro		
	2018	**2017**	**2016**
Equivalência patrimonial	107.409	605.985	537.769
Despesas operacionais, líquidas	(13.883)	(11.470)	(5.697)
Resultado financeiro líquido (1)	3.431	4.892	12.391
Imposto de renda e contribuição social	3.528	(15.131)	(2.272)
Lucro líquido do exercício	100.485	584.276	542.191
Abertura da equivalência patrimonial por controlada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	108.967	606.682	538.973
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	(1.558)	(697)	(1.204)
	107.409	605.985	537.769

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 31 de agosto de 2016, a Companhia absorveu parcela cindida da IPLF Holding, consistente em 10 milhões de ações ordinárias de emissão da Suzano S.A., no montante de aproximadamente R$ 91,6 milhões.

c. Eventos ou operações não usuais

Em 10 de novembro de 2017, foi concluído o processo de migração da Suzano S.A., controlada da Companhia, do segmento de listagem Nível 1 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para o segmento de listagem do Novo Mercado com a operacionalização da conversão de cada ação preferencial classe A ou B de emissão da Suzano S.A. em uma ação ordinária e início dos negócios das ações de emissão da Suzano S.A. no segmento de listagem do Novo Mercado.

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela Companhia, em conjunto com os demais acionistas controladores da Suzano S.A. (em conjunto, os "Acionistas Controladores da Suzano S.A."), e pelos acionistas controladores da Fibria Celulose S.A. ("Fibria" e, em conjunto com a Suzano S.A., as "Companhias"), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("BNDESPAR") (em conjunto, os "Acionistas Controladores da Fibria"), com interveniência e anuência da Suzano S.A., o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Suzano S.A. e os Acionistas Controladores da Fibria acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Suzano S.A. e da Fibria, mediante a realização de uma reorganização societária ("Operação").

A Operação visou, dentre outros aspectos divulgados aos acionistas da Suzano S.A. e ao mercado em geral, na titularidade, pela Suzano S.A., da totalidade das ações de emissão da Fibria. Dessa forma, os Acionistas Fibria receberam para cada ação ordinária da Fibria (incluindo cada ação ordinária representada por American Depositary Receipts ou ADR da Fibria) 0,4613 ação ordinária de emissão da Suzano S.A. e R$ 50,20.

Como efeito da consumação da Operação, os ADRs de emissão da Fibria deixaram de ser negociados na B3 e na Bolsa de Valores de Nova Iorque, respectivamente.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Em 14 de janeiro de 2019, a Operação foi consumada, nos termos do Protocolo e Justificação, de maneira que a Fibria se tornou uma subsidiária integral da Suzano S.A.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Foram emitidas e aprovadas novas normas contábeis pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não as adotou de forma antecipada para a preparação destas demonstrações financeiras. A Administração está em processo de avaliação e mensuração dos reflexos na adoção das referidas normas, quando de sua vigência.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros)

a. Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, risco provável de desembolso futuro, e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras. Todas as suas participações societárias, direitos e obrigações de qualquer natureza estão registrados nas Demonstrações Financeiras em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b. Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos

a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1. Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Acompanhamento das Projeções

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1. Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno

a. Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Não dispomos de comitês.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nossos diretores.

Nosso Estatuto Social estabeleceu um número mínimo de 5 (cinco) e máximo de 9 (nove) membros, dos quais um será o Presidente e outro o Vice-Presidente, residentes ou não no país. Os conselheiros são eleitos em assembleia geral para um mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

A Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, permitem a adoção do processo de voto múltiplo, que significa dar a cada ação o número de votos igual ao número de membros do Conselho de Administração, mediante requerimento de acionistas que representem, no mínimo, os seguintes percentuais de nosso capital social votante, de acordo com o valor do nosso capital social vigente no último dia do mês anterior à data de convocação para a nossa assembleia geral que tiver por ordem do dia a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia:

Intervalo do Capital Social (R$)	Percentual Mínimo do Capital Votante para Solicitação de Voto Múltiplo (%)
0 a 10.000.000	10
10.000.001 a 25.000.000	9
25.000.001 a 50.000.000	8
50.000.001 a 75.000.000	7
75.000.001 a 100.000.000	6
Acima de 100.000.001	5

A Lei das Sociedades por Ações permite que (i) a maioria dos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias que, individualmente ou em grupo, detenham pelo menos 15% (quinze por cento) do capital social votante; e (ii) maioria dos acionistas detentores de ações preferenciais que, individualmente ou em grupo, detenham pelo menos 10% (dez

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

por cento) do capital social total, indiquem, cada um, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração em nossa assembleia geral. Caso os detentores de ações preferenciais e acionistas minoritários com direito a voto não detenham um número mínimo de ações para eleger um membro do Conselho de Administração, a maioria desses acionistas poderá eleger um membro do nosso Conselho de Administração, caso eles detenham, juntos, pelo menos 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Nosso Conselho de Administração reúne-se sempre que necessário, mediante a convocação do seu Presidente, do seu Vice-Presidente ou do Diretor Presidente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias e a indicação da ordem do dia, admitida a convocação por correio eletrônico. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, sendo que qualquer deliberação deverá ser tomada mediante voto favorável da maioria dos membros presentes à reunião, entre os quais necessariamente o Presidente ou o Vice-Presidente, cabendo ao Presidente o voto de qualidade. Será dispensada esta formalidade quando da reunião participarem 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração, entre os quais o seu Presidente ou o seu Vice-Presidente, e as deliberações, neste caso, forem tomadas por unanimidade de votos.

O nosso Estatuto Social permite a participação em reuniões do Conselho de Administração por telefone, videoconferência ou outro meio de comunicação, hipótese em que o conselheiro deverá entregar na sede social ou enviar por fax no prazo de até 3 (três) dias seguintes à reunião, documentos por ele subscritos confirmando a sua participação e o teor de seus votos, dispensando-se tal providência quando da assinatura por ele da ata da respectiva reunião (da qual deverá constar a sua forma de participação). Igualmente, nos termos de nosso Estatuto Social, são admitidos os votos proferidos por carta, fax, telegrama ou correio eletrônico, quando recebidos, pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto, até o momento da reunião e a designação, por qualquer dos conselheiros, de qualquer de seus pares para representá-lo na reunião, com a faculdade de indicar ou não o teor de seu voto.

O nosso Conselho de Administração é formado por 5 (cinco) membros, eleitos na assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 29 de abril de 2019, com mandato até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação dos negócios sociais, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe especialmente: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) eleger e destituir os Diretores; (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (d) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (e) escolher e destituir os auditores independentes, ressalvado o direito de veto previsto em lei; (f) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; (g) deliberar sobre a emissão de valores mobiliários, inclusive notas promissórias, para distribuição pública ou privada, no país e/ ou no exterior, de acordo com a respectiva legislação; (h) deliberar sobre a concessão, ou não, do direito de preferência aos antigos acionistas, ou mesmo reduzir o prazo desse direito, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações, e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita por uma das modalidades previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações; (i) deliberar sobre os recursos que, eventualmente, sejam interpostos na forma prevista no parágrafo primeiro do artigo 24 do Estatuto Social; e (j) designar o Diretor de Relações com Investidores. O Conselho de Administração não possui regimento interno.

Diretoria

Além dos poderes necessários à realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria está investida de poderes para (a) contratar empréstimos junto a instituições financeiras, oficiais ou privadas, podendo, para tanto, constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; (b) adquirir, onerar e alienar bens imóveis e participações em sociedades ou empreendimentos das quais a Companhia seja ou venha a ser sócia ou acionista; (c) prestar fianças e/ ou avais em favor de outras empresas ou empreendimentos dos quais a Companhia seja ou venha a ser sócia ou acionista, direta ou indiretamente, até o limite da proporção de sua participação no capital social respectivo; (d) transigir, renunciar, desistir e firmar compromissos; e (e) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em atos e operações que constituam obrigações para ela ou exonerem terceiros de obrigações para com ela, respeitadas as condições estabelecidas no artigo 26 do Estatuto Social. A Diretoria não possui regimento interno.

b. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Nossa Diretoria é composta por 1 (um) diretor presidente (“Diretor Presidente”) e até 5 (cinco) diretores vice-presidentes executivos (“Diretores Vice-Presidentes Executivos”), acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos, notadamente a função de Diretor de Relações com Investidores (“Diretores”). O mandato dos Diretores é de 1 (um) ano, admitida a reeleição. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

até a eleição e posse de seus sucessores. Todos os membros de nossa Diretoria possuem endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919. O nosso Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Orlando de Souza Dias, sendo seu telefone (11) 3503-9320 e fax (11) 3503-9076, e seu e-mail odias@suzano.com.br.

Nossa Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo nosso Estatuto Social atribuída competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

A Diretoria reúne-se sempre que assim exigirem os negócios sociais, mediante convocação do Diretor Presidente, ou por dois Diretores Vice-Presidentes, com antecedência mínima de 2 (dois) dias. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que tratarem de matéria urgente e que contarem com a presença da maioria de seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente.

As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. Se o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente que o estiver substituindo for vencido em qualquer deliberação, a Diretoria terá a faculdade de recorrer ao Conselho de Administração, hipótese em que ficará sustada a deliberação recorrida até o pronunciamento do Conselho de Administração. O nosso Estatuto Social autoriza sejam proferidos os votos por carta, fax, telegrama ou correio eletrônico, desde que recebidos pelo Diretor Presidente ou seu substituto, até o momento da reunião e a designação, por qualquer dos conselheiros, de qualquer de seus pares para representá-lo na reunião.

As responsabilidades e atribuições individuais de nossos Diretores são definidas pelo nosso Conselho de Administração e Estatuto Social, conforme segue:

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (a) sem prejuízo do disposto no artigo 26 do Estatuto Social, representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, podendo neste caso constituir procurador especial ou preposto; (b) presidir as reuniões da Diretoria; e (c) dirigir todas as atividades sociais com o apoio dos Diretores Vice-Presidentes.

Compete aos Diretores Vice-Presidentes Executivos, dentre outras atribuições que lhes sejam estabelecidas: (a) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos; (b) sem prejuízo do disposto no artigo 26 do Estatuto Social, representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; (c)

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

identificar, planejar e estabelecer novas áreas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (d) definir as estratégias relacionadas aos negócios da Companhia.

Compete aos Diretores Vice-Presidentes Corporativos, dentre outras atribuições que lhes sejam estabelecidas: (a) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos; (b) identificar, planejar e estabelecer novas áreas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (c) definir as estratégias relacionadas aos negócios da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe sejam estabelecidas: (a) representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (b) planejar, coordenar e orientar a comunicação e o relacionamento entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (c) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (d) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei; (e) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (f) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e (g) zelar pelo cumprimento das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários.

A tabela a seguir apresenta os nomes, cargos e mandatos dos atuais membros da Diretoria:

Diretores	Cargo	Eleição	Término do mandato
David Feffer	Diretor Presidente	15.05.2019	Até a RCA subsequente à AGO de 2020
Claudio Thomaz Lobo Sonder	Diretor Vice-Presidente Executivo	15.05.2019	Até a RCA subsequente à AGO de 2020
Orlando de Souza Dias	Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores	15.05.2019	Até a RCA subsequente à AGO de 2020

c. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Não aplicável.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

d. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros

A Companhia não possui comitês estatutários e o Conselho de Administração não possui um processo formal de avaliação de desempenho de seus membros. No entanto, anualmente, quando é feita a indicação de candidatos para compor o Conselho de Administração, é levado em consideração o desempenho e assiduidade dos membros durante o mandato anterior.

O processo de avaliação da Diretoria Executiva é feito pelo Diretor Presidente com base no atingimento de metas de desempenho financeiro e não financeiro e seu resultado é levado em consideração para a permanência, promoção ou desligamento dos executivos nos respectivos cargos.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as nossas assembleias gerais são convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da assembleia geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência. Todavia, a CVM poderá requerer, em determinados casos, mediante pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, que a primeira convocação para nossa assembleia geral seja feita em até 30 (trinta) dias antes de sua realização. Será dispensada esta formalidade quando da assembleia participarem a totalidade dos acionistas da Companhia.

b. Competências

Conforme previsto em lei e no Estatuto Social, compete, exclusivamente, à assembleia geral:

- reformar o Estatuto Social;
- eleger ou destituir a qualquer tempo membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir as obrigações impostas por lei ou pelo Estatuto Social;
- deliberar sobre a avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição;
- fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- autorizar a emissão de debêntures; e
- aprovar previamente planos de outorga de opção de compra de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 21º andar, Pinheiros, São Paulo/ SP, CEP 01452-919 e na página da CVM na rede mundial de computadores, a saber: www.cvm.gov.br.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não possui um procedimento específico para identificar conflitos de interesses. A Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral que puder beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Desde que o representante esteja validamente constituído, a Companhia não estabelece qualquer formalidade para a aceitação de procuração. Dessa forma, há a dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização, tradução juramentada e outras formalidades. A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Tendo em vista que a Companhia não possui ações em circulação, a Companhia ainda não disponibilizou sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância

Tendo em vista que a Companhia não possui ações em circulação, a Companhia ainda não disponibilizou sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Tendo em vista que a Companhia não possui ações em circulação, a Companhia ainda não disponibilizou sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores, destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Tendo em vista que a Companhia não possui ações em circulação, a Companhia ainda não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores, destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações necessárias a serem divulgadas uma vez que a Companhia ainda não disponibilizou sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3. Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, residentes ou não no país, eleitos pela assembleia geral para um mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. A assembleia geral indicará, entre os eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No último exercício social foram realizadas 5 (cinco) reuniões.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

No Acordo de Acionistas da Companhia, não há disposições que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Lei das Sociedades por Ações não permite que seja eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia.

O art. 156 da Lei das Sociedades por Ações estabelece que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. A Companhia não possui regra de identificação e administração de conflitos de interesse.

d. Se a Companhia possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração, formalmente aprovada, informando em caso positivo: (i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; (ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4. Cláusula compromissória do estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem, se aplicável

Não há cláusula compromissória para resolução de conflitos no Estatuto da Companhia.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
ORLANDO DE SOUZA DIAS	27/01/1946	Pertence apenas à Diretoria	15/05/2019	Até a RCA subsequente à AGO de 2020	12
046.293.378-49	Contador	19 - Outros Diretores	15/05/2019	Sim	0.00%
Diretor de Relações com Investidores		Diretor Vice-Presidente Executivo			
David Feffer	13/11/1956	Pertence apenas à Diretoria	15/05/2019	Até a RCA subsequente a AGO de 2020	21
882.739.628-49	Empresário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	15/05/2019	Sim	0.00%
Antonio de Souza Corrêa Meyer	13/08/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	Até a AGO de 2020	7
215.425.978-20	Advogado	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	15/05/2019	Sim	100.00%
Ricardo Madrona Saes	26/10/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	Até à AGO de 2020	3
091.952.288-29	advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/05/2019	Não	100.00%
Marcos Sampaio de Almeida Prado	23/02/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	Até a AGO de 2020	7
095.833.608-30	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/05/2019	Sim	100.00%
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos	06/07/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	Até a AGO de 2020	1
269.050.007-87	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/05/2019	Sim	100.00%
Claudio Thomaz Lobo Sonder	25/04/1942	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2019	Até a AGO de 2020	7
066.934.078-20	Engenheiro	39 - Outros Conselheiros / Diretores	15/05/2019	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Diretor Vice-Presidente Executivo - Data de eleição e da posse: 15.05.2019; Prazo do mandato: Até a RCA subsequente à AGO de 2020.		Presidente do Conselho de Administração			

Experiência profissional / Critérios de Independência

ORLANDO DE SOUZA DIAS - 046.293.378-49

Orlando de Souza Dias cursou economia na Universidade de São Paulo e graduou-se contador pela Universidade São Judas Tadeu. Iniciou suas atividades nas sociedades do grupo Suzano em 1972, tendo exercido os cargos de Chefe de Controladoria, Gerente de Controladoria Geral, Diretor Adjunto e Diretor de Planejamento Tributário, Auditoria e Controladoria. Atualmente ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2008, é Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores da Companhia, companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável (i) pela gestão e avaliação das áreas de auditoria e controladoria da Companhia e de suas controladas; e (ii) pela representação da Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições do mercado de capitais; (b) desde 2008, é Diretor e Diretor de Relações com Investidores da Polpar S.A., companhia aberta cuja atividade principal é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela representação da companhia perante os órgãos de controle e demais instituições do mercado de capitais; (c) desde abril de 2013, é Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia fechada cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; e (d) desde abril de 2015, é Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários. Orlando de Souza Dias atualmente também é (i) membro do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF (Rio de Janeiro) e (ii) Diretor da Fundação Arymax, associação cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais.

Orlando de Souza Dias declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

David Feffer - 882.739.628-49

David Feffer estudou Administração de Empresas no Brasil e possui cursos de especialização na Harvard Business School (EUA), na Columbia University (EUA), no IMD (Suíça), no The Aspen Institute (EUA), no Singularity University (EUA) e na Stanford University (EUA). Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2003, é Diretor Presidente da Companhia, companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela coordenação dos Diretores e planejamento estratégico geral da Companhia; (b) desde 2003, é Presidente do Conselho de Administração da Suzano S.A., companhia aberta controlada da Companhia cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (c) desde 2019 é Coordenador dos Comitês de Gestão e Finanças e do de Sustentabilidade e membro dos Comitês de Estratégia e Inovação e do de Pessoas da Suzano S.A.; (d) de 2001 a abril de 2015, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração e desde abril de 2015, é Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A.; e desde 2001, é Diretor Presidente da Polpar S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela orientação geral dos negócios sociais, coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico da companhia; (e) desde 2004, é Diretor Presidente da IPLF Holding S.A., companhia fechada cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico geral da companhia; e (f) de 2001 a abril 2015, foi Diretor Vice-Presidente e desde abril de 2015, é Diretor Presidente da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia. Também é membro de várias instituições sociais e culturais, dentre as quais se destacam as seguintes atuações: Presidente do Conselho Diretor da Escola ALEF-Peretz; Membro do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein; Vice-Presidente do Conselho Diretor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável; e Membro do Comitê de Nomeação da Fundação Arymax.

David Feffer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antonio de Souza Corrêa Meyer - 215.425.978-20

Antonio de Souza Corrêa Meyer é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo. É sócio fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, onde trabalha até hoje. Atualmente é (i) desde 2018 é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A. (sendo membro dos referidos Conselhos desde 2013); (ii) desde 2004 é membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Remuneração da Suzano S.A.; (iii) conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP; (iv) membro da Diretoria Executiva do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; (v) membro do Conselho de Administração da ICC Brasil International Chamber of Commerce e do respectivo comitê de Arbitragem; (vi) membro dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (CONJUR) da FIESP e da Câmara de Mediação e Arbitragem da CIESP - FIESP e Conselheiro do Instituto de Oncologia de São Paulo, Hospital Otavio Frias de Oliveira, e também dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo. É também membro do Comitê de Aquisições e Fusões (CAF) da B3. Foi Diretor e Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP); Conselheiro Legal e Presidente do Comitê Legislativo da American Chamber of Commerce for Brazil (entre 1987 e 1989); Diretor da Câmara Americana do Brasil e membro do Comitê Legislativo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Presidente do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (2006/2008). Exerceu as funções públicas de Secretário da Justiça e de Secretário da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo. Condecorado com o Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É membro da International Bar Association; da Ordem dos Advogados do Brasil e Instituto dos Advogados de São Paulo.

Antonio de Souza Corrêa Meyer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Madrona Saes - 091.952.288-29

Ricardo Madrona Saes é graduado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1994), pós-graduado em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica (1996) e mestre profissional em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2015). Ricardo Madrona Saes atua em operações de fusões e aquisições, direito societário, contratos, planejamento sucessório e arbitragem. Ele integra a lista de árbitros das Câmaras da Fundação Getúlio Vargas, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e da Câmara da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. É professor na matéria de Fusões e Aquisições no curso de pós-graduação e no Global Law Program da GVLaw, ambos da Fundação Getulio Vargas. Foi professor do MBA da Fipecafi/IBRI na matéria de legislação societária e mercado de capitais entre 2001 e 2011. Também é sócio-fundador do escritório Madrona Advogados, na área de societário/fusões e aquisições. Faz parte das seguintes associações: Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital, Instituto Brasileiro de Relações com Investidores e ABRASCA. Ainda, foi citado em publicações como Global Chambers, Análise 500, Legal 500 e IFRL, em vista do desempenho das atividades jurídicas. Desde abril de 2017, é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A.

Ricardo Madrona Saes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcos Sampaio de Almeida Prado - 095.833.608-30

Marcos Sampaio de Almeida Prado é graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atua há 40 anos na prestação de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em companhias abertas. Nos primeiros vinte anos, atuou pela Arthur Andersen, sendo dez anos como sócio-diretor e os últimos vinte anos pela Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial. Desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é membro do Conselho Fiscal da JSL S.A.

Marcos Sampaio de Almeida Prado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87

Murilo César Lemos dos Santos Passos é graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1971). Iniciou sua carreira profissional exercendo cargos no Ministério da Indústria e Comércio, no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) de assessor de Ministro, Secretário Executivo da Comissão Executiva para Suzano S.A., coordenador de grupos setoriais do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), no período de 1971 a 1977. Atuou também na Companhia Vale do Rio Doce como Diretor da Área de Madeira, Celulose e Meio Ambiente, e exerceu cargos de superintendente (Madeira e Celulose), gerente de Departamento de Estudos e Projetos, gerente de assessoria (Vice-Presidência e Diretoria), no período de 1977 a 1989, e, posteriormente, como Diretor da Área de Produtos Florestais, Meio Ambiente e Metalurgia, no período de 1990 a 1993. Neste período em que exerceu a função de Diretor da Companhia Vale do Rio Doce, foi membro do Conselho de Administração das empresas: Florestas Rio Doce S.A.; Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A.; Aluvale – Vale do Rio Doce Alumínio S.A.; Itabira Internacional Co. Ltda; Bahia Sul Celulose S.A.; Mineração Rio do Norte S.A.; Rio Capim Química S.A.; Usiminas S.A. e da Companhia Siderúrgica de Tubarão; bem como membro do Conselho Consultivo das Empresas: Celulose Nipo-Brasileira S.A. – Cenibra e Cenibra Florestal S.A.; Albrás – Alumínio Brasileiro S.A.; Companhia Docas do Espírito Santo S.A. – Codesa e Rio Doce Geologia S.A. – Dcegeo e Portocel – Terminal de Exportação de Porto do Riacho S.A. Na Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra Florestas do Rio Doce S.A. exerceu, a função de Diretor-Presidente, durante o período de 1989 a 1990. Foi Diretor Superintendente da Bahia Sul Celulose S.A. no período de 1993 a 2001 e posteriormente da Suzano S.A. até 2006. Ocupou de 2010 a 2017 a Presidência do Conselho de Administração da CPFL Energia e foi membro do Conselho de Administração da CCR em 2016, sendo Presidente em 2017. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Tegma Gestão e Logística S.A., membro do Conselho de Administração da Odontoprev S.A., membro do Conselho de Administração da São Martinho S.A. e membro do Conselho de Administração da Companhia.

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Claudio Thomaz Lobo Sonder - 066.934.078-20

Claudio Thomaz Lobo Sonder é graduado em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou extensão universitária em Munique, na Alemanha, e em Boston, nos Estados Unidos. Claudio Thomaz Lobo Sonder tem 40 anos de experiência profissional em empresas dos setores químico e farmacêutico, tendo participado do Conselho de Administração de empresas como Lojas Renner S.A., RBS Participações S.A., Cyrela Brazil Realty SA Empreendimentos e Participações, dentre outras. Entre 1983 e 1993, foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2010 é Diretor Vice-Presidente Executivo, de abril de 2013 a outubro de 2018 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração e desde outubro de 2018 é Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (b) de 2002 a 2013 foi membro do Conselho de Administração e desde 2013 é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano S.A., nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (c) de abril de 2013 a 2018 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração, desde outubro de 2018 é Presidente do Conselho de Administração e desde 2013 é Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) de 2010 a maio de 2015 foi Diretor e desde abril de 2015 é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (e) desde 2011, é Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; (f) desde 2010, é membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; (g) de 2010 a março de 2018, foi membro do Conselho de Administração e desde março de 2018 é Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (h) desde abril de 2015, é Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (i) desde 2011, é membro do Conselho Curador, de 2013 a 2018 foi membro da Diretoria Executiva e desde março de 2018 é o Diretor Presidente da Fundação Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais.

Claudio Thomaz Lobo Sonder declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

ORLANDO DE SOUZA DIAS - 046.293.378-49

David Feffer - 882.739.628-49

Antonio de Souza Corrêa Meyer - 215.425.978-20

Ricardo Madrona Saes - 091.952.288-29

Marcos Sampaio de Almeida Prado - 095.833.608-30

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87

Claudio Thomaz Lobo Sonder - 066.934.078-20

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não tem comitês.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração, coordenador dos Comitês de Gestão e Finanças e de Sustentabilidade, membro dos Comitês de Estratégia e Inovação e de Pessoas				
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração, coordenador dos Comitês de Gestão e Finanças e de Sustentabilidade, membro dos Comitês de Estratégia e Inovação e de Pessoas				
Pessoa relacionada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração, coordenador dos Comitês de Gestão e Finanças e de Sustentabilidade, membro dos Comitês de Estratégia e Inovação e de Pessoas				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pessoa relacionada				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade				
Pessoa relacionada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade				
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade				
Pessoa relacionada				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
Observação				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

Claudio Thomaz Lobo Sonder | 066.934.078-20 | Subordinação | Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo

Pessoa Relacionada

Suzano S.A | 16.404.287/0001-55

Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro dos Comitês de Gestão e Finanças e de Pessoas e coordenador da Comissão de Remuneração

Observação

Administrador do Emissor

Claudio Thomaz Lobo Sonder | 066.934.078-20 | Subordinação | Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo

Pessoa Relacionada

Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. | 47.892.435/0001-51

Diretor Executivo

Observação

Administrador do Emissor

Claudio Thomaz Lobo Sonder | 066.934.078-20 | Subordinação | Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo

Pessoa Relacionada

Premesa S.A. | 61.142.469/0001-50

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Antonio de Souza Corrêa Meyer	215.425.978-20	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Suzano S.A	16.404.287/0001-55		
Membro do Conselho de Administração e membro da Comissão de Remuneração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Antonio de Souza Corrêa Meyer	215.425.978-20	Prestação de serviço	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Suzano S.A	16.404.287/0001-55		
Membro do Conselho de Administração e membro da Comissão de Remuneração			
Observação			
A pretação de serviços se dá por meio do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, do qual o conselheiro é sócio.			

Administrador do Emissor			
David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Suzano S.A	16.404.287/0001-55		
Presidente do Conselho de Administração, coordenador dos Comitês de Gestão e Finanças e de Sustentabilidade, membro dos Comitês de Estratégia e Inovação e de Pessoas			
Observação			

Administrador do Emissor			
David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
ORLANDO DE SOUZA DIAS	046.293.378-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Executivo e Direitor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
ORLANDO DE SOUZA DIAS	046.293.378-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Executivo e Direitor de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51		
Diretor Executivo			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcos Sampaio de Almeida Prado	095.833.608-30	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Suzano S.A	16.404.287/0001-55		
A prestação de serviço se dá por meio da empresa Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial, da qual o conselheiro é sócio			
Observação			
Administrador do Emissor			
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos	269.050.007-87	Subordinação	Controlada Direta
Membro do do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Suzano S.A	16.404.287/0001-55		
Membro do Comitê de Gestão e Finanças			
Observação			
Administrador do Emissor			
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos	269.050.007-87	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro do do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Suzano S.A	16.404.287/0001-55		
A prestação de serviço se dá por meio da empresa MP Passos Treinamento em Desenvolvimento Profissional e em Administração de Negócios Ltda., da qual o conselheiro é sócio			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor

Claudio Thomaz Lobo Sonder | 066.934.078-20 | Subordinação | Controlada Direta

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo

Pessoa Relacionada

Suzano S.A | 16.404.287/0001-55

Vice-Presidente do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Gestão e Auditoria

Observação

Administrador do Emissor

Antonio de Souza Corrêa Meyer | 215.425.978-20 | Subordinação | Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Suzano S.A | 16.404.287/0001-55

Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Antonio de Souza Corrêa Meyer | 215.425.978-20 | Prestação de serviço | Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Suzano S.A | 16.404.287/0001-55

Membro do Conselho de Administração

Observação

A prestação de serviço se dá por meio do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, do qual o conselheiro é sócio

---

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50		
Diretor Presidente			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
Administrador do Emissor			
David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51		
Diretor Presidente			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
Administrador do Emissor			
Claudio Thomaz Lobo Sonder	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo			
Pessoa Relacionada			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51		
Diretor Executivo			
Observação			
Administrador do Emissor			
Claudio Thomaz Lobo Sonder	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
ORLANDO DE SOUZA DIAS	046.293.378-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
ORLANDO DE SOUZA DIAS	046.293.378-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51		
Diretor Executivo			
Observação			
Administrador do Emissor			
David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Suzano S.A	16.404.287/0001-55		
Presidente do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Gestão e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do Emissor

Claudio Thomaz Lobo Sonder	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo			

Pessoa Relacionada

Suzano S.A	16.404.287/0001-55		
Vice-Presidente do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Gestão e Auditoria			

Observação

Administrador do Emissor

David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Suzano S.A	16.404.287/0001-55		
Presidente do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Gestão e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia			

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

Antonio de Souza Corrêa Meyer	215.425.978-20	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Suzano S.A	16.404.287/0001-55		
Membro do Conselho de Administração			

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Antonio de Souza Corrêa Meyer	215.425.978-20	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Suzano S.A	16.404.287/0001-55		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
A prestação de serviço se dá por meio do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, do qual o conselheiro é sócio.			
Administrador do Emissor			
David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50		
Diretor Presidente			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
Administrador do Emissor			
David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51		
Diretor Presidente			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Claudio Thomaz Lobo Sonder	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo			
Pessoa Relacionada			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51		
Diretor Executivo			
Observação			
Administrador do Emissor			
Claudio Thomaz Lobo Sonder	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo			
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
ORLANDO DE SOUZA DIAS	046.293.378-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
ORLANDO DE SOUZA DIAS	046.293.378-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51		
Diretor Executivo			
Observação			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia está coberta pelo seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e ou Administradores (D&O), o qual visa garantir aos administradores da Companhia e companhias a ela ligadas o pagamento ou o reembolso de despesas decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em razão do exercício de suas funções. A apólice atualmente vigente foi contratada junto à ACE Seguradora S.A., tem validade até 11 de agosto de 2019 e limite de cobertura de R$ 50.000.000.00. O valor do prêmio pago pela Companhia e controladas com o seguro de D&O em 2018 foi de R$ 141.582,52.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa política de remuneração, que não foi formalmente aprovada, tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com nossos princípios e valores e com os objetivos dos acionistas.

Para tanto, pautamos nossa política pelo acompanhamento do ambiente externo e comparamos anualmente nossa grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atuamos, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que praticamos.

Nossa estratégia de remuneração indica que queremos nos posicionar acima mediana de nosso mercado de referência na remuneração total para que, com isto, possamos atingir nossos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível que ajudarão a Companhia a entregar e superar os resultados planejados.

Praticamos também, com relação à remuneração variável, a participação nos lucros e resultados alicerçada por metas que estejam alinhadas à estratégia da Companhia e que sejam adequadas para cada parcela dos nossos colaboradores.

Para alguns colaboradores que tenham responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, oferecemos até o ano de 2017 a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Suzano S.A, do tipo phantom shares. A partir do ano de 2018 o programa de incentivo de longo prazo passou a se basear na concessão de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial.

Os programas têm por objetivo estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, a partir da criação de incentivos que visem um maior alinhamento de nossos executivos, administradores e colaboradores, com os objetivos da Companhia.

b. Composição da remuneração, indicando

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um destes elementos

Conselho de Administração: Os membros do Conselho de Administração recebem somente a remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter Conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia. Nenhum conselheiro participa do programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia, do tipo *phantom shares*.

Diretoria: Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável. Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia.

Até o ano de 2017 houve a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo que, por meio de mecanismo de *phantom shares*, recompensa os executivos pelo atingimento de metas que dão sustentação aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia. A partir do ano de 2018 o programa de incentivo de longo prazo passou a se basear na concessão de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial.

Ambas parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia. Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas, conforme padrões de mercado por meio de pesquisas conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema.

Conselho Fiscal: Quando instalado, os membros do Conselho Fiscal recebem, cada membro, remuneração fixa, superior a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída à diretoria da Companhia, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros atribuídos aos diretores, na forma do §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

Comitês: Não há Comitês na Companhia.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração: Nos últimos três anos 100% da remuneração total do Conselho de Administração foi paga no modelo de remuneração fixa.

Diretoria: A tabela abaixo indica o percentual da parcela da remuneração fixa (salários

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

/ pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego), da variável de curto prazo (bônus e participação nos resultados) e a remuneração variável de longo prazo (baseada em ações):

Ano	Remuneração Fixa (1)	Remuneração Variável Curto Prazo (2)	Remuneração Variável Longo Prazo (3)
2018	45%	34%	21%
2017	30%	65%	5%
2016	54%	42%	4%

(1) Remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego)

(2) Remuneração variável curto prazo (bônus e participação nos resultados)

(3) Remuneração variável longo prazo (baseada em ações)

Conselho Fiscal: Para o Conselho Fiscal, 100% de sua remuneração total é paga no modelo de remuneração fixa.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria e Conselho de Administração são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração às proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da mediana deste mercado selecionado.

Os valores de remuneração pagos pela Companhia ao Conselho Fiscal observam o disposto no §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O membro da Diretoria que é acionista controlador não recebe remuneração.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia.

Um exemplo de metas definidas no período são o EBITDA de empresas controladas.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento na mediana do mercado selecionado, tendo como base pesquisas conduzidas por consultorias especializadas no tema.

A remuneração variável é estruturada de modo que somente quando atingidos níveis medianos das metas definidas seja reconhecida remuneração variável.

Adicionalmente, a Companhia tem um programa de avaliação de performance dos membros da Diretoria, de modo a garantir o alinhamento destes às metas, aos valores e princípios éticos da Companhia. Esta avaliação também tem reflexo em uma parcela da remuneração variável.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio. Para isso aplica alinhamento da remuneração fixa com um mercado selecionado.

Ainda no alinhamento de curto prazo, a Companhia monitora e reconhece, por meio da remuneração variável de curto prazo, indicadores de desempenho dos negócios em base anual.

Alguns destes indicadores também atuam no alinhamento dos interesses de médio prazo.

Os programas de incentivo de longo prazo atuam no alinhamento dos interesses de longo prazo da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração recebida por administradores em função do cargo que ocupam na Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo decisório é feito pela Diretoria Estatutária com base nas pesquisas de mercado de remuneração realizadas anualmente pelas consultorias especializadas contratadas pela Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatuária são estabelecidas conforme padrões de mercado por meio de pesquisas de remuneração anuais conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há avaliação da política de remuneração pelo Conselho de Administração.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.000,00	1.571.057,34		1.991.057,34
Benefícios direto e indireto	0,00	176.225,42		176.225,42
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	84.000,00	327.407,35		411.407,35
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.457.673,68		2.457.673,68
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.148.544,33		2.148.544,33
Observação				
Total da remuneração	504.000,00	6.680.908,12		7.184.908,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	418.600,00	2.953.942,85	360.701,20	3.733.244,05
Benefícios direto e indireto	0,00	137.299,10	0,00	137.299,10
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	84.196,93	325.697,71	73.740,24	483.634,88

Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.605.793,21	0,00	2.605.793,21
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.625.273,47	0,00	1.625.273,47
Observação				
Total da remuneração	502.796,93	7.648.066,34	442.441,44	8.593.244,71

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	419.766,67	1.569.305,82	368.701,20	2.357.773,69
Benefícios direto e indireto	0,00	142.440,45	0,00	142.440,45
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	83.953,33	371.289,34	73.740,24	528.982,91
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.629.290,30	0,00	4.629.290,30
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	339.668,92	0,00	339.668,92
Observação				
Total da remuneração	503.720,00	7.051.994,83	442.441,44	7.998.156,27

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.000,00	5.616.537,48	368.701,20	6.405.238,68
Benefícios direto e indireto	0,00	566.442,29	0,00	566.442,29
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	84.000,00	1.123.307,50	73.740,24	1.281.047,74
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	5.805.586,00	0,00	5.805.586,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	48.779,25	0,00	48.779,25
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	561.806,29	0,00	561.806,29

Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros do Comitê Fiscal foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado.	
Total da remuneração	504.000,00	13.722.458,81	442.441,44	14.668.900,25

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3. Remuneração variável dos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício social corrente (previsão para 31.12.2019)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	3	3	11
Número de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)	N/A	2.200.000,00	N/A	2.200.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.575.323,00	N/A	2.575.323,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	2.445.403,50	N/A	2.445.403,50

(*) Assume o atingimento das metas.

Exercício social encerrado em 31.12.2018

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	3	3	11
Número de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	2.392.469,20	N/A	2.392.469,20
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.825.524,90	N/A	2.825.524,90
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	2.608.997,05	N/A	2.608.997,05
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	2.605.793,21	N/A	2.605.793,21

Exercício social encerrado em 31.12.2017

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	3	3	11
Número de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**N/A**	2.392.469,20	**N/A**	2.392.469,20
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**N/A**	4.725.524,90	**N/A**	4.725.524,90
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	**N/A**	4.508.997,05	**N/A**	4.508.997,05
Valor efetivamente reconhecido exercício social	**N/A**	4.629.290,30	**N/A**	4.629.290,30

Exercício social encerrado em 31.12.2016

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	**5**	**4**	**3**	**12**
Número de membros remunerados	**0**	**4**	**0**	**4**
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**N/A**	**N/A**	**N/A**	**N/A**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**N/A**	**N/A**	**N/A**	**N/A**
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	**N/A**	**N/A**	**N/A**	**N/A**
Valor efetivamente reconhecido exercício social	**N/A**	**N/A**	**N/A**	**N/A**
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**N/A**	3.100.000,00	**N/A**	3.100.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**N/A**	6.327.538,00	**N/A**	6.327.538,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	**N/A**	5.881.021,00	**N/A**	5.881.021,00
Valor efetivamente reconhecido exercício social	**N/A**	5.805.586,00	**N/A**	5.805.586,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

a. Termos e condições gerais

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia ofereceu até o ano de 2017 a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Suzano S.A., subsidiária da Companhia, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). Este plano tem o pagamento baseado na apreciação do valor das ações, sendo chamado de SAR (Share Appreciation Rights), e leva também em consideração o desempenho das ações da Suzano em relação aos principais concorrentes, como será detalhado no item "i".

Não há previsão para novas outorgas do Plano SAR.

Plano de SAR

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia passou a outorgar em 2014 o plano SAR (Share Apreciation Rights, ou Plano de Apreciação do Valor das Ações). O pagamento deste plano considera a diferença entre o preço da ação da Suzano e um valor base. Isso traz ao Plano característica similar à planos de opções de compras de ação (o valor base, cumpre o papel do preço de exercício de um plano de opções). Por este motivo, e por ser liquidado em dinheiro (em caixa) o plano também é chamado de Plano de Opções Fantasmas.

As outorgas têm preço de exercício (ou patamar mínimo de valorização das ações) que representa 20% da média dos 90 últimos pregões antes da data de outorga. A outorga foi composta de 1 lote com término da carência 3 anos após a outorga e com vencimento 5 anos após a data de outorga. Depois de solicitado o resgate (pagamento do preço de exercício), o beneficiário deve aguardar 6 meses para receber o valor devido pela Companhia (similar ao período de lock up de planos liquidados em ações).

O beneficiário pode ser convidado a participar do plano. O aceite está relacionado ao investimento de um valor que representa 5% do valor da outorga. No final da carência, o executivo pode pagar 20% do valor da outorga para aquisição das ações fantasmas (ou seja, para exercer as opções fantasmas). Tanto os 5% quanto os 20% devem ser depositados na conta da empresa.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Assim o ganho do beneficiário pode ser penalizado ou bonificado em razão do desempenho das ações da Suzano em comparação ao desempenho das ações concorrentes.

a. Principais objetivos dos planos

Os principais objetivos do Plano de SAR oferecidos pela Suzano Holding são:

i. alavancar negócios e resultados, incentivando os executivos em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa;

ii. fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão do curto e longo prazo;

iii. permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira ao mesmo tempo em que compõe um fator de retenção dos principais executivos; e

iv. estabelecer critérios de Participação nos Lucros e Resultados de Longo Prazo para executivos elegíveis.

b. Forma como os planos contribuem para estes objetivos

Os planos contribuem para os objetivos apresentados acima, por meio do alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia.

c. Como os planos se inserem na política de remuneração do emissor

Os planos se inserem na política de remuneração da Companhia, de modo a compor a remuneração total dos beneficiários.

Assim, em pesquisa de mercado selecionado conduzida por consultoria especializada, é avaliado o posicionamento da remuneração total dos beneficiários versus este mercado, sendo que a estratégia da Companhia é que estes estejam posicionados acima da média destes resultados.

d. Como os planos alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Plano SAR

As outorgas realizadas com base nos programas de remuneração baseada em ações (ações fantasmas e SARs) alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo, desde a concessão, uma vez que estes programas de remuneração baseiam-se em indicadores de desempenho incentivando o interesse dos administradores em trabalhar na valorização da empresa para a consequente valorização de suas ações ou opções outorgadas.

Além disso, o ciclo dos programas prevê um período de vesting (carência) para as SARs, de modo a estimular o interesse do beneficiário em focar em ações de gestão sustentáveis de longo prazo.

e. Número máximo de ações abrangidas

Limite não aplicável, uma vez que na modalidade SAR (opções fantasmas) não são emitidas / outorgadas ações existentes da Companhia – a liquidação se dá em caixa.

f. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não há na Companhia plano de Opção de Compra de Ações.

g. Condições de aquisição das ações

Plano de SAR

São elegíveis a este programa os Diretores e Vice-Presidentes da Companhia.

O convite em um determinado ano não é garantia de permanência no programa, sendo que os candidatos selecionados em um ano podem ou não estar na lista em anos subsequentes.

O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das SAR (condições de aquisição e não- aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as SAR que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas SAR nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as SARs somente podem ser exercidas após um período de carência de três anos (período de aquisição). Também devem ser considerados o prazo máximo de 5 anos para o resgate (vencimento) e um prazo de 6 meses após pagamento dos 20% de exercício para efetivamente receber o pagamento por parte da companhia (um conceito similar ao de lock up de ações).

h. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de SAR

O preço de exercício, correspondente a cada SAR (opção fantasma), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção, é calculado da seguinte forma:

Pe = 20% x Média dos últimos 90 pregões antes da data de outorga.

Já o valor resgatado é dado por:

VR = [VMA - Pe] x TSR, sendo:

VR = Valor Resgatado = Valor a ser resgatado pelo beneficiário

VMA = VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas pela média dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão.

TSR = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seu concorrente que pode variar de 100% a 125%, quando aplicável. Caso a Companhia tenha desempenho (TSR ou Total Shareholder Return) superior ao de seu principal peer, o executivo tem seu pacote de SAR multiplicado por 125%. Caso seu desempenho (TSR) seja inferior, o valor do pacote de SAR é multiplicado por 100%.

i. Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Plano SAR

O prazo máximo de exercício (vencimento) das SAR é de 5 anos após a outorga.

j. Forma de liquidação

A liquidação é feita em caixa.

k. Restrições a transferência das ações

Não há para este programa a concessão de ações da Companhia, uma vez que a liquidação é realizada em dinheiro.

l. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os planos de Incentivo de Longo Prazo poderão ser extintos, a qualquer tempo, por decisão da Diretoria da Companhia. O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

m. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Conforme mencionado no item (h) acima, em situações de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as SAR que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa. Na hipótese de desligamento sem justa causa por parte da empresa, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

As informações dos Planos de Ações Fantasmas (*phantom shares*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem Ações Fantasmas para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária foi contemplada por estes planos até 2016.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS 31/12/2016

O Plano de Ações Fantasmas teve seus últimos lotes encerrados em 2016 e não há previsão de novas outorgas.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS	Período fiscal com fim em 31/12/2016		
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros		4,00	
c) Número de Membros Remunerados		1,00	
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/03/2013		
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgadas	43.768		
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	43.768		
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas		
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:			
• em aberto no início do exercício social	11,44		
• perdidas durante o exercício social		Não há	
• exercidas durante o exercício social	20,10		
• expiradas durante o exercício social		Não há	
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	6,58		
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasmas		

PLANO SAR

PLANO DE SAR	Previsão para 31/12/2019	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	3,00	
c) Número de Membros Remunerados	1,00	
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	01/04/2016	01/04/2017
i. Quantidade de SAR outorgada	21.479	27.565

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	21.479	27.565
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga	
v. Prazo máximo para exercício das SAR	5 anos após a data de outorga	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR	
vii. Valor médio ponderado das SAR		
• em aberto no início do exercício social	42,93	48,64
• perdidas durante o exercício social	Não há previsão	
• exercidas durante o exercício social	Não há previsão	
• expiradas durante o exercício social	Não há previsão	
e) Valor justo das SAR na data da outorga	13,78	10,42
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR	

PLANO DE SAR Período fiscal com fim em 31/12/2018

a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	3,00		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/04/2015	01/04/2016	01/04/2017
i. Quantidade de SAR outorgada	26.903	21.479	27.565
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	26.903	21.479	27.565
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das SAR	5 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR		
vii. Valor médio ponderado das SAR			
• em aberto no início do exercício social	17,11	50,15	48,64
• perdidas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há
• exercidas durante o exercício social	Não há	43,78	Não há
• expiradas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há
d) Valor justo das SAR na data da outorga	10,93	13,78	10,42
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR		

PLANO DE SAR Período fiscal com fim em 31/12/2017

a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	3,00		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/04/2015	01/04/2016	01/04/2017
i. Quantidade de SAR outorgada	26.903	21.479	27.565
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	26.903	21.479	27.565
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das SAR	5 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR		
vii. Valor médio ponderado das SAR			
• em aberto no início do exercício social	16,31	14,41	13,21
• perdidas durante o exercício social	Não há previsão		

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

• exercidas durante o exercício social	Houveram 33.863 SAR exercidas em 2017		
• expiradas durante o exercício social	Não há previsão		
d) Valor justo das SAR na data da outorga	10,93	13,78	10,42
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR		

PLANO DE SAR Período fiscal com fim em 31/12/2016

a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	4,00		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/04/2014	01/04/2015	01/04/2016
i. Quantidade de SAR outorgada	96.573	74.807	59.073
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	96.573	74.807	0
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das SAR	5 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR		
vii. Valor médio ponderado das SAR			
• em aberto no início do exercício social	11,68	11,13	9,50
• perdidas durante o exercício social	Não há		
• exercidas durante o exercício social	8,87	8,32	7,47
• expiradas durante o exercício social	Não há		
e) Valor justo das SAR na data da outorga	8,16	10,93	13,78
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR		

13.6 - Opções em Aberto

13.6. Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As informações sobre o Plano de SAR (*Share Apreciation Rights*) são apresentadas na tabela a seguir.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

O Plano de Ações Fantasmas teve seus últimos lotes encerrados em 2016 e não há previsão de novas outorgas.

PLANO SAR

PLANO DE SAR	Período fiscal com fim em 31/12/2017
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	3,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação às SAR ainda não exercíveis	
i. Quantidade	49.044
ii. Data em que se tornarão exercíveis	01/04/2019 – 21.479 03/04/2020 – 27.565
iii. Prazo máximo para exercício	5 anos após a data de outorga
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR
v. Preço médio ponderado de exercício	R$ 2,89
vi. Valor justo das SAR no último dia do exercício social	R$ 2.263.560,30
e) Em relação às SAR exercíveis	
i. Quantidade	Não há SAR exercíveis
ii. Prazo máximo para exercício das ações fantasma	Não há SAR exercíveis
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há SAR exercíveis
iv. Preço médio ponderado de exercício	Não há SAR exercíveis
v. Valor justo das SAR no último dia do exercício social	Não há SAR exercíveis
vi. Valor justo do total das SAR no último dia do exercício social	R$ 2.263.560,30

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As informações sobre o Plano de SAR (*Share Apreciation Rights*) são apresentadas nas tabelas a seguir. O primeiro exercício do plano de SAR foi realizado em 2016, não cabendo, portanto, incluir informações sobre exercícios anteriores a 2016.

A partir de 2017 não houve mais exercício de Planos de Ações Fantasmas, já que estes se encerraram em 2016.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE SAR	Período fiscal com fim em 31/12/2018
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	3,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação às ações do Plano de SAR exercidas	
i. Quantidade	26.903
ii. Preço médio ponderado de exercício	R$ 2,34
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R$ 1.177.813,34
e) Em relação às ações entregues	Não aplicável para SAR
i. Número de ações	Não aplicável para SAR
ii. Preço médio ponderado de aquisição	Não aplicável para SAR
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	Não aplicável para SAR

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

As informações divulgadas nos itens 13.5 a 13.7 são referentes à remuneração baseada em ações dos órgãos administrativos da Companhia (Diretoria Estatutária e Conselho Administrativo). As notas explicativas dos resultados trimestrais e do resultado anual da Companhia apresentam informações referentes a todos colaboradores abrangidos pelos planos de remuneração baseados em ações.

Plano SAR

Para a mensuração do valor justo dos ativos outorgados no plano SAR, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções seguindo o método de Simulação de Monte Carlo. Isso foi realizado por conta da natureza da SAR que se assemelha a uma opção, porém com a liquidação em caixa. A escolha deste método específico se deveu à necessidade de simular não apenas a dinâmica do valor das ações da Companhia no Futuro, mas também de seus competidores, uma vez que ambos impactam o ganho do beneficiário.

Na modelagem não foram consideradas condições de exercício antecipado no cálculo das SAR. Demais premissas consideradas (data base de 31/12/2018 – data de recálculo do valor do SAR para fins de fechamento):

Premissa	Valor Considerado
Preço do ativo base (1)	R$ 42,46
Expectativa de Volatilidade (2)	44,36% a.a.
Expectativa de vida média das opções (3)	Igual à vida do contrato
Expectativa de distribuição de dividendos (4)	1,00% a.a.
Taxa de Juros média ponderada livre de risco (5)	8,72% a.a.

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5 na data de cálculo da SAR;
(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando 745 pregões anteriores à data de cálculo das SAR e utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade;
(3) A expectativa de vida média das opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;
(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;
(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição. O valor apresentado representa a média entre cada uma das outorgas.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

COMPANHIA

		31/12/2018		
Sociedade	**Tipo**	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Suzano Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	13.599.939	-
	Ações Preferenciais Classe A	-	12.249.440	-
	Ações Preferenciais Classe B	-	5.312.663	-

CONTROLADAS

		31/12/2018		
Sociedade	**Tipo**	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Suzano S.A.	Ações Ordinárias	128.353	52.743.764	-
	ADR	30.000	-	-

		31/12/2018		
Sociedade	**Tipo**	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Premesa S.A.	Ações Ordinárias	-	31	-

SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM

		31/12/2018		
Sociedade	**Tipo**	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
IPLF Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	61.099.375	-
	Ações Preferenciais	-	716	-

		31/12/2018		
Sociedade	**Tipo**	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Polpar S.A.	Ações Ordinárias	-	6.129	-
	Ações Preferenciais	-	7.250	-

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a. Orgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	5	3	0	8
c.Número de Membros remunerados	0	1	0	1
d.Nome do plano	-	Suzano Prev	-	-
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	1	-	1
f. Condições para se aposentar antecipadamente	-	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev. e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	-	-
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R$)	-	1.582.292,58	-	1.582.292,58
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R$)	-	-	-	-
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	-	-

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	2,00	3,00	4,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	3,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	4.159.201,10	5.346.358,05	7.068.358,82	100.800,00	100.800,00	100.800,00	147.480,48	147.480,48	147.480,48
Valor da menor remuneração(Reais)	3.488.805,24	1.705.636,78	1.454.523,20	100.800,00	100.800,00	100.800,00	147.480,48	147.480,48	147.480,48
Valor médio da remuneração(Reais)	3.824.003,17	3.525.997,42	4.574.152,93	100.800,00	100.744,00	100.800,00	147.480,48	147.480,48	147.480,48

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	O valor médio da remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de 01 membro não remunerado no exercício.
31/12/2017	O valor médio da remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de 01 membro não remunerado no exercício.
31/12/2016	Todos os membros exerceram o cargo por 12 meses no ano de 2016.

Conselho de Administração	
31/12/2017	Na linha “e” do item 13.2 referente ao ano de 2017, a remuneração do Conselho de Administração foi informada considerando a saída de um membro em 28/04 e a entrada do novo membro em 02/05 devido ao final de semana e feriado de 01/05/2017 (dias não úteis para admissão). Este intervalo na transição dos membros refletiu na informação do valor médio da remuneração anual deste órgão.
31/12/2016	Todos os membros exerceram o cargo por 12 meses no ano de 2016. O valor da menor, maior e média da remuneração anual do Conselho de Administração é o mesmo, uma vez que todos os membros recebem a mesma remuneração.

Conselho Fiscal	
31/12/2016	Todos os membros exerceram o cargo por 12 meses no ano de 2016. O valor da menor, maior e média da remuneração anual do Conselho Fiscal é o mesmo, uma vez que todos os membros recebem a mesma remuneração.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social

Órgão	Exercício social encerrado em 31.12.2018	Exercício social encerrado em 31.12.2017	Exercício social encerrado em 31.12.2016
Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho de Administração	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Órgão	Exercício social encerrado em 31.12.2018	Exercício social encerrado em 31.12.2017	Exercício social encerrado em 31.12.2016
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de administração	-	874.680,00	874.680,00
Conselho Fiscal	-	-	-
TOTAL	**-**	**874.680,00**	**874.680,00**

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação ao último exercício social

a. Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2018

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b. Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2018

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	2.102.160,00	6.858.673,00	-	8.960.833,00
Sociedades sob controle comum	576.066,66	-	48.000,00	624.066,66

a1. Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2017

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b1. Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2017

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.622.160,00	6.858.673,00	-	8.480.833,00
Sociedades sob controle comum	179.910,05	-	48.000,00	227.910,05

a2. Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2016

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

b2. Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2016

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.501.560,00	5.846.727,00	-	7.348.287,00
Sociedades sob controle comum	180.000,00	-	-	180.000,00

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1. Descrição dos recursos humanos da Companhia, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Distribuição dos Colaboradores Exercício de 2018	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	Total
São Paulo	06	03	20	0	**29**

Distribuição dos Colaboradores Exercício de 2017	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	Total
São Paulo	06	04	24	0	**34**

Distribuição dos Colaboradores Exercício de 2016	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	Total
São Paulo	07	06	21	0	**34**

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não aplicável.

c. Índice de rotatividade

Índice Rotatividade Exercício de 2018	Efetivos	Transferência	Admissões	Desligamentos	Rotatividade
São Paulo	29	0	02	07	**15,52%**

Índice Rotatividade Exercício de 2017	Efetivos	Transferência	Admissões	Desligamentos	Rotatividade
São Paulo	34	0	05	03	**11,11%**

Índice Rotatividade Exercício de 2016	Efetivos	Transferência	Admissões	Desligamentos	Rotatividade
São Paulo	34	02	01	03	**8,82%**

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1. acima

Não aplicável.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando

a. Política de salários e remuneração variável

A Companhia garante uma política de remuneração competitiva realizando, anualmente, uma pesquisa de cargos e salários entre as maiores e melhores empresas de diversos segmentos.

A remuneração é composta de um salário fixo mensal, que está relacionado ao nível de complexidade do cargo, além da participação anual nos resultados da empresa através do programa de remuneração variável.

O programa de remuneração variável tem como principais objetivos alavancar negócios e resultados, incentivando os colaboradores em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa, fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão de curto e longo prazo e permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira, além da retenção dos colaboradores.

A Companhia conta com três diferentes programas de remuneração variável que são baseados no estabelecimento de metas coletivas e individuais. Essas metas são desdobradas em todos os níveis hierárquicos.

b. Política de benefícios

A Companhia fornece no ato da admissão de seus colaboradores os seguintes benefícios: seguro de vida, assistência odontológica, plano de saúde, previdência complementar, vale refeição, vale alimentação, vale transporte, cesta de natal, brinquedos aos filhos dos colaboradores de zero a 12 (doze) anos, programa de incentivo ao estudo aos filhos dos colaboradores a partir do ensino fundamental ao ensino médio, kit material escolar, auxílio creche para colaboradoras, auxílio filho excepcional.

Estes benefícios, por sua vez, são oferecidos através das convenções coletivas e/ou por liberalidade da Companhia.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando

(i) Grupo de beneficiários

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia ofereceu até o ano de 2017 a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Suzano S.A., subsidiária da Companhia, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). Este plano tem o pagamento baseado na apreciação do valor das ações, sendo chamado de SAR (Share Appreciation Rights), e leva também em consideração o desempenho das ações da Suzano em relação aos principais concorrentes.

Plano de SAR

A Companhia passou a outorgar em 2014 o plano SAR (*Share Apreciation Rights*, ou Plano de Apreciação do Valor das Ações) para empregados-chave. O pagamento deste plano está atrelado ao preço da ação da Suzano, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). O que diferencia este plano do plano de ILP (ações fantasmas) da Companhia é o fato de existir uma exigência de valorização mínima das ações para que o beneficiário tenha ganho. Este valor tem característica similar ao preço de exercício de opções. Por este motivo, o plano também é chamado de Plano de Opções Fantasmas.

As outorgas têm preço de exercício (ou patamar mínimo de valorização das ações) que representa 20% da média dos 90 últimos pregões antes da data de outorga. A outorga foi composta de 1 lote com término da carência 3 anos após a outorga e com vencimento 6 meses após o término da carência.

Uma diferença do Plano em relação aos demais está no fato do beneficiário ser convidado a participar do plano. O aceite está relacionado ao investimento de um valor que representa 5% do valor da outorga, que deve ser depositado na conta da Companhia.

Assim como o plano de ILP, o ganho do beneficiário pode ser penalizado ou bonificado em razão do desempenho das ações da Suzano em comparação ao desempenho das ações concorrentes.

(ii) Condições para exercício

Plano de SAR

O regulamento do Plano determina as seguintes condições para que os beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das SAR (condições de aquisição e não- aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas Ações Fantasma nos termos definidos pelos regulamentos.
Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as SARs somente podem ser exercidas após um período de carência de três anos.

(iii, iv e v) Preços de exercício, prazos de exercício e quantidade de instrumentos em aberto

Plano	Data de Outorga	Data fim da Carência	Data de Expiração	Quantidade Disponível	Preço de Exercício
SAR	01/04/2016	01/04/2019	01/04/2021	21.096	R$ 3,19
SAR	03/04/2017	03/04/2020	03/04/2022	44.003	R$ 2,66

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Os sindicatos aos quais os colaboradores da Companhia estão vinculados são: o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Celulose e Pasta de Madeira de São Paulo.

A Companhia sempre manteve um bom relacionamento com os sindicatos que representam os seus colaboradores, o que faz com que haja uma relação positiva e produtiva entre as partes.

Diretamente, ou através do sindicato patronal, a Companhia firma vários acordos e convenções coletivas de trabalho aplicáveis aos seus colaboradores que tem, como ponto comum, assuntos como reajuste salarial, jornada de trabalho, pausa para refeição e descanso.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista				
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**

Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			

Jorge Feffer

013.965.718-50	Brasileiro-SP	Sim	Sim		
Não					
13.599.939	18,125%	17.400.046	17,775%	30.999.985	17,927%

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
Preferencial Classe A	12.087.383	17,627%
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119%
TOTAL	17.400.046	17,775%

Lisabeth S. Sander

698.932.768-53	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
5.158.598	6,875%	5.307.124	5,421%	10.465.722	6,052%

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
Preferencial Classe A	3.289.705	4,797%
Preferencial Classe B	2.017.419	6,881%
TOTAL	5.307.124	5,421%

Janet Guper

029.123.398-80	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
5.158.598	6,875%	6.972.232	7,122%	12.130.830	7,014%

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
Preferencial Classe A	4.954.813	7,226%
Preferencial Classe B	2.017.419	6,881%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Janet Guper					
029.123.398-80	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
5.158.598	6,875%	6.972.232	7,122%	12.130.830	7,014%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	6.972.232	7,122%			
Daniel Feffer					
011.769.138-08	Brasileiro-SP	Sim	Sim		
Não					
13.599.939	18,125%	17.493.731	17,870%	31.093.670	17,981%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Preferencial Classe A	12.181.068	17,764%			
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119%			
TOTAL	17.493.731	17,870%			
David Feffer					
882.739.628-49	Brasileiro-SP	Sim	Sim		
Não					
13.599.939	18,125%	17.562.103	17,940%	31.162.042	18,020%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Preferencial Classe A	12.249.440	17,863%			
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119%			
TOTAL	17.562.103	17,940%			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Ruben Feffer					
157.423.548-60	Brasileiro-SP	Sim	Sim		
Não					
13.599.939	18,125%	17.301.399	17,674%	30.901.338	17,870%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Preferencial Classe A	11.988.736	17,483%			
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119%			
TOTAL	17.301.399	17,674%			
OUTROS					
10.317.194	13,750%	15.856.522	16,198%	26.173.716	15,136%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Preferencial Classe A	11.821.682	17,240%			
Preferencial Classe B	4.034.840	13,761%			
TOTAL	15.856.522	16,198%			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
75.034.146	100,000%	97.893.157	100,000%	172.927.303	100,000%

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	25
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

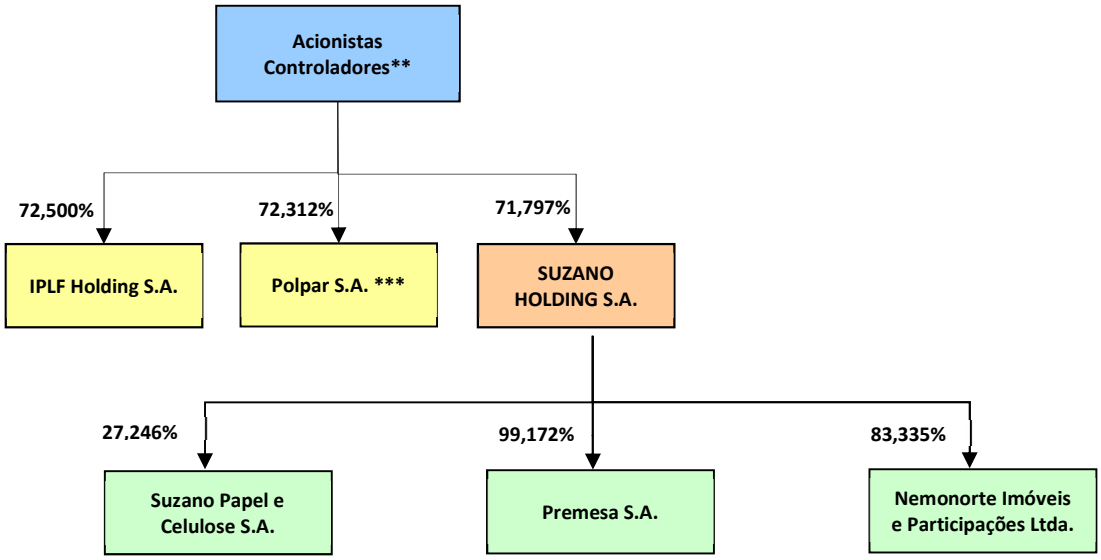
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4. Inserir organograma dos acionistas da Companhia e do grupo econômico em que se insere, indicando: a) todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações; b) principais controladas e coligadas da Companhia; c) participação da companhia em sociedade do grupo; d) participação de sociedades do grupo na Companhia; e principais sociedades sob controle comum:

ORGANOGRAMA *



* Participações no capital social total.

** Acionistas Controladores: David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer e Ruben Feffer. A participação de 71,797% dos acionistas controladores na Companhia não considera as participações detidas pelos acionistas ligados aos acionistas controladores, de 28,203%.

*** O organograma acima não contempla as participações da Companhia e da IPLF Holding S.A. na Polpar S.A., respectivamente de 0,138% e 0,118% do capital social total da Polpar S.A.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Informações sobre acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor:

Atualmente encontra-se arquivado na sede da Companhia o Acordo de Acionistas da Companhia ("**Acordo**"), conforme abaixo detalhado:

a) Partes

David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer e Ruben Feffer em conjunto com seus respectivos sucessores e cessionários permitidos (conforme termos definidos no Acordo) que venham a se tornar titulares das ações vinculadas ao Acordo (sendo cada parte "**Acionista**" e, em conjunto, "**Acionistas**"). A Companhia figura como interveniente-anuente.

O Acordo vincula, no total, **(i)** 54.399.756 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e noventa e nove mil, setecentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia com direito a voto; e **(ii)** 69.205.596 (sessenta e nove milhões, duzentos e cinco mil, quinhentas e noventa e seis) ações preferenciais de emissão da Companhia, sem direito a voto ou com voto restrito, todas detidas pelos Acionistas na data de celebração do Acordo, bem como **(iii)** as demais ações que vierem a ser detidas pelos Acionistas (ou por seus sucessores e cessionários permitidos) em decorrência da titularidade das ações ordinárias ou preferenciais indicadas nos itens (i) e (ii) acima, a qualquer título, além **(iv)** dos valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou direitos de preferência para a subscrição destes.

Sem prejuízo do previsto acima, o Acordo prevê expressamente que 551.683 (quinhentos e cinquenta e uma mil, seiscentas e oitenta e três) ações preferenciais de emissão da Companhia, sem direito a voto ou com voto restrito, todas detidas pelos Acionistas na data de celebração do Acordo, não se vinculam aos termos e condições do Acordo. Não obstante, os Acionistas, seus sucessores ou cessionários permitidos não devem exercer o direito de voto referente a tais ações não vinculadas nas hipóteses em que o voto for determinante para obstar o voto dos Acionistas determinado conforme o Acordo, respeitando, assim, o voto exercido em bloco pelos Acionistas conforme as disposições do Acordo e resumidas no item (d) abaixo.

A tabela abaixo descreve as ações vinculadas e não vinculadas ao Acordo por Acionista signatário do Acordo:

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS VINCULADAS	% NO CAPITAL VOTANTE	AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE A - VINCULADAS	AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE A - LIVRES	AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE B - VINCULADAS	% AÇÕES VINCULADAS NO CAPITAL TOTAL
David	13.599.939	18,125%	11.988.736	260.704	5.312.663	17,87%
Daniel	13.599.939	18,125%	11.988.736	192.332	5.312.663	17,87%
Jorge	13.599.939	18,125%	11.988.736	98.647	5.312.663	17,87%
Ruben	13.599.939	18,125%	11.988.736	0	5.312.663	17,87%
TOTAL	**54.399.756**	**72,50%**	**47.954.944**	**551.683**	**21.250.652**	**71,48%**

b) Data de celebração

28 de setembro de 2017.

c) Prazo de vigência

Prazo de vigência de 10 (dez) anos a contar da data de sua celebração, sendo automaticamente renovado por períodos adicionais de 10 (dez) anos caso não haja manifestação expressa em contrário de qualquer acionista durante o penúltimo ano de cada período de vigência de 10 (dez) anos acima referido.

Independentemente do prazo de vigência, o Acordo prevê que enquanto permanecerem como acionistas na Companhia e por um prazo de 2 (dois) anos após deixarem de deter qualquer participação na Companhia, os Acionistas não poderão, direta ou indiretamente, concorrer com a Companhia em quaisquer atividades relativas à comercialização de produtos ou à prestação de serviços no mesmo ramo de negócios da Suzano Papel e Celulose S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Av. Professor Magalhães Neto, 1752, 10º andar, salas 1009 a 1011, inscrita perante o CNPJ/MF sob nº 16.404.287/0001-55. Está excluído da obrigação de não concorrência, o investimento passivo em sociedades que tenham ações negociadas em Bolsa de Valores.

O Acordo estabelece, ainda, que as regras referentes a confidencialidade, lei aplicável e solução de disputas permanecerão válidas ainda que o Acordo seja rescindido ou terminado.

d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Previamente à realização de Assembleia Geral da Companhia que seja convocada para deliberar sobre quaisquer das seguintes matérias, será realizada reunião prévia dos grupos de Acionistas por meio de seus representantes ("**Representantes**") para definir o voto a ser proferido em bloco e de maneira uniforme pelos Acionistas em referida Assembleia

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Geral ("**Reunião Prévia**"): (i) alteração do Estatuto Social da Companhia; (ii) aumento do capital social da Companhia ou redução de capital (exceto para absorção de prejuízos); (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração que caiba aos Acionistas eleger, conforme disposto no Acordo de Acionistas; (iv) requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação ou extinção da Companhia, bem como cessação do estado de liquidação; (v) definição ou alteração da política de dividendos da Companhia; (vi) fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Companhia ou suas ações; (vii) transformação da Companhia em outro tipo societário; e (viii) emissão, resgate, amortização ou criação de planos de remuneração representados por valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia.

Nas Reuniões Prévias, os Representantes terão um voto para cada ação ordinária vinculada ao Acordo detida pelo grupo de Acionistas por ele representado. A aprovação das matérias acima descritas dependem do voto afirmativo de ações ordinárias vinculadas representativas de, pelo menos, 67% do total de ações ordinárias vinculadas, observado que se qualquer grupo de Acionistas tornar-se individualmente titular de ações ordinárias vinculadas que representem (x) menos de 12,5% do total de ações ordinárias vinculadas, e/ou (y) 40% ou mais do total de ações ordinárias vinculadas, o quórum de deliberação passará, automaticamente, a ser de ações ordinárias vinculadas representativas de 50% mais 1 ação ordinária vinculada (o "**Quórum de Deliberação**").

Caso qualquer grupo de Acionistas deixe de ser titular individualmente de, pelo menos, ações ordinárias vinculadas representativas de 12,5% do total de ações ordinárias vinculadas, tal grupo de Acionistas terá o direito de participar das Reuniões Prévias, mas não terá direito a voto.

Na hipótese de não ser alcançado o quórum de instalação da Reunião Prévia ou não ser alcançado o Quórum de Deliberação para aprovação de qualquer das matérias acima, os Acionistas deverão votar, na Assembleia Geral, pela suspensão da deliberação acerca da matéria em questão pelo prazo de 15 dias e, ao final desse prazo, determinar a reconvocação da Assembleia Geral para se realizar ao final do prazo subsequente de 15 dias, observadas as disposições do Acordo sobre a questão. Caso não seja alcançado o Quórum de Deliberação em função de empate, o Acionista David Feffer, enquanto for o Presidente da Reunião Prévia na forma do Acordo, terá voto de qualidade para compor o Quórum de Deliberação.

No que se refere aos direitos políticos das ações detidas pelos Acionistas que não estão vinculadas ao Acordo ("**Ações Livres**"), os grupos de Acionistas não poderão exercer o respectivo direito de voto, sempre que tal voto for determinante para obstar o voto dos Acionistas determinado conforme o Acordo, assim como não poderão pedir voto múltiplo, instalação do Conselho Fiscal, ou exercer direitos de voto para eleição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, respeitando integralmente, portanto, o voto exercido em bloco pelos grupos de Acionistas.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários

A composição do Conselho de Administração da Companhia será submetida à deliberação da Reunião Prévia, por meio de chapa constituída e colocada em votação por proposta do Presidente da Reunião Prévia.

O Acionista David Feffer exercerá o cargo de Diretor Presidente da Companhia enquanto permanecer como Representante do seu grupo de Acionistas, salvo se David, enquanto Representante, optar por indicar outro Diretor Presidente. Na hipótese de falecimento ou incapacidade de David, o Conselho de Administração da Companhia elegerá o Diretor Presidente que substituirá David. Caso a incapacidade seja temporária, a substituição vigorará enquanto permanecer a incapacidade.

f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Observadas as transferências permitidas descritas no penúltimo parágrafo deste item (f), é vedado aos Acionistas e aos seus sucessores e cessionários permitidos transferir, a qualquer título ou por quaisquer meios, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, suas ações de emissão da Companhia que estejam vinculadas ao Acordo, bem como constituir ônus sobre tais ações, com exceção de cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade eventualmente dispostas em doação ou testamento ou, ainda, se aprovado por escrito por todos os Acionistas. As restrições previstas no Acordo aplicar-se-ão à cessão do direito de preferência na subscrição de novas ações vinculadas ao Acordo e/ou a transferência e cessão de direitos à subscrição de valores mobiliários conversíveis em ações vinculadas.

É vedada também a negociação pública (conforme definida no Acordo) das ações vinculadas ao Acordo, a qualquer tempo, no todo ou em parte, salvo se autorizada previamente e por escrito pela totalidade dos Acionistas.

Adicionalmente, o Acordo prevê Direito de Primeira Oferta e Direito de Preferência caso qualquer Acionista ("**Acionista Ofertante**") pretenda transferir, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, suas ações vinculadas ao Acordo, conforme segue:

(i) Direito de Primeira Oferta: O Acionista Ofertante deverá, primeiramente e como condição à transferência, encaminhar aos demais Acionistas ("**Acionistas Ofertados**") sua proposta vinculativa de venda, pela qual o Acionista Ofertante concorde em alienar suas ações caso um ou mais Acionistas Ofertados exerçam o direito de adquirir tais ações, conforme prazos e procedimentos previstos no Acordo ("**Direito de Primeira Oferta**"). Os Acionistas Ofertados poderão adquirir até a totalidade das ações vinculadas ofertadas,

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

nos termos e condições propostos pelo Acionista Ofertante, sendo que a ausência de manifestação pelos Acionistas Ofertados será entendida como não exercício do Direito de Primeira Oferta. Caso dois ou mais dos Acionistas Ofertados exerçam o Direito de Primeira Oferta, as ações vinculadas ofertadas serão distribuídas entre tais Acionistas Ofertados (x) na proporção acordada entre os Acionistas Ofertados que tenham exercido o Direito de Primeira Oferta; ou, inexistindo acordo para esse fim, (y) na proporção do número de ações vinculadas por eles detidas em relação ao total de ações vinculadas de emissão da Companhia (desconsiderada a participação do Acionista Ofertante e dos demais Acionistas Ofertados que não tenham exercido o seu Direito de Primeira Oferta). Caso os Acionistas Ofertados não exerçam seu Direito de Primeira Oferta, o Acionista Ofertado estará autorizado a obter, mediante procedimento privado, proposta firme de boa-fé de terceiro interessado na aquisição de todas as ações vinculadas ofertadas, desde que (I) o terceiro não represente Interesse Comum (conforme definido pelo Acordo) com o Acionista Ofertante ou exerça, direta ou indiretamente, Atividade Concorrente (conforme definido pelo Acordo); e (II) o preço obtido seja superior ao valor proposto de transferência para fins de exercício do Direito de Primeira Oferta, acrescido da variação do CDI desde a data de recebimento da notificação referente ao Direito de Primeira Oferta por todos os Acionistas Ofertados até o respectivo recebimento ("**Proposta**"). Uma vez obtida a Proposta, a transferência das ações vinculadas ofertadas sujeitar-se-á ao direito de preferência abaixo descrito.

(ii) Direito de Preferência e Direito de Exigir a Venda: Recebida a Proposta para alienar, direta ou indiretamente, a totalidade das ações vinculadas ofertadas a um terceiro proponente nos termos acima descritos, o Acionista Ofertante deverá conceder aos Acionistas Ofertados o direito de preferência para aquisição de tais ações vinculadas ofertadas em termos e condições idênticos às condições da Proposta, conforme prazos e procedimentos previstos no Acordo ("**Direito de Preferência**"). Os Acionistas Ofertados poderão adquirir até a totalidade das ações vinculadas ofertadas, sendo que a ausência de manifestação pelos mesmos será entendida como não exercício do Direito de Preferência. Caso dois ou mais dos Acionistas Ofertados exerçam seu Direito de Preferência, as ações vinculadas ofertadas também serão distribuídas entre tais Acionistas Ofertados (I) na proporção acordada entre os Acionistas Ofertados que tenham exercido o Direito de Preferência; ou, inexistindo acordo para esse fim, (II) na proporção do número de ações vinculadas por eles detidas em relação ao total de ações vinculadas de emissão da Companhia (desconsiderada a participação do Acionista Ofertante e dos demais Acionistas Ofertados que não tenham exercido o seu Direito de Preferência). Caso os Acionistas Ofertados não exerçam seu Direito de Preferência, o Acionista Ofertado estará autorizado a transferir ao terceiro proponente as ações vinculadas ofertadas, nos exatos termos da Proposta.

A transferência das ações ofertadas após o decurso do prazo de 90 dias contados do término do prazo para exercício do Direito de Preferência estará novamente sujeita aos procedimentos referentes ao Direito de Primeira Oferta e ao Direito de Preferência.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Se nenhum Acionista exercer o Direito de Primeira Oferta e/ou o Direito de Preferência acima descritos, os Acionistas Ofertantes que sejam isolada ou conjuntamente titulares de ações ordinárias vinculadas representativas de, pelo menos, o Quórum de Deliberação aplicável poderão exigir que os Acionistas Ofertados também alienem a totalidade das ações vinculadas de que forem titulares para o terceiro proponente, nos termos da Proposta, conforme prazos e procedimentos previstos no Acordo ("**Direito de Exigir a Venda**").

O Direito de Exigir a Venda poderá ser exercido caso verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: (i) os Acionistas Ofertantes sejam detentores, isolada ou conjuntamente, de ações ordinárias vinculadas representando, no mínimo, o Quórum de Deliberação; e (ii) os Acionistas Ofertantes obtenham do terceiro proponente uma oferta de boa fé, irrevogável e irretratável, para a aquisição da totalidade das ações vinculadas pelo preço por ação e nas demais condições previstas na Proposta.

É importante ressaltar que nenhuma transferência de ações vinculadas poderá ser realizada a terceiro que exerça Atividade Concorrente, direta ou indiretamente, ou que tenha Interesse Comum com quem exerça atividade concorrente, nos termos do Acordo.

As ações vinculadas ao Acordo que forem transferidas a terceiros, nos termos de eventual Proposta, ficarão, no ato da transferência, automaticamente desvinculadas do Acordo. Ademais, o Acordo prevê que na hipótese de falecimento de qualquer dos Acionistas (passando suas respectivas ações vinculadas a seus respectivos sucessores) ou afastamento de qualquer Acionista por incapacidade permanente ou temporária ou, ainda, em caso de qualquer Acionista realizar uma transferência de ações vinculadas aos seus respectivos sucessores, deixando a condição de Representante, as disposições do Acordo permanecerão vigentes.

Não obstante as vedações acima previstas, cada Acionista poderá transferir suas ações vinculadas (inclusive o Direito de Primeira Oferta e o Direito de Preferência à sua aquisição), a qualquer tempo, (i) para outro Acionista do seu próprio Grupo de Acionistas, (ii) para seus Sucessores; e (iii) para seus Cessionários Permitidos (conforme termos definidos no Acordo). Tais transferências permitidas ficam condicionadas ao seguinte: (1) que a afiliada cessionária adira ao Acordo, a qual comporá o grupo de acionista do Acionista cedente; (2) que o Acionista cedente, isoladamente ou em conjunto com seus Sucessores seja, direta ou indiretamente, titular da totalidade do capital da afiliada, e ainda compromete-se a: (2.i) não transferir, compartilhar ou alienar sua participação, direta ou indireta, conforme o caso, no respectivo Cessionário Permitido, por qualquer forma, sem antes fazer retornar as ações vinculadas para si e dar cumprimento às restrições à transferência das ações vinculadas; e (2.ii) garantir solidariamente todas as obrigações da afiliada cessionária relacionada ao Acordo.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Por fim, na hipótese de as ações vinculadas de propriedade de qualquer dos Acionistas virem a ser objeto de imposição de um ônus involuntário, o Acionista em questão deverá requerer a liberação das ações, sendo que se houver execução forçada, os demais Acionistas terão o direito de adquirir tais ações objeto de imposição de ônus involuntário, conforme os prazos, preço e procedimentos previstos no Acordo. Caso mais de um Acionista exerça o seu direito de compra, a aquisição das ações oneradas será realizada na proporção do número de ações vinculadas por eles detidas em relação ao total de ações vinculadas de emissão da Companhia vinculadas ao Acordo, excluída a participação de titularidade do Acionista detentor das ações oneradas e dos Acionistas que não exerçam o direito de compra.

g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Vide item (e) acima.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor, de acordo com os 3 últimos exercícios sociais.

Em 31 de agosto de 2016 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que foi aprovada em Assembleia Especial de Preferencialistas e Assembleia Geral Extraordinária da Companhia:

(I) a conversão de 9.775.358 ações ordinárias de emissão da Companhia, de titularidade da acionista **Fanny Feffer** em igual número de ações preferenciais classe A; e

(II) a conversão de ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, de titularidade dos acionistas **André Guper, Janet Guper** e **Lisabeth S. Sander,** e em igual número de ações ordinárias, conforme segue:

Acionista	Nº total de PNA convertidas em ON
André Guper	2.443.840
Janet Guper	2.443.840
Lisabeth S. Sander	2.443.840
Pedro Noah Hornett Guper	1.221.919
Ian Baruch Hornett Guper	1.221.919

Por força das deliberações acima relacionadas, houve modificação da participação acionária relevante da Companhia em relação aos seguintes acionistas:

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - ANTES DA CISÃO E DA CONVERSÃO				
	% ON	% PNA	% PNB	% Capital Social
Fanny Feffer	13,805	(menos de 1%)	(menos de 1%)	5,795
Lisabeth S. Sander	3,423	4,797	6,880	4,583
Janet Guper	3,423	7,225	6,880	5,570
Andre Guper	3,423	7,051	6,880	5,499

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - APÓS A CISÃO E A CONVERSÃO				
	% ON	% PNA	% PNB	% Capital Social
Fanny Feffer	1,549	14,255	(menos de 1%)	6,325
Lisabeth S. Sander	6,487	1,233	6,880	4,470
Janet Guper	6,487	3,661	6,880	5,433
Andre Guper	6,487	3,487	6,880	5,364

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

A modificação da composição acionária não tem o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia.

Em 8 de setembro de 2016, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que a acionista Fanny Feffer fez doação de ações a seus filhos e netos. Conforme divulgado no referido Comunicado, a Sra. Fanny Feffer celebrou em 06 de setembro de 2016 o Instrumento Particular de Doação de Ações referente às 1.162.920 ações ordinárias, 9.775.374 ações preferenciais classe A e 3 ações preferenciais classe B, de sua propriedade e de emissão da Companhia, as quais, em conjunto, representavam 6,32% do capital social da Companhia ("Doação"). Os donatários foram seus filhos e acionistas da Companhia, Lisabeth S. Sander, Janet Guper; André Guper; e seus netos e acionistas Pedro Noah Hornett Guper e Ian Baruch Hornett Guper, (em conjunto, denominados "Donatários").

Por força da Doação, houve alteração relevante na participação acionária das ações detidas pelos acionistas André, Janet, Lisabeth, Pedro Noah e Ian, bem como a saída da acionista Fanny da Companhia, conforme detalhado na tabela a seguir:

POSIÇÃO ACIONÁRIA ANTES DA DOAÇÃO				
	% ON	**% PNA**	**% PNB**	**% Capital Social**
Fanny	1,550	14,255	0,000102	6,325
André	6,488	3,488	6,881	5,365
Janet	6,488	3,662	6,881	5,434
Lisabeth	6,488	1,234	6,881	4,471
Pedro Noah	3,244	1,918	3,440	2,751
Ian	3,244	1,918	3,440	2,751

POSIÇÃO ACIONÁRIA DEPOIS DA DOAÇÃO				
	% ON	**% PNA**	**% PNB**	**% Capital Social**
Fanny	--	--	--	--
André	6,875	7,052	6,881	6,946
Janet	6,875	7,226	6,881	7,015
Lisabeth	6,875	4,797	6,881	6,052
Pedro Noah	3,437	3,700	3,440	3,542
Ian	3,437	3,700	3,440	3,542

Foi informado que a Doação foi feita em caráter de adiantamento de legítima, sem o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18 de dezembro de 2017, Andre Guper doou 5.158.598 ações ordinárias (correspondente a 6,875% das ações ordinárias de emissão da Companhia), 4.835.532 ações preferenciais Classe A (correspondente a 7,052% das ações preferenciais Classe A de emissão da Companhia) e 2.017.419 ações preferenciais Classe B (correspondente a 6,881% das ações preferenciais Classe B de emissão da Companhia), as quais, em conjunto, representavam 6,946% do capital social da Companhia. Os donatários foram seus filhos Rafael Provenzale Guper e Gabriel Provenzale Guper.

De acordo com Instrumento Particular de Doação de Ações celebrado, Andre Guper doou a totalidade das ações que detinha (i) a Rafael Provenzale Guper 2.579.299 ações ordinárias, 2.417.766 ações preferenciais Classe A e 1.008.710 ações preferenciais Classe B de emissão da Companhia e (ii) a Gabriel Provenzale Guper 2.579.299 ações ordinárias, 2.417.766 ações preferenciais Classe A e 1.008.709 ações preferenciais Classe B de emissão da Companhia. Referida doação foi feita em caráter de adiantamento de legítima, sem o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para a Companhia, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas.

Não houve operações societárias que tenham tido efeito relevante para a Companhia.

Controlada Suzano S.A.

Exercício 2016

I. Associação com a IBEMA Participações S.A.

Em 18 de março de 2015, a Suzano S.A. celebrou com Ibema Participações S.A. ("Ibemapar") e com Ibema Companhia Brasileira de Papel ("Ibema") uma operação por meio da qual, inicialmente, a Suzano S.A. deteria 38% do capital social da Ibema e, ao final e após a completa exclusão de ativos não relacionados à operação de papelcartão, passaria ao patamar de 49,90% das ações representativas do capital social da Ibema ("Operação Ibema").

Nos termos da Operação Ibema, a transação consistia na venda, para a Ibema, da fábrica de papelcartão da Suzano localizada no Município de Embu/SP pelo preço de R$ 50 milhões, pago por meio de compensação com dívida da Suzano S.A. assumida pela Ibema no mesmo valor. Adicionalmente, a Suzano S.A. comprometeu-se a realizar um aporte de capital na Ibema no valor de R$ 8 milhões. A Operação Ibema foi estruturada em etapas e sua efetivação estava sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais a esse tipo de transação, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelos demais órgãos regulatórios.

Aos 4 dias de janeiro de 2016, após a satisfação das condições precedentes e das aprovações por todos os órgãos regulatórios, foi concluída a primeira etapa da associação com a Ibemapar, sendo que, a partir de tal data, a Ibema passou a deter a unidade de Embu/SP e a Ibemapar e a Suzano passaram a ser acionistas da Ibema, na proporção inicial de 62% (sessenta e dois por cento) e 38% (trinta e oito por cento) do seu capital social, respectivamente. Em 01 de janeiro de 2017, após o cumprimento de atos societários consecutivos, a Suzano adquiriu da Ibemapar 2.120.560 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão da Ibema, correspondentes a 11,9% do capital social da investida, pelo montante de R$ 21.205,60, aumentando, assim, sua participação para os 49,90% inicialmente previstos no contexto da Operação Ibema. O controle da

15.7 - Principais Operações Societárias

Ibema é atualmente compartilhado (*joint venture*), sendo o investimento classificado como um negócio em conjunto.

A referida operação não teve efeitos sobre o quadro acionário da Suzano S.A., que manteve a mesma configuração anterior à Operação Ibema. Dessa forma e considerando a natureza da operação em questão, que não envolveu, no polo contrário, sociedade direta ou indiretamente controladora da Suzano S.A., não há que se falar na adoção de mecanismos para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas da Suzano S.A..

II. Aquisição de ativos florestais e imóveis

Em 25 de outubro de 2016, a Suzano S.A. assinou com a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré e com a COSIMA – Siderúrgica do Maranhão Ltda. (em conjunto, as "Vendedoras") o Contrato de Compra e Venda de Ativos Florestais, de Compra e Venda e de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis Rurais e Outras Avenças ("Contrato de Compra de Ativos"), pelo qual, dentre outras condições, a Suzano S.A. comprou, ou prometeu comprar, das vendedoras parte dos ativos imobiliários e florestais por elas detidos.

Os ativos adquiridos compreenderam (i) cerca de 75 mil hectares de imóveis nos Estados do Maranhão e de Tocantins, dos quais cerca de 40 mil hectares são agricultáveis; e (ii) as florestas plantadas em tais áreas agricultáveis ("Operação de Aquisição de Ativos Florestais"). O preço total em contrapartida da aquisição dos imóveis e das florestas foi o equivalente em moeda nacional a US$ 245 milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

A Operação de Aquisição de Ativos Florestais teve como objetivos (a) aumentar o abastecimento de madeira da Unidade Imperatriz, para fazer frente à expansão da produção de celulose na referida unidade; (b) reduzir o raio médio das florestas que abastecem a Unidade Imperatriz; e (c) assegurar, no longo prazo, maior competitividade no custo de madeira da referida unidade.

A Operação de Aquisição de Ativos Florestais esteve sujeita a certas condições contratuais e legais, dentre elas a aprovação pelas autoridades brasileiras de defesa da concorrência. Aos 8 dias de dezembro de 2016, após a satisfação das condições precedentes e das aprovações por todos os órgãos regulatórios, foi concluída a Operação de Aquisição de Ativos Florestais.

A referida operação não teve efeitos sobre o quadro acionário da Suzano S.A., que manteve a mesma configuração anterior à Operação de Aquisição de Ativos Florestais. Dessa forma e considerando a natureza da operação em questão, que não envolveu, no

15.7 - Principais Operações Societárias

polo contrário, sociedade direta ou indiretamente controladora da Suzano S.A., não há que se falar na adoção de mecanismos para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas da Suzano S.A..

Exercício 2018

I. Operação com a Fibria

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela Companhia, em conjunto com os demais acionistas controladores da Suzano S.A. (em conjunto, os "Acionistas Controladores da Suzano S.A."), e pelos acionistas controladores da Fibria Celulose S.A. ("Fibria" e, em conjunto com a Suzano S.A., as "Companhias"), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("BNDESPAR") (em conjunto, os "Acionistas Controladores da Fibria"), com interveniência e anuência da Suzano S.A., o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Suzano S.A. e os Acionistas Controladores da Fibria acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Suzano S.A. e da Fibria, mediante a realização de uma reorganização societária ("Operação").

Na mesma data, também foi celebrado, pelos Acionistas Controladores da Suzano S.A. e o BNDESPAR, com interveniência e anuência da Suzano S.A., o Acordo de Voto BNDESPAR, pelo qual foram estabelecidas regras adicionais de governança aplicáveis à Suzano S.A., após a conclusão da Operação.

A Operação visou, dentre outros aspectos divulgados aos acionistas da Suzano S.A. e ao mercado em geral, na titularidade, pela Suzano S.A., da totalidade das ações de emissão da Fibria. Buscou-se, com a Operação, a criação de uma empresa sólida, detentora de ativos de primeira linha, estrategicamente localizados, capaz de suprir clientes em todos os continentes com seus produtos de forma eficiente.

A integração das atividades da Suzano S.A. e da Fibria permitirá a captura de ganhos de sinergias derivados da redução de custos e riscos operacionais florestais, logísticos e administrativos, com significativos ganhos de eficiência para as Companhias.

Em 13 de setembro de 2018, os acionistas da Suzano S.A. e da Fibria, reunidos em suas respectivas assembleias gerais extraordinárias, aprovaram todas as matérias relacionadas à reorganização societária com vistas à combinação das operações e bases acionárias das Companhias nos termos e condições do Protocolo e Justificação relativo à Operação, celebrado em 26 de julho de 2018 entre as administrações da Suzano S.A., da Eucalipto Holding S.A. e da Fibria.

15.7 - Principais Operações Societárias

Em 29 de novembro de 2018, além das assembleias gerais e da celebração do Protocolo e Justificação descritos no parágrafo anterior, todas as demais condições suspensivas à consumação da Operação foram verificadas, conforme segue: (i) conclusão antecipada da análise da Operação pelo *Federal Trade* Comission, autoridade concorrencial nos Estados Unidos da América, em 1º de junho de 2018; (ii) declaração de eficácia pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos de América (SEC), em 08 de agosto de 2018; (ii) aprovação do antitruste da China (*State of Administration for Market Regulation* – SAMR), em 31 de agosto de 2018; (iii) aprovação do antitruste da Turquia, em 06 de setembro de 2018; (iv) aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), 1º de novembro de 2018; (v) aprovação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), 14 de novembro de 2018; e (vi) aprovação da autoridade da concorrência da Europa, a Comissão Europeia, em 29 de novembro de 2018 (sujeita ao encerramento antecipado do contrato para fornecimento de celulose de fibra curta celebrado entre Fibria e Klabin S.A., em até 4 meses após a data da conclusão da Operação).

Em 14 de janeiro de 2019, a Operação foi consumada, nos termos do Protocolo e Justificação, de maneira que a Fibria se tornou uma subsidiária integral da Suzano S.A., após as seguintes etapas ocorridas no mesmo dia:

(i) Aumento de capital na Eucalipto Holding S.A. (“Eucalipto”), mediante a emissão de 255.437.439 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas pela Suzano S.A. (“Aumento de Capital da Eucalipto”);

(ii) Incorporação da totalidade das ações de emissão da Fibria pela Eucalipto, por seu valor econômico, resultando na emissão, pela Eucalipto, em favor dos acionistas da Fibria proprietários das ações incorporadas (“Acionistas da Fibria”), de ações ordinárias e de ações preferenciais resgatáveis de emissão da Eucalipto, sendo que para cada ação ordinária de emissão da Fibria foi entregue 1 (uma) ação ordinária e 1 (uma) ação preferencial resgatável de emissão da Eucalipto, conforme disposto no item 4.1 do Protocolo e Justificação (“Incorporação de Ações da Fibria”);

(iii) Resgate da totalidade das ações preferenciais de emissão da Eucalipto, com o pagamento, para cada 1 (uma) ação preferencial de emissão da Eucalipto resgatada, do valor do resgate para cada uma ação preferencial resgatável da Eucalipto, correspondente a R$ 50,20 , nos termos do item 1.1(a) do Protocolo e Justificação, originalmente equivalente a R$ 52,50, deduzido o valor dos dividendos declarados pela Fibria em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2018 no montante de R$ 5,03 por ação de emissão da Fibria, acrescido do valor da

15.7 - Principais Operações Societárias

correção pela variação da taxa média diária dos depósitos interbancários brasileiros expressa como um percentual anual, baseada em 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ("B3" e "Taxa DI", respectivamente) entre 15 de março de 2018 e 14 de janeiro de 2019 (inclusive) tendo como referência a Taxa DI do dia 10 de janeiro de 2019, observado, ainda, que o valor da Taxa DI entre 10 de janeiro de 2019 (inclusive) e 14 de janeiro de 2019 (inclusive) foi estimado, no montante de R$ 2,73 ("Resgate"); e

(iv) Incorporação da Eucalipto pela Suzano S.A., pelo valor patrimonial contábil da Eucalipto (já considerados os efeitos do Aumento de Capital da Eucalipto, da Incorporação das Ações da Fibria e do Resgate), com a consequente extinção da Eucalipto e sucessão, pela Suzano S.A., de todos os seus bens, direitos e obrigações, e a migração dos Acionistas da Fibria para o quadro acionário da Suzano S.A..

Dessa forma, os Acionistas Fibria receberam para cada ação ordinária da Fibria (incluindo cada ação ordinária representada por *American Depositary Receipts* ou ADR da Fibria) 0,4613 ação ordinária de emissão da Suzano S.A. e R$ 50,20. Como efeito da consumação da Operação, os ADRs de emissão da Fibria deixaram de ser negociados na B3 e na Bolsa de Valores de Nova Iorque, respectivamente.

Adicionalmente, em razão da Incorporação da Eucalipto, o capital social passou de R$ 6.241.753.032,16 para R$ 9.269.281.424,63 mediante a emissão de 255.437.439 ações ordinárias. Como consequência, o número de ações ordinárias de emissão da Suzano S.A. passou a totalizar 1.361.263.584 ações.

Em 1º de abril de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Suzano S.A., a incorporação da Fibria, com a transferência de todo seu patrimônio líquido para a Suzano S.A. e a sua consequente extinção ("Incorporação"), sendo que o capital social da Suzano S.A. permanecerá inalterado em decorrência da Incorporação. Em virtude da Incorporação, a Suzano S.A. sucederá a Fibria em todos os seus direitos e obrigações.

O efeito da Incorporação nos terminais detidos pela Fibria ou pelas suas controladas foi aprovado pela ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Dessa forma, a Suzano S.A. informa que a condição suspensiva para a Incorporação, conforme prevista no Protocolo e Justificação celebrado em 27 de fevereiro de 2019, foi devidamente cumprida, tendo a Incorporação se consumado em 1º de abril de 2019.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Outras informações que a Companhia julgue relevantes

Migração para o Novo Mercado

Em 10 de novembro de 2017, foi concluído o processo de migração da Suzano S.A. (anteriormente denominada Suzano Papel e Celulose S.A.), controlada da Companhia, do segmento de listagem Nível 1 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para o segmento de listagem do Novo Mercado com a operacionalização da conversão de cada ação preferencial classe A ou B de emissão da Suzano S.A. em uma ação ordinária e início dos negócios das ações de emissão da Suzano S.A. no segmento de listagem do Novo Mercado.

Em decorrência da migração, todas as ações preferenciais de emissão da Suzano S.A. foram convertidas em ações ordinárias na relação de 1 para 1, de forma que a Companhia passou a deter 33,243% das ações ordinárias da Suzano S.A. (anteriormente à migração para o Novo Mercado, a Companhia detinha aproximadamente 98,169% das ações ordinárias da Suzano S.A.).

Acordo de Voto Suzano S.A.

Em 28 de setembro de 2017, a Companhia e seus acionistas controladores celebraram Acordo de Voto da Suzano S.A., pelo qual estabeleceram o exercício do voto conjunto e em bloco das ações de emissão da Suzano S.A. por eles detidas, que representam 50,035% do total das ações da Suzano S.A., na referida data.

Em 16 de janeiro de 2019 foi celebrado, pelo Alden Fundo de Investimento em Ações, o Termo de Adesão ao Acordo de Voto da Companhia, celebrado em 28 de setembro de 2017 entre os acionistas controladores da Companhia. Estão sujeitas ao Acordo ações que, em 16 de janeiro de 2019, representavam em conjunto 42,56% do capital social da Companhia.

Operação com a Fibria

Em 14 de janeiro de 2019, foi concluída reorganização societária para combinar as operações e bases acionárias da Suzano S.A. e da Fibria (“Operação”).

A Operação resultou, dentre outros aspectos divulgados aos acionistas da Suzano S.A. e ao mercado em geral, na titularidade, pela Suzano S.A., da totalidade das ações de emissão da Fibria. Com a Operação, criou-se uma empresa sólida, detentora de ativos de primeira linha, estrategicamente localizados, capaz de suprir clientes em todos os continentes com seus produtos de forma eficiente.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

A integração das atividades da Suzano S.A. e da Fibria permitirá a captura de ganhos de sinergias derivados da redução de custos e riscos operacionais florestais, logísticos e administrativos, com significativos ganhos de eficiência para as companhias.

Em 1º de abril de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Suzano S.A., a incorporação da Fibria, com a transferência de todo seu patrimônio líquido para a Suzano S.A. e a sua consequente extinção (“Incorporação”), sendo que o capital social da Suzano S.A. permanecerá inalterado em decorrência da Incorporação. Em virtude da Incorporação, a Suzano S.A. sucederá a Fibria em todos os seus direitos e obrigações.

O efeito da Incorporação nos terminais detidos pela Fibria ou pelas suas controladas foi aprovado pela ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Dessa forma, a Suzano S.A. informa que a condição suspensiva para a Incorporação, conforme prevista no Protocolo e Justificação celebrado em 27 de fevereiro de 2019, foi devidamente cumprida, tendo a Incorporação se consumando em 1º de abril de 2019.

Para mais informações e detalhes societários sobre a combinação de negócios com a Fibria, consultar o item 15.7 deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1. Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores ondo o documento pode ser consultado

A Companhia não tem uma Política de Transações com Partes Relacionadas, De acordo com as atuais regras e práticas, os termos e condições de contratos que a Companhia celebra com partes relacionadas são praticados com base em valores de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro sem qualquer relação com a Companhia, seus acionistas ou administradores.

A Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, entre outros.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Bexma Comercial Ltda.	31/12/2018	4.579.671,71	R$ (8.391,04)	R$ 4.579.062,76	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade detida por alguns acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas com a Companhia e a controlada Suzano S.A.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Suzano S.A	31/12/2016	117.341.411,66	R$ 0,00	R$ 117.341.411,66	130 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Dividendos recebidos em 10/05/2017						
Natureza e razão para a operação	Recebimento de dividendos da controlada						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Suzano S.A	31/12/2018	11.195.321,17	R$ 125.124,53	R$ 11.070.197,24	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesas líquida incorrida no exercício de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Premesa S.A.	31/12/2018	173.000,00	R$ 0,00	R$ 173.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Bizma Investimentos Ltda.	31/12/2018	551.391,25	R$ 1.715,01	R$ 549.676,24	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente por parte dos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas com a Companhia e a controlada Suzano S.A.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Suzano S.A	03/02/2006	1.956.582.000,00	R$ 0,00	R$ 59.607.481,99	11 anos e 2 meses	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fiança para financiamento						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato líquidado em 15/04/2017						
Natureza e razão para a operação	Concessão de fiança para controlada para operação de financiamento junto ao BNDES.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	06/06/2000	-4.186.360,47	R$ (32.524,47)	R$ (4.198.836,00)	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Organização da Sociedade Civil de interesse Público mantida pela controlada Suzano S.A.						
Objeto contrato	Doações e apoio a projetos sociais relacionados a educação, cultura e meio ambiente						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Apoio a projetos sociais com a missão de gerar e difundir conhecimentos e práticas que contribuam para a construção coletiva de uma cultura de sustentabilidade.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	31/12/2018	1.300.000,00	R$ (3.000,00)	R$ 1.300.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Suzano S.A	31/12/2017	70.781.998,32	R$ 0,00	R$ 70.781.998,32	130 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Recebimento de dividendos da controlada em 10.05.2018						
Natureza e razão para a operação	Recebimento de dividendos de controlada						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Taba Consultores Associados Ltda.	31/12/2017	-888.000,00	R$ 0,00	R$ (888.000,00)	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa cujo o sócio pertence ao Conselho Administrativo da Companhia						
Objeto contrato	Consultoria e assessoria prestada para Companhia						
Garantia e seguros	Não existe garantias						
Rescisão ou extinção	Contrato encerrado em 31.12.17						
Natureza e razão para a operação	Consultoria em assuntos administrativos e societários.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Suzano S.A	02/06/2015	200.000.000,00	R$ 145.833.333,42	R$ 54.166.666,58	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fiança de financiamento						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Concessão de fiança para controlada para operação de financiamento junto ao BNB.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Suzano S.A	02/06/2015	1.527.936,03	R$ 0,00	R$ 1.668.781,11	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fiança para financiamento						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Concessão de fiança para controlada para operação de financiamento junto ao BNDES. O montante refere-se às despesas incorridas até 31/12/2018						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Central Distribuidora e Papéis Ltda.	31/12/2017	-4.055.751,26	R$ 0,00	R$ 0,00	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por acionista ligado aos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Transações comerciais com a controlada Suzano S.A.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato encerrado						
Natureza e razão para a operação	Transações comerciais.						
Posição contratual do emissor	Devedor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
IPLF Holding S.A.	31/12/2018	3.680,73	R$ 464,39	R$ 3.216,34	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas com a controlada Suzano S.A.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Gastos com telefones						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
IPLF Holding S.A.	31/12/2018	-266.640,00	R$ (266.640,00)	R$ (266.640,00)	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital que a controlada direta Nemonorte recebeu.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	01/12/2005	-491.547,55	R$ 0,00	R$ (461.404,51)	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Consultoria imobiliária prestada a controlada Suzano S.A.						
Garantia e seguros	Não existe						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	31/12/2018	1.333.360,00	R$ 1.333.360,00	R$ 1.333.360,00	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Suzano S.A	31/12/2018	163.477.518,84	R$ 0,00	R$ 163.477.518,84	30/04/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Valor recebido em 30/04/2019						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ficus Empreendimentos Participações S.A.	31/12/2018	-65.000,00	R$ (65.000,00)	R$ 0,00	Indeterminada	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Sociedade controlada por parte de acionistas da Companhia						
Objeto contrato	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da Ficus						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda	31/12/2018	-65.000,00	R$ (65.000,00)	R$ 0,00	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por parte de acionista da Companhia						
Objeto contrato	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da BVF						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	31/12/2018	-129.000,00	R$ (129.000,00)	R$ 0,00	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por parte dos acionistas da Companhia						
Objeto contrato	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a s despesas com manuenção nos imóveis da Imofors						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
IPLF Holding S.A.	23/12/2016	30.286.447,83	R$ 0,00	R$ 30.286.447,83	26/10/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Mútuo concedido						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato encerrado em 26.10.2018						
Natureza e razão para a operação	Mútuo para suprir o caixa.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Suzano S.A	06/01/2009	169.000.000,00	R$ 0,00	R$ 3.407.400,46	8 anos e 11 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada.						
Objeto contrato	Fiança para financiamento.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato líquidado em 15/09/2017						
Natureza e razão para a operação	Concessão de fiança para controlada para operação de financiamento junto ao BNB.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BS Participações S.A.	31/12/2018	826.000,00	R$ 0,00	R$ 826.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente por parte dos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas						
Garantia e seguros	Não existe						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	31/12/2018	437.000,00	R$ 0,00	R$ 437.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente por parte dos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Suzano S.A	25/04/2016	92.349.192,86	R$ 0,00	R$ 92.349.192,86	9 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Dividendos recebidos em 04/05/2016						
Natureza e razão para a operação	Recebimento de dividendos da controlada						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Mabex Representação e Participação Ltda.	31/12/2018	-529.000,00	R$ 0,00	R$ (529.000,00)	Indeterminada	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Reembolso de despesas de aeronave da Companhia e da controlada Suzano S.A.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas de aeronave, incorridas de acordo com a sua utilização pela Companhia e suas controladas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa no exercício de 2018.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Lazam MDS Corret. Admin. de Seguros S.A.	31/12/2018	-30.929,00		R$ (30.929,00)	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada em conjunto indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Consultoria e assessoria em seguros com a controlada Suzano S.A.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Consultoria e assessoria na área de seguros. O valor informado no montante do interesse da parte relacionada refere-se à despesa incorrida no exercício de 2018.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
IBEMA COMPANHIA BRASILEIRA DE PAPEL	31/12/2018	123.239.615,22	R$ 36.721.291,46	R$ 131.200.307,84	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente em conjunto, através da sua controlada Suzano S.A.						
Objeto contrato	Transações comerciais						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Vigente						
Natureza e razão para a operação	Venda de celulose efetuada pela controlada Suzano S.A. para sua controlada em conjunto Ibema Cia de Papel no exercício de 2018.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
IBEMA COMPANHIA BRASILEIRA DE PAPEL	31/12/2018	-9.313.887,74	R$ (1.642.752,07)	R$ (14.625.255,37)	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente em conjunto, através da sua controlada Suzano S.A.						
Objeto contrato	Transações comerciais						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Vigente						
Natureza e razão para a operação	Compra de papel efetuada pela controlada Suzano Papel e Celulose da sua controlada em conjunto Ibema Cia de Papel no exercício de 2018.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	31/12/2018	1.499.000,00	R$ 0,00	R$ 1.499.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	31/12/2018	1.636,86	R 0,00	R$ 5.419,11	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Organização da Sociedade Civil de interesse Público mantida pela controlada Suzano S.A.						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Suzano S.A	30/11/2011	2.731.570.000,00	R$ 0,00	R$ 42.747.051,82	10 anos e 8 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fiança de financiamento						
Garantia e seguros	Não existe garantias						
Rescisão ou extinção	Contrato líquidado em 15/05/2017						
Natureza e razão para a operação	Concessão de fiança para controlada para operação de financiamento junto ao BNDES. O montante (Reais) refere-se às despesas incorridas até 31/12/2017.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

A Companhia possui órgãos como Diretoria e Conselho de Administração e conselho fiscal, em pleno exercício de suas funções e responsabilidades, sendo submetida a estes a decisão acerca de todas as operações da Companhia, conforme competência descrita no Estatuto Social vigente. Assim, as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

Ainda, como prática de governança corporativa, a Companhia possui (i) Regimento interno do conselho de administração, que determina a abstenção de voto do membro que estiver em conflito de interesse em matéria específica a ser deliberada pelo conselho; e (ii) Código de Conduta que estipula que administradores, gestores e colaboradores do Grupo Suzano devem:

(i) comunicar imediatamente aos seus superiores qualquer ato ou transação comercial sob sua responsabilidade, que envolva empresas onde trabalhem seus Parentes (por "Parentes" entendem-se o cônjuge ou companheiro do colaborador, e ainda os familiares tais como pais, avôs, bisavôs, filhos, netos, bisnetos, irmãos, tios, sobrinhos, primos, tios-avós, sobrinhos-netos, cunhados e concunhados do colaborador e do seu cônjuge ou companheiro(a));

(ii) comunicar aos seus superiores quaisquer participações em sociedades detidas por eles ou por seus Parentes e amigos, assim como interesses comerciais, financeiros ou econômicos, que possam gerar conflitos de interesses; e

(iii) não contratar, nem induzir a contratação de Parentes ou qualquer pessoa com quem mantenham vínculo pessoal na condição de subordinado ou prestador de serviços, sem informar previamente ao seu superior imediato e à área de recursos humanos.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia busca assegurar que todas as operações realizadas entre a Companhia e suas

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

partes relacionadas (incluindo seus diretores, conselheiros e principais acionistas e suas afiliadas) apresentem termos tão favoráveis à Companhia quanto os termos que ela poderia obter em negociações com terceiros não considerados partes relacionadas. Tais operações são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização,

Os contratos com partes relacionadas celebrados pela Companhia consideraram as práticas usuais de mercado, definindo prazos para pagamento das obrigações pecuniárias neles estabelecidas, bem como, quando aplicáveis, taxas de juros de mercado, e obrigações não pecuniárias, visando evitar que qualquer unidade operacional seja prejudicada em detrimento a outra.

O caráter estritamente comutativo das condições pactuadas nas operações com partes relacionadas, em cada uma das modalidades celebradas pela Companhia, incluindo o valor total da operação, juros, se aplicáveis, e prazos, está demonstrado no quadro 16.2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia considera que as operações com partes relacionadas foram realizadas em conformidade com as práticas usuais de mercado para operações semelhantes. Dessa forma, caso tais operações fossem celebradas com terceiros não considerados partes relacionadas, teriam as mesmas condições principais, incluindo taxa de juros, prazos e valores envolvidos.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
31/08/2016	1.975.670.351,97		75.034.146	97.893.157	172.927.303

Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações	
Classe de ação preferencial	**Quantidade de ações (Unidades)**	**Título**	**Condições para conversão**
Preferencial Classe A	68.572.827		
Preferencial Classe B	29.320.330		

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/08/2016	AGE	31/08/2016	22.296.001,00	Subscrição particular	4.228.800	50	4.228.850	1,14140000	5,27	R$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferêncial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	50

Critério para determinação do preço de emissão Patrimônio líquido das ações em 30.06.2016

Forma de integralização Por bens cindidos da IPLF Holding S.A.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Não houve desdobramentos, grupamentos e bonificações nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	A Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social nos obrigam a realizar assembleia geral ordinária até o quarto mês após o encerramento de cada exercício social, na qual os acionistas deverão deliberar, dentre outras matérias, sobre o pagamento de dividendo do exercício encerrado, tomando por base as demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício imediatamente anterior. É conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia, na data em que o dividendo for declarado, direito ao recebimento de dividendos na proporção de suas participações no capital social, sem prejuízo do direito conferido às ações preferenciais, abaixo descrito. Nos termos do artigo 30 “c” do Estatuto Social da Companhia, é assegurado a todos os acionistas o direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social, os acionistas titulares de ações ordinárias têm a faculdade de solicitar a conversão de parte ou mesmo da totalidade de suas ações ordinárias em ações preferenciais de classe “A” ou em ações preferenciais de classe “B” e, em ambas as hipóteses, cada ação ordinária será convertida, pura e simplesmente, em uma ação preferencial de classe “A” ou em uma ação preferencial de classe “B”, conforme o caso, observado o limite máximo conjunto de ações preferenciais de classes “A” e “B” de 2/3 (dois terços) do capital social.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias de emissão da Companhia farão jus ao recebimento de pagamentos relativos a reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social. No caso de liquidação da Companhia, tal pagamento ocorrerá após o pagamento de todas as obrigações da Companhia, sendo respeitada, neste e em qualquer outro caso de reembolso de capital, a prioridade de recebimento conferida às ações preferenciais de classes “A” e “B”.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social, nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes relativas às ações de emissão da Companhia.

Espécie de ações ou CDA	**Preferencial**
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais de classe “A” farão jus a dividendos por ação, 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos a cada ação ordinária de emissão da Companhia.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim

18.1 - Direitos Das Ações

Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais de classe “A” têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a alteração das preferências, vantagens e condições inerentes a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou a criação de nova classe mais favorecida, requer a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto (artigo 136, incisos I e II), ficando a eficácia de tal deliberação, ainda, sujeita à prévia aprovação ou ratificação, em prazo improrrogável de 1 (um) ano, por titulares de mais da metade das ações preferenciais existentes, reunidos em assembleia especial convocada pelos administradores e instalada com as formalidades da lei (artigo 136, § 1º). De notar que a aprovação dessa matéria dá ao titular de ações preferenciais o direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (artigo 137, I). O prazo para o dissidente de deliberação de assembleia especial reclamar é de 30 (trinta) dias contados da publicação da respectiva ata (artigo 137, V).
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes relativas às ações de emissão da Companhia.

Espécie de ações ou CDA	**Preferencial**
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe B
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais de classe “B” farão jus a dividendos por ação, 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos a cada ação ordinária de emissão da Companhia.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais de classe “B” têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a alteração das preferências, vantagens e condições inerentes a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou a criação de nova classe mais favorecida, requer a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto (artigo 136, incisos I e II), ficando a eficácia de tal deliberação, ainda, sujeita à prévia aprovação ou ratificação, em prazo improrrogável de 1 (um) ano, por titulares de mais da metade das ações preferenciais existentes, reunidos em assembleia especial convocada pelos administradores e instalada com as formalidades da lei (artigo 136, § 1º). De notar que a aprovação dessa matéria dá ao titular de ações preferenciais o direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (artigo 137, I). O prazo para o dissidente de deliberação de assembleia especial reclamar é de 30 (trinta) dias contados da publicação da respectiva ata (artigo 137, V).
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes relativas às ações de emissão da Companhia.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Nosso Estatuto Social não dispõe de regra que limite o direito de voto de acionistas significativos. O artigo 6º-A do Estatuto Social da Companhia dá aos acionistas titulares de ações preferenciais de classe "B" o direito de serem adquiridos na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, pelo preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há registros de negócios com as ações ordinárias e preferenciais (classes “A e “B”) de emissão da Companhia listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em cada um dos trimestres dos 3 (três) últimos exercícios sociais.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos além de ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos além de ações.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os seguintes códigos de negociação: (i) ações ordinárias - “NEMO3”; (ii) ações preferenciais classe “A” - “NEMO5”; e (iii) ações preferenciais classe “B” – “NEMO6”.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não emitiu títulos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia, nos 3 últimos exercícios sociais

Não foi realizada oferta pública de distribuição pela Companhia ou terceiros relativa a valores mobiliários de emissão da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar (a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; (b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da referida distribuição; e (c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável. A Companhia não realizou oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiro nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não possui plano de recompra de ações de sua própria emissão.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não manteve nos últimos 3 exercícios sociais valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1. Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Companhia possui política de divulgação de ato ou fato relevante ("Política") que trata da divulgação e uso de informações relevantes e a manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Além da Política descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência, a Companhia não adota qualquer outra norma ou regimento, exceto a celebração de termo e/ ou acordo de confidencialidade com colaboradores e assessores no âmbito de projetos específicos, os quais têm por objeto o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência para resguardo do sigilo de informações até ulterior divulgação ao mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando o canal ou canais de comunicação utilizados para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002 ("ICVM 358"), o Conselho de Administração da Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso e divulgação de informações relevantes da Companhia, aprovou em reunião realizada em 25 de julho de 2002, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a ser observada por: (i) acionistas controladores, (ii) diretores, (iii) membros do Conselho de Administração, (iv) membros do Conselho Fiscal, (v) membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, ou (vi) quem, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha acesso privilegiado a informações relativas a ato ou fato relevante antes de sua comunicação e divulgação ao mercado ("Pessoas Vinculadas"). Nos termos da Política, do artigo 155, §1º, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 2º da ICVM 358, entende-se por "ato ou fato relevante" qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (a) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia; (b) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários referenciados a valores mobiliários de emissão da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia. Dessa forma, as Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Ato ou Fato Relevante, deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores, a fim de que este tome as providências necessárias. Cumpre, ainda, às Pessoas Vinculadas, o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Caso, diante da comunicação realizada, as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento do seu dever de comunicação, deverão as mesmas comunicar o Fato Relevante à CVM e bolsa de valores.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores e mercado em geral, de Ato ou Fato Relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

Caso seja imperativo que a divulgação do Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores solicitar sempre simultaneamente às bolsas de valores nacionais e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso. De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, deverá divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante.

A Companhia faz a divulgação de atos ou fatos relevantes por meio do jornal O Estado de São Paulo. O texto completo da Política está disponível no site da Companhia (www.suzano.com.br/grupo) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens acima.